

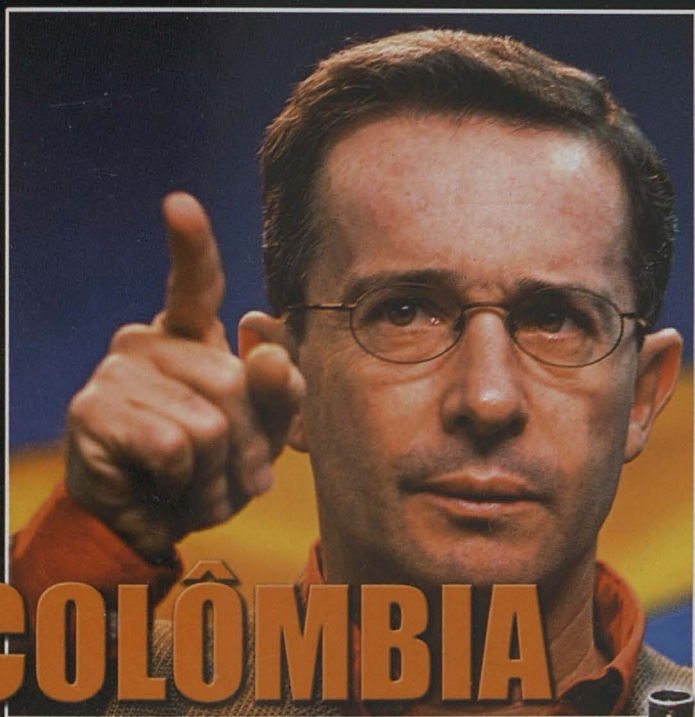
BRASIL: Crise indisfarçável

www.etm.com.br

VENEZUELA
Lições do golpe

CADERNO

DO TERCEIRO MUNDO



COLÔMBIA

O NOVO SENHOR DA GUERRA

**Posições do novo
presidente,
Alvaro Uribe,
ameaçam incendiar
o continente**

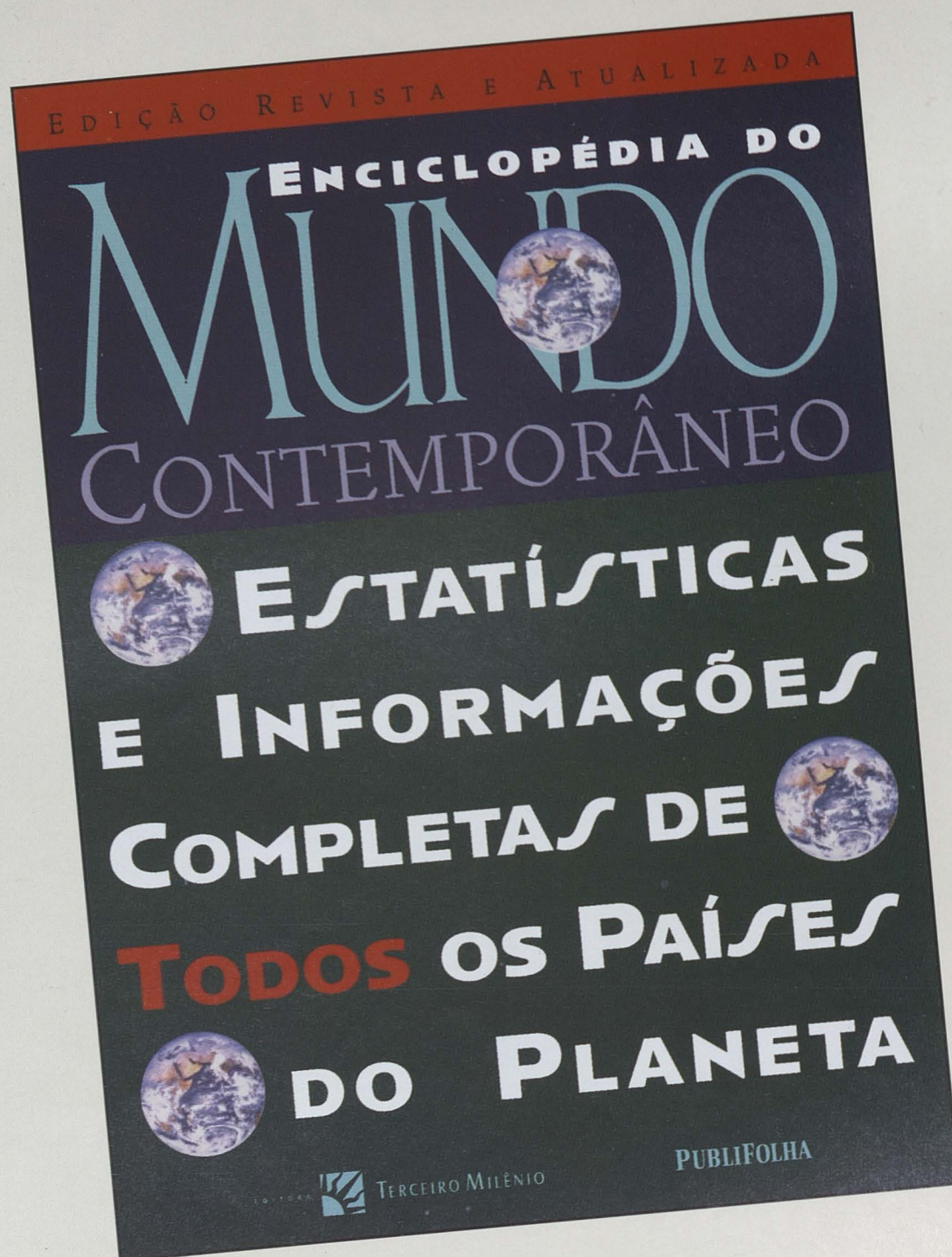


R\$ 5,90



ISSN 0101-7993





PREÇO: **R\$65,00**

* Frete não incluído

Nova edição revista e atualizada 2002/2003

FAÇA SEU PEDIDO

Tel: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455

E-mail: assinaturas@etm.com.br



O continente na encruzilhada

A América Latina encontra-se diante de uma encruzilhada, econômica, social e política. Insatisfeitos, os povos vão às ruas - na Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai e tantos outros países de norte a sul do continente - principalmente para protestar contra o modelo econômico.

Na Colômbia, onde a guerrilha é ativa há quatro décadas e controla parte do território, nas recentes eleições presidenciais entre todos os candidatos foi eleito aquele que apresentou uma proposta mais agressiva em relação aos rebeldes. Álvaro Uribe, o novo presidente, prometeu acabar com a guerrilha, lançando mão de todos os recursos necessários para tal. Mas, o fato de menos da metade dos colombianos terem comparecido às urnas e Uribe ter sido votado por pouco mais de 20% do total de eleitores do país, mostra não um povo desejoso de colocar mais lenha na fogueira do conflito armado, mas, pelo contrário, uma nação paralisada pelo medo e com uma sensação de profundo desânimo diante do crescente descrédito da classe política.

Se Uribe cumprir com as suas promessas de campanha, o conflito na Colômbia poderá em breve atingir um novo patamar, ainda mais violento e ampliar-se a outros países sul-americanos, inclusive o Brasil. Ficarão mais longe ainda os

sonhos do povo colombiano de viver dias de paz, em um país desenvolvido e com justiça social.

Outros países do continente também vivem dias difíceis. Na Venezuela, a elite política e econômica volta a investir contra o presidente Hugo Chávez, acenando com a possibilidade de impeachment; o presidente dependerá de uma ampla mobilização popular para poder completar o seu mandato.

Na Bolívia, o povo levou um cocaleiro socialista à condição de segundo candidato mais votado nas últimas eleições presidenciais. A Constituição estabelece que, no caso de ter que se realizar um segundo turno, como agora, cabe ao Congresso escolher o novo presidente. No Brasil, a crise econômica se aprofunda, mesmo com os esforços do governo para evitar um estouro antes das eleições, das quais nos separam apenas dois meses. Pelo peso do nosso país no continente e diante da gravidade geral da situação da região, os olhos estarão voltados para o desfecho dessa consulta popular. Esses temas, bem quentes, aliás, constituem a pauta da presente eleição.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Alvaro Neiva

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai), e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS

Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE

Gerente: Kleber Saboya

Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

Correio Eletrônico: etm@etm.com.br

Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações

Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589 - 090

Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114

Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.

Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417

Brasília/DF: JCZ Comunicações

SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 -

Tel.: (61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Mídia

Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766

VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador - Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459

FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc)

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento

(assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico);

Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080

Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

E-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Impressa em Impressores de América

Filiada a **ANER**

Sumário

Julho / Agosto 2002 • Nº 242 • Ano XXVI

ISSN 0101-7993



4 CARTAS

8 PLANALTO

ENTREVISTA

5 Questionando conceitos

O professor Nicholas Onuf tenta desconstruir dogmas no estudo sobre as relações internacionais

BRASIL/MULHER

10 Mulheres conquistam cidadania política

Quadro eleitoral revela o crescimento do espaço a ser ocupado pelas mulheres na política brasileira

BRASIL/SEGURANÇA

15 Em defesa da soberania

A campanha nacional contra o acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos para uso de Centro de Lançamentos de Alcântara já está nas ruas

BRASIL/DIREITOS HUMANOS

16 Guerra social

Vivemos em um país com impressionantes indicadores de violência, onde a fome e a miséria atingem um quarto da população

BRASIL/JUSTIÇA

18 Massacre impune

Praticamente todos os envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás foram absolvidos

26



52



Vitória de Uribe: promessa de guerra

O novo presidente
da Colômbia,
promete endurecer
a ofensiva contra
os grupos rebeldes

C
A
P
A

42



- 20 **BRASIL/COMUNICAÇÃO**
Comunicação à venda
Congresso aprova emenda permitindo a entrada
de capital estrangeiro nas empresas brasileiras do setor

24 **LIVROS**

- 26 **ECONOMIA/BRASIL**
A crise indisfarçável
Estouro antes do previsto

- 32 **ECONOMIA/ORGANISMOS INTERNACIONAIS**
Críticas fundamentadas
Livro de Joseph Stiglitz ataca a política do FMI

33 **FRASES**

34 **PANORAMA INTERNACIONAL**

40 **GENTE**

- 52 **AMÉRICA LATINA/VENEZUELA**
As lições do frustrado golpe de Estado
Os últimos acontecimentos na Venezuela são de interesse de todos
os latino-americanos preocupados com alternativas ao neoliberalismo

- 58 **ÁSIA/ÍNDIA-PAQUISTÃO**
Medo de guerra nuclear
Índia e Paquistão prometem encontrar uma solução
negociada, mas mantêm seus arsenais bélicos de prontidão

- 62 **ÁSIA/CORÉIA-JAPÃO**
Futebol cura feridas
Copa do Mundo ajuda a melhorar o relacionamento entre os dois países

- 64 **ALIMENTAÇÃO/FAO**
Fraca colheita
Cúpula da FAO revela fracasso na tentativa
de resolver o problema da fome no mundo

Admiração

Gostaria de registrar meu amor por **cadernos**, que aprendi a admirar e defender aos 13 anos por indicação de um professor de Geografia, e que assino há alguns anos. Passei até pelos anos de dificuldade da revista, quando demorava a ser concluída por falta de verbas.

Hoje, aos 21, parabênizo a sua linha editorial, que apresenta os fatos mundiais sem atuar como meros repetidores das agências internacionais. **Cadernos** nos instiga a visualizar o mundo de forma mais fiel e justa à realidade dos conflitos e dos debates. Como estudante de Jornalismo, aplaudo de pé uma revista que grita ao mundo o que a grande imprensa esconde.

Parabéns! É isso que ainda nos dá força de acreditar que tudo pode ser melhor e que as pessoas podem estar cientes do que realmente acontece ao seu redor.

Christiane Rangel, via e-mail

Terras indígenas

O cerco às terras indígenas está armado. As mineradoras estão com o time à beira do campo, aguardando o apito do projeto Jucá. O técnico das mineradoras conhece o campo e seus adversários. Afinal foi ele o treinador-presidente de seus atuais algozes, quando esteve à frente da Funai, entre 1986 e 1987. Como presidente dessa entidade, jogou como ponta de lança das madeireiras e mineradoras, concedendo inúmeras autorizações irregulares de extração de madeira nas terras indígenas, especialmente em Rondônia. Foi também naquele tempo que as mineradoras tentaram fazer o seu gol de placa. Era o momento Constituinte. Quem não se lembra da sórdida trama das mineradoras que tentaram conseguir a abertura das terras indígenas à sua voracidade selvagem, promovendo uma das maiores campanhas já feitas contra os direitos indígenas, que resultou na CPI contra o Cimi, em agosto de 1987? Lembra quem era o presidente da Funai neste momento? O hoje senador Romero Jucá. Fez um trabalho antiíndigena tão brilhante que recebeu como recompensa o governo do então Território de Roraima.

Mas o jogo continuou. As mineradoras

que já haviam loteado entre si a maioria das terras indígenas em que existem minérios continuaram à beira do campo, aguardando o apito para iniciar a devastação. Tiveram em Romero Jucá seu grande articulador. Em 1996, já como senador, ele entrou com um projeto de lei para regulamentar a mineração em terras indígenas. Passou fácil pelos primeiros obstáculos. Porém, não encontrou a mesma facilidade na Câmara

São milhões e milhões de dólares de um lado e milhares de vidas indígenas de outro. Colocaram a bola (projeto Jucá/FHC) na marca de pênalti. Tiveram que tirar algumas barreiras antes, inclusive o presidente da Funai, Glênio Alvarez, que se posicionou contra o projeto.

Mas ainda é possível reverter esse jogo. Não é suficiente ser torcedor dos povos indígenas. É preciso entrar em campo antes que tantas vidas sejam rifadas, divisas perdidas e a destruição e morte autorizadas.

As mineradoras são poderosas. Elas bancaram muitos parlamentares e contribuíram para eleger executivos em diversos níveis. Não deixemos que sejam novamente os povos indígenas rifados neste mar de corrupção eleitoral. Que a taça da Copa não seja manchada com sangue. Que o tempo de alegria não se transforme em ameaças a tantas vidas!

Egon D. Heck
Secretário-executivo do Cimi – Brasília

MST

Diante do inquérito policial que apurou a ocupação da Fazenda Santa Bárbara, em março do ano passado, o MST vem esclarecer:

Não nos surpreendemos com os resultados apresentados pelo inquérito ou com o pedido de prisão preventiva de 26 integrantes do MST. Desde que a Fazenda Santa Bárbara, falida e descredenciada como “modelo de agricultura”, foi desapropriada para fins de reforma agrária, procura-se ocultar mais um fracasso do latifúndio, fabricando-se manchetes sensacionalistas.

Não nos surpreende também a postura do Sr. João Carlos Suertegaray de Mendonça. Afinal, é comum aqueles que sentem saudades dos tempos em que os órgãos de repressão pisavam sobre os direitos constitucionais e civis. Apenas para estes convém sentimentos paranóicos de

se acreditar em manuais guerrilheiros e conspirações dignas da guerra fria e do regime militar.

Não nos surpreende que o inquérito seja baseado, como o próprio delegado admite, “apenas em informações dos jornais”, afinal este é o mesmo delegado que “gentilmente” entregou as provas de seu inquérito antes de concluído a uma certa empresa de comunicações, a mesma empresa que recebeu com exclusividade a lista dos 26 indiciados e a quem este delegado gosta de anunciar seus feitos “surpreendentes”.

A criminalização e a repressão aos movimentos populares já é uma prática comum neste país, que o digam os observadores internacionais de Direitos Humanos que comprovaram mais uma farsa no julgamento dos assassinos de 19 sem-terra em Eldorado de Carajás.

O MST espera que o Poder Judiciário não aceite um inquérito baseado em recortes de jornais elaborado por um delegado cuja conduta profissional pesam suspeitas, inclusive de como chegou ao município de São Jerônimo.

Não será a inércia do Incri ou denúncias fantasiosas alimentadas por setores da grande imprensa do estado que irão diminuir ou acabar com a luta pela terra no estado. Enquanto houver latifúndios improdutivos – como a Fazenda Ana Paula, com 17 mil hectares que poderiam gerar 2.720 novos empregos diretos – e milhares de famílias acampadas seguiremos lutando. E se incomodamos aos recalcados e aos interesses de certos grupos empresariais é sinal de que estamos no rumo certo. Nosso compromisso é com a reforma agrária e com uma sociedade mais justa e mais digna.

Coordenação Estadual MST/RS

Caros leitores, a sua opinião é muito importante para nós. Escreva-nos, sugerindo, criticando, contribuindo, enfim, com a nossa revista. O novo endereço eletrônico da seção Cartas está acima. Preferindo, escrevam para Rua Conde de Lages, 44 – Grupos: 508/510 – CEP: 20241-080 – Lapa – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Quem enviar a mensagem via e-mail, não esquecer de colocar a cidade e o estado

Questionando conceitos

O professor Nicholas Onuf tenta desconstruir dogmas no estudo sobre as relações internacionais, como a idéia de que vivemos em um mundo em constante transformação

Arthur Ituassu*

CADA VEZ QUE EXPÕE SUAS IDÉIAS, O PROFESSOR NICHOLAS ONUF, da Universidade Internacional da Flórida, enfrenta um desafio, o de mudar os conceitos. E não são poucos os conceitos que deseja mudar. Considerado um dos mais importantes teóricos do mundo das relações internacionais e se utilizando de uma metodologia de pensamento para a área no qual ele batizou de construtivismo, Onuf quer pôr abaixo dogmas que sempre foram base para os estudos no campo. Por exemplo, a idéia de que os Estados vivem em um sistema de anarquia, onde não há regras que coíbem suas ações, mas apenas o poder. E o que é poder?, pergunta Onuf. Como defini-lo? O que é anarquia? O que é Estado? Ao fazer tais perguntas, o professor põe em xeque os alicerces da construção de uma teoria das relações internacionais. "Na realidade, todas essas coisas são muito mais complexas do que imaginamos. Fazemos reduções conceituais simplesmente para montarmos uma teoria, mas, ao fazermos isso, estamos também nos distanciando completamente da realidade social das relações internacionais", diz o professor. Sua sugestão é a de que o mundo seja visto pela ótica da teoria social. Tudo gira em função de atores e estruturas. Os atores podem ser indivíduos, coletividades sociais – universidades, por exemplo –, Estados, organizações. Estrutura é tudo aquilo que se forma na relação entre os atores de um determinado nível. Entre os atores e as estruturas há sempre as regras, que limitam as ações. "As condições das regras", como Onuf denomina, são as for-

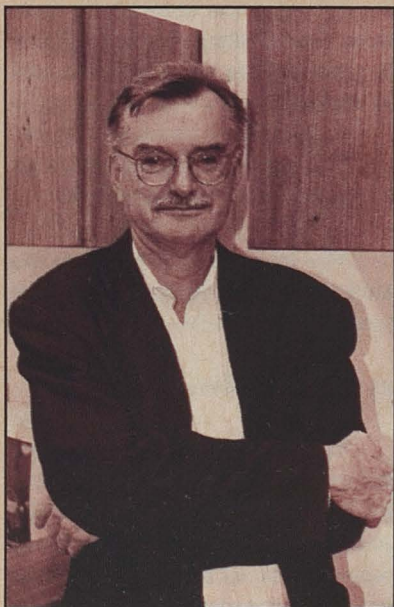


Foto: Marcos Lima/Projeto Comunicar-PUC/RJ

Onuf: 'O mundo mudou muito pouco'

ças que mantêm o *status quo*, dificultando as transformações. Por este caminho, seja depois da Guerra Fria ou depois dos atentados de 11 de setembro, o mundo mudou muito pouco. Foi isso que defendeu o professor em entrevista feita no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, onde Onuf esteve como pesquisador visitante durante todo o mês de junho.

Pela ótica do construtivismo, como o senhor vê o mundo hoje?

NICHOLAS ONUF - Em primeiro lugar, diria que este mundo de rápidas transformações é um mito. De fato, as coisas não mudaram muito, nem com o fim da Guerra Fria, nem depois do 11 de setembro. Fazemos referências constantes a um mundo em rápida transformação apenas porque há cinco anos não usávamos o cor-

reio eletrônico. Só porque este tipo de coisa mudou, temos a impressão ou a ilusão de que tudo está mudando. Algumas coisas estão mudando, mas tendemos a esquecer as coisas que não estão mudando e o quanto estas são de fato a realidade do nosso dia a dia.

O que por exemplo?

NU - Minha vida não mudou nada com o fim da Guerra Fria. Diga-me se o fim da Guerra Fria mudou alguma coisa na vida dos brasileiros.

Bem, o senhor pode pensar que, em um novo tipo de estrutura das relações internacionais, uma inserção nova do Brasil no sistema pode ser concebida e isso pode, sim, mudar muito a vida dos brasileiros.

NU - Certamente, em termos abstratos, eu tendo a concordar com você, mas, de modo concreto, o que ocorreu foi incapaz de modificar a dinâmica das relações, o jeito de fazer as coisas. Parte disso é porque, de fato, o Estado é bem menos importante do que pensamos. Sempre superestimamos o papel dos Estados. E mesmo se pensarmos apenas nas relações entre Estados, com o colapso da União Soviética, os funcionários do Ministério das Relações Exteriores do Brasil continuam a manter relações com seus colegas russos, o Brasil continua a manter relações com a Rússia como uma nação importante, como sempre foi. Sim, em aspectos importantes, a Rússia hoje tem menos poder que a URSS, mas este poder soviético há muito tempo já estava neutralizado pela ação dos Estados Unidos. Há uma continuidade, sim, nas relações, não uma ruptura.

Dizer que o Estado é bem menos importante do que pensamos não é uma mudança?

NU - O Estado continua importante em algumas questões e continua importante à medida que achamos que é importante. Mas não devemos pensá-lo como uma divindade única no sistema. De fato, algumas vezes pensamos que o Estado é ineficiente e irrelevante, como no caso da incapacidade do Estado brasileiro de lidar com a realidade social das favelas. Agora, pensar que o Estado não é tão importante não é uma mudança tão grande quanto se pensa. O Estado, na prática, sempre teve suas limitações. Serve apenas aos modelos de relações internacionais pensar no Estado como unidade única e coesa do sistema. E isso constrói descrições pouco adequadas da realidade. Isso é apenas uma idéia, distante dos fatos e da história, mas que se torna real como senso comum.

E o 11 de setembro? O mundo não mudou depois dos atentados?

NU - Muito pouco. Pensamos assim apenas porque isso nos faz sentir melhor. Nos faz sentir como se estivéssemos fazendo algo sobre um mundo que está fora do nosso alcance. Nos Estados Unidos, em particular, as pessoas estão sentindo um enorme senso de paralisia e frustração e compensam isso ao dizer que o mundo mudou, o que significa pensar que as nossas próprias atitudes estão mudando e isso não está claro. Você tem mais dificuldades quando vai a um aeroporto e leva duas vezes mais tempo para chegar dentro de um avião, mas essas não são mudanças reais. Poupe-me disso.

Acho que o senhor seja cético também quanto à chamada globalização...

NU - Globalização é compressão do espaço-tempo, capitalismo global, difusão global da produção e do consumo, finanças globais, cidades como centros financeiros globais, a diluição do senso local e regio-

nal, das identidades culturais. Nada disso é novo, mas um processo bastante antigo.

Mas tudo isso gera um declínio claro da idéia de soberania...

NU - Veja bem. Não digo que não há mudanças. Há mudanças, mas são transformações que vêm ocorrendo há muito tempo. São transformações de longo tempo e não imediatas, pós- Guerra Fria ou 11 de setembro.

O senhor acredita que o mundo hoje viva um conflito de civilizações?

NU - Meu argumento aqui é que isso não é mais que um sintoma da ansiedade burguesa.

Como assim?

NU - Veja bem, há vários fatores que nós conhecemos bem e criamos o que chamo de ansiedade burguesa. Esta ansiedade pode estar controlada, como no caso do perigo nuclear, ou florescendo, como no caso do chamado conflito de civilizações. Pense no caso das Armas de Destruição de Massa. Uma vez que o equilíbrio de terror foi posto em prática na Guerra Fria, criou-se um senso de segurança em um ambiente altamente inseguro. Isso é totalmente paradoxal. Em 20 minutos eu e você aqui podemos ser desintegrados por qualquer uma das milhares de ogivas nucleares que estão por aí pelo mundo. Controlamos a ansiedade e internalizamos um tal senso de segurança, porque, caso contrário, seria impossível viver num mundo com milhares de armas com gigantesco poder de destruição, prontas para serem

ativadas. Esta ansiedade pode florescer quando pensamos que armas podem cair em mãos erradas ou quando a Índia e o Paquistão se ameaçam, mas o problema permanece. As ações são fruto apenas de uma ansiedade burguesa. Não significam uma mudança de atitude.

Burguesia não é um termo anacrônico?

NU - Por que anacrônico?

No Brasil, apenas nos deparamos com o termo quando lemos marxistas e assim mesmo em obras antigas...

NU - Mas essa é uma das mais importantes contribuições do marxismo. Atua no entendimento da dimensão cultural da realidade social. Eu poderia chamar de classe média, mas gosto do termo burguesia porque tem um forte apelo cultural. Sugere a conexão de dependência entre a classe média e a geração de riqueza. A burguesia caracteriza a classe média em relação ao capital como uma força poderosa presente no mundo todo. Aqui estamos, eu e você, dois membros da burguesia, e isso faz com que tenhamos muito em comum. Mesmo tendo eu nascido um cristão protestante e você um cristão católico. O termo burguesia se sobrepõe a qualquer diferença. O fato de que nós compartilhamos uma série de pressupostos burgueses nos gera um contexto que valorizamos, porque sabemos quantos privilégios isso nos dá. É possível pensar, pelo construtivismo, que esta situação é parte de um sistema de regras em que nós somos os beneficiários planetários das regras burguesas em termos transnacionais.

“Globalização é compressão do espaço-tempo, capitalismo global, difusão global da produção e do consumo, finanças globais, (...) a diluição do senso local e regional, das identidades culturais”

"A estrutura do mundo é concebida em favor da continuidade da má distribuição de recompensas. São as condições da regra, que estão presentes em todos os níveis das relações sociais pelo mundo"

Entendemos ainda que é possível que esta situação seja atacada por baixo, pelos que estão excluídos dos privilégios. Há uma clara concentração de privilégios. Todas estas pessoas nas favelas brasileiras estão descontentes. Sabemos por que elas estão descontentes e sabemos que elas têm uma boa razão para se sentirem assim. E isso gera em nós uma ansiedade. Agora, neste momento, esta ansiedade está controlada porque as pessoas nas favelas fizeram um tipo de acomodação conosco e com as autoridades e, se as relações não são confortáveis, são toleráveis.

Quando se tornam intoleráveis?

NU - Quando vemos Índia e Paquistão se ameaçarem, por exemplo, nos caso das Armas de Destruição de Massa. Ou quando vemos pessoas usando o fundamentalismo religioso para incitar o descontentamento com relação ao mundo moderno, porque associam o mundo moderno com nossos privilégios burgueses, então aí, sim, ficamos bastante preocupados. É isso que está acontecendo na Ásia islâmica, no Oriente Médio. Se, por exemplo, o evangelismo protestante no Brasil for capaz de capturar a mentalidade das pessoas nas favelas relacionando os privilégios burgueses ao pecado, como algo contrário aos ensinamentos de Deus, como algo que viola os princípios da Bíblia, a ansiedade vai crescer muito por aqui.

Então não é uma questão de civilização, mas de distribuição?

NU - Chame-me de marxista, se você quiser. Penso que tudo isso que está acontecendo tem relação com a desigualdade distributiva. Um problema antigo.

Dessa forma, um programa de desenvolvimento global se torna mais eficiente em termos de segurança de que um com base em operações militares.

NU - Esta é a resposta liberal, burguesa. Você está supondo algo típico da burguesia que é a busca de algum tipo de solução. Onde será possível para você se sentir melhor. Amenizar sua ansiedade.

Mas, se não pensarmos assim, o que fazer?

NU - Quem disse que é possível fazer algo? Você é tão liberal! Por que você acha que os problemas humanos podem ser resolvidos? Alguns talvez não possam ser resolvidos. Talvez não possamos resolvê-los. É bem possível que ações globais desenvolvimentistas possam apenas tornar o problema ainda mais grave, ofendendo gente com uma racionalidade moderna, secular, liberal, como a que você está propondo. É claro que você tem que tentar porque isso faz com que você se sinta melhor. Você quer uma solução porque você foi criado dessa forma. Como um produto do privilégio burguês. Você sente como se a responsabilidade fosse sua. Mas se dermos todo poder a você, não será muito poder. É isso que estou querendo dizer. O mundo é tão complexo que a sua capacidade de conseguir mudanças significativas é limitada. A estrutura do mundo é enormemente concebida em favor da continuidade da má distribuição de recompensas. São as condições da regra, que estão presentes em todos os níveis das relações sociais pelo mundo. ■

**Mestre em Relações Internacionais e professor da PUC-RJ*

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para

(21) 2221-7511

ou envie um fax:

(21) 2252-8455

Ou pela Internet:

www.etm.com.br

R\$65,00 Preço promocional da assinatura, à vista

O pagamento da assinatura pode ser feito por cheque nominal, cartão de crédito ou boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio
Rua Conde de Lages, 44
Salas 508 - 510
CEP 20241-080 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (21) 2221-7511

Para anunciar:

Ligue (21) 2221 - 7511 e contate o Departamento de Publicidade

Pesquisas

Ligue (21) 2221-7511 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>
www.uol.com.br/cadernos
E-mail: etm@etm.com.br

Alca em audiência pública nacional

O Congresso Nacional vai promover audiências públicas em várias capitais brasileiras para debater as consequências da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Os debates serão feitos pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, atendendo requerimento feito pelo deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Além da Alca, as audiências vão também discutir o projeto de lei norte-americano que cria a Agência de Promoção do Comércio (Trade Promotion Authority-TPA) que concede ao presidente dos Estados Unidos o poder de negociar acordos de comércio exterior, entre eles a Alca, sem autorização prévia do Congresso daquele país.

Os parlamentares da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovaram ainda um requerimento dos deputados Aloizio Mercadante (PT-SP) e Waldir Pires (PT-BA), solicitando audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para esclarecer o motivo que levou o governo brasileiro a não adotar as tarifas consolidadas da Organização Mundial do Comércio (OMC) como base para as negociações para a Alca.

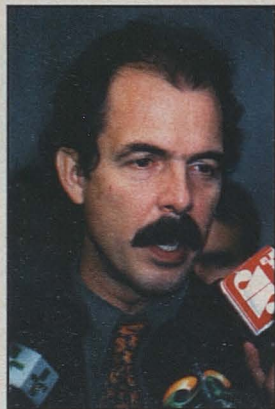


Foto: Roberto Barroso - ABR

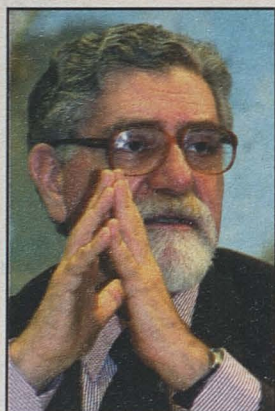


Foto: Marcelo Junior - ABR

O deputado Aloizio Mercadante (alto) solicitou a presença de Celso Lafer (acima), para explicar as negociações para a Alca

Recursos para hospitais universitários

A falência dos hospitais universitários entrou na pauta da Comissão de Educação da Câmara que, durante audiência pública, na qual foram ouvidos diretores dessas unidades, decidiu pela criação de um grupo de trabalho para exigir do governo mais recursos para os 157 hospitais universitários do país.

O diretor do hospital de Salvador, Edilson Bittencourt, relatou as dificuldades por que vem passando sua gestão, informando que a crise da falta de recursos gerou "prejuízo no atendimento da população e foi agravada com a inclusão dos hospitais no Sistema Único de Saúde (SUS). Já o diretor da unidade de Uberlândia (MG), Alair de Almeida, disse que "os hospitais universitários estão com seus equipamentos sucateados". O vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Fernando Molinos, em sua declaração, afirmou que "a função de pesquisa deu lugar ao atendimento ambulatorial e diretores correm o risco de serem presos todos os dias, por ações na Justiça, obrigando-os a prestarem atendimentos para os quais não estão equipados".



Foto: Divulgação-Ufrgs



Foto: Antônio Cruz - ABR

No alto, o Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um dos prejudicados pelo corte de verbas imposto pelo governo federal

Além da audiência pública, professores universitários e servidores das universidades montaram uma exposição na Câmara com imagens mostrando a degradação dos hospitais que têm seus quadros reduzidos.

O próximo convocado para discutir o problema é o ministro da Educação, Paulo Renato (foto).

FAB explicará compra de aviões

A Comissão de Relações Exteriores quer explicações do Ministério da Defesa sobre a compra de aviões caça pelo governo brasileiro. Favorável à aquisição desses aviões, o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), disse que a operação de compra "não é apenas uma transação comercial, mas uma opção estratégica de uma defesa sensível". Rebelo defende que o Congresso fiscalize a licitação.

O Ministério da Defesa vai comprar 12 aviões e a disputa na licitação envolve empresas da França, Estados Unidos, Suécia e Inglaterra, além da Embraer.

Novas ameaças contra petistas

Os deputados Dr. Rosinha e Padre Roque (foto), do Partido dos Trabalhadores do Paraná, estão sendo ameaçados de seqüestro pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que tem sua base no presídio do Carandiru, em São Paulo. A denúncia foi feita pelo líder do PT na Câmara, deputado João Paulo (SP), que pediu providências ao Ministério da Justiça. O líder acusou o governo paranaense de omissão porque até agora nada foi feito para identificar os autores da ameaça.

De acordo com as informações do deputado João Paulo, além dos dois parlamentares, juristas que atuam na área de Direitos Humanos também integram a lista do PCC. ■



Foto: Hermínio Oliveira - ABR

Câmara debate igualdade racial

Com debates sobre pagamento de indenização aos descendentes afro-brasileiros, o sistema de cotas para negros nas universidades, o direito à terra dos remanescentes dos quilombos, e direito ao exercício de cultos tradicionais, a Câmara promoveu seminário sobre o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS).

Ao se manifestar sobre o seminário – o primeiro realizado pelo Congresso para discutir a questão dos descendentes africanos – Paim (foto) afirmou que, desde 1888, quando foi promulgada a Lei Áurea, “os negros deixaram a condição de escravos e até hoje continuam a lutar pelo direito à condição de cidadão”. O deputado Alceu Collares (PDT-RS) destacou a importância do projeto de seu colega dizendo que “é necessário que se resgate a história dos negros no Brasil, pois ela revela que eles foram instrumentos da realização econômica, tendo sofrido o processo terrível da escravidão”. ■



Foto: Rosa Brasil - ABR

Inquérito do Sivam sem provas de crimes

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as denúncias de irregularidades no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) encerrou seus trabalhos com dois relatórios. O primeiro, do relator Confúcio Moura (PMDB-RO), aponta para o arquivamento do caso por falta de provas contra o embaixador Júlio César Gomes, acusado de advocacia administrativa, e o empresário José Afonso Assumpção, dono da Líder Táxi Aéreo, que teria sido favorecido pelo embaixador.

O outro relatório foi apresentado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), nele o parlamentar afirma que a Raytheon (empresa vencedora para a implantação do sistema) “foi quem elaborou o projeto Sivam, fei-



Confúcio, relator da CPI do Sivam

Foto: Hermínio Oliveira - ABR

to para atender os interesses da empresa e não do país”. Disse ainda Chinaglia que “houve associação entre as empresas em convívio com o governo, para adoção de medidas que lesavam os interesses nacionais, em especial da área de segurança, tendo em vista a vulnerabilidade do sistema”. Para o deputado petista, o inquérito “termina com um débito junto à sociedade brasileira”.

O escândalo do Sivam, denunciado em 1997, foi o primeiro caso de irregularidade envolvendo o governo FHC. Na época, conversas telefônicas entre Assumpção, representante da Raytheon no Brasil, e o embaixador Júlio César Santos, coordenador do cerimonial do Palácio do Planalto, foram tornadas públicas. ■

CPI do Banespa pede indiciamento de diretores do BC

Depois de dez meses de investigação, o relator da CPI do Banespa, deputado Robson Tuma (PFL-SP), propôs o indiciamento de ex-funcionários do Banco Central, por crime de improbidade administrativa. Entre os citados encontram-se, Gustavo Loyola, que foi presidente do BC, além dos diretores Alquimar Moura e Cláudio Mauch. O pedido de indiciamento foi encaminhado ao Ministério Público Federal. Também está citado no relatório o ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio, já acusado em outros processos.

Tuma aponta irregularidades na elaboração de relatórios do Banespa ocorridas depois da intervenção no banco, em 1994 e, também, no processo de avaliação do banco quando de sua privatização em 2000. Tuma adiantou que o Ministério Público deverá investigar o Banco Fator que participou da avaliação de venda do Banespa e, de posse de informações privilegiadas, comprou ações na privatização. ■

Mulheres conquistam cidadania política

Quadro eleitoral revela o crescimento do espaço a ser ocupado pelas mulheres na política brasileira

Memélia Moreira

QUALQUER QUE SEJA O RESULTADO DAS URNAS, as eleições presidenciais de 2002 já garantiram seu espaço na História. Esta é a primeira vez que uma mulher tem possibilidades de se tornar a segunda pessoa na linha de sucessão do governo. Quando o nome da deputada Rita Camata (PMDB-ES) passou a integrar a chapa do candidato José Serra (PSDB-SP), imediatamente os demais candidatos que concorrem ao Palácio do Planalto divulgaram nomes de mulheres de seus partidos que poderiam ocupar o mesmo posto. O Partido dos Trabalhadores disse que a senadora Marina Silva (AC) era "um bom nome" para a chapa de Lula; Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro, chegou a citar a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) para sua vice, e Ciro Gomes, do Partido Popular Socialista, chegou a pensar numa vereadora do Rio Grande do Sul para acompanhá-lo na chapa.

O fenômeno ocorreu imediatamente depois da renúncia da ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que deveria concorrer pelo Partido da Frente Liberal e se afastou da disputa depois que seu nome foi envolvido em escândalos de corrupção. Roseana foi a primeira mulher brasileira eleita para governador de um estado e, na opinião da deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), este fato "é apenas a consequência natural do reconhecimento da importante participação da mulher nas dife-



Foto: Rose Brasil - ABr

Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo, foi cogitada para ser vice de Garotinho



Foto: AFP

Marta Suplicy assumiu a Prefeitura de São Paulo nas eleições de 2000

rentes esferas do poder". A parlamentar gaúcha é pioneira da ocupação desse espaço. Foi a primeira mulher no Brasil que comandou um cargo de destaque no Executivo, quando foi ministra do Planejamento no governo do presidente Itamar Franco (PMDB).

Embora estejam longe da Esplanada dos Ministérios nos últimos oito anos, foi exatamente neste período que Ellen Northfleet tornou-se ministra da mais alta corte do país ao ser escolhida para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Pelo critério de rodízio adotado pelo tribunal, em menos de seis anos, ocupará a presidência da corte tornando-se, consequentemente, a número quatro na linha de sucessão do governo.

O número de mulheres nas diferentes áreas de poder vem crescendo a cada eleição. Se nas décadas de 50 e 60 aquelas que ousavam disputar apenas uma cadeira na Câmara dos Deputados eram tão poucas que chegavam a ser tratadas como figuras exóticas e fora dos padrões femininos, nos anos 70 elas foram chegando cada vez em maior quantidade ao Congresso e já concorriam ao Senado e entraram para valer na disputa de cargos executivos, começando pelas prefeituras, conquistando nos anos seguintes a cota de 30% das candidaturas de cada partido.

Entre 1973 e 1975, 58 municípios brasileiros eram dirigidos por mulheres. Esse número cresceu para 83 entre 1983 e 1988, e chegou a 107 nas eleições de

1989, quando São Paulo, a maior cidade da América Latina, elegeu a prefeita Lúiza Erundina (na época filiada ao PT). Hoje, ocupam 314 prefeituras, entre elas a de São Paulo, com Marta Suplicy (PT), além do governo do estado do Rio de Janeiro, com Benedita da Silva, também do PT.

No Congresso, elas são seis senadoras, num universo de 81 e 30 deputadas entre os 513, distribuídas entre partidos conservadores e progressistas. A maior bancada feminina no Congresso é a do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na qual quatro dos dez parlamentares são mulheres.

Nenhuma das deputadas ou senadoras começou a carreira nos movimentos feministas. A maioria delas militou, desde cedo, no movimento estudantil ou na luta pela Reforma Agrária, como é o caso da deputada Luci Choinack (PT-SC), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Algumas chegaram ao mundo político pelas mãos do marido, como é o caso de Rita Camata, esposa do senador Gérson Camata, que foi governador do Espírito Santo.

Na retaguarda

A deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) fez o caminho inverso de Rita Camata. Militante na política estudantil nos anos 60, ela se casou com Jader Barbalho, que foi duas vezes governador do Pará e ex-presidente do Senado, quando renunciou depois de ser denunciado por corrupção. Enquanto Jader fazia sua carreira política, Elcione colaborava com o marido, mas sempre na retaguarda. Viajava em campanha pelo Pará e criou a Ação Social, instituição que, de acordo com a deputada, "nunca teve preocupação assistencialista, mas sim de formar cidadania".

Foi depois do divórcio de Jader que Elcione decidiu disputar um mandato, sob pressão dos próprios filhos e foi surpreendida com a quantidade de votos que recebeu. E teve um começo difícil no Congresso.

"Quando cheguei aqui na Câmara, foi um choque. Tive vontade de voltar para ca-

sa", conta Elcione. "É bem diferente fazer política e ter um mandato. Era mais que um desafio e resolvi enfrentar." O resultado é que Elcione está caminhando para o quarto mandato, mas não pensa em disputar cargo executivo. Elcione acredita que o crescimento do número de mulheres em cargos políticos deve-se à seriedade das mulheres quando assumem uma função. "Não quero dizer que os homens não tenham seriedade ou dignidade, mas as mulheres empenham



Yeda Crusius pretende se candidatar à presidência da Câmara

a palavra de forma definitiva. Sentem-se responsáveis quando aceitam lutar por uma causa e, principalmente, não aceitam determinadas situações."

A deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA) também começou a fazer política no movimento estudantil. Embora reconheça o crescimento das mulheres no mundo político, não sente nenhum entusiasmo com o fenômeno de busca de mulheres para compor chapa para a Presidência da República. "O que está acontecendo agora é uma visão utilitarista da mulher. É marketing. E sempre a mulher em segundo plano. É claro que estão de olho no eleitorado feminino que já é maioria no Brasil", critica. Mesmo sem entusiasmo, Socorro Gomes, que, no iní-

cio da militância política, viveu na clandestinidade, escapando das perseguições policiais, defende a cota de 30% destinada a candidatas mulheres, mas acha que ainda é "insuficiente", porque não vem acompanhada de estrutura, como o apoio de creches, de políticas sociais.

Socorro nunca participou das lutas feministas. Sua bandeira dentro do Congresso é de defesa da soberania nacional, luta contra a biopirataria, a defesa da



Foto: AFP

Rita Camata, musa da Constituinte, candidata a vice na chapa de Serra

Amazônia. Quando reassumiu seu mandato, em janeiro de 2001, a primeira providência que adotou foi ajuizar uma ação no Supremo Tribunal Federal contra o acordo bilateral Brasil/Estados Unidos para o uso do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão. Considera-se satisfeita pois a questão entrou na pauta do debate nacional e o acordo foi rejeitado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Formação anarquista

A política foi sempre uma constante na vida da deputada Yeda Crusius (PSDB-SP). Filha de mãe italiana e anarquista e pai maçom e mineiro, a ex-minis-

“A cota de 30% destinada a candidatas mulheres é insuficiente, porque não vem acompanhada de estrutura, como o apoio de creches, de políticas sociais.”
Socorro Gomes



Foto: Agência Brasil

tra do Planejamento e deputada de segundo mandato sempre rejeitou se filiar a qualquer partido, porque não via coerência entre discurso e prática. Chegou a pensar no PT, mas “achei que era muito corporativista, muito sindicalista”, disse ela. Mas quando o PSDB foi criado, a deputada, que é paulista e foi eleita pelo Rio Grande do Sul, onde foi professora de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, encontrou o caminho partidário.

Ela vibra com a ocupação do espaço político pelas mulheres e, principalmente, com a tendência cada vez maior de mulheres chegando ao poder. Favorável à cota dos 30%, Yeda Crusius acredita que o fenômeno foi determinado a partir de 2000, quando foi feita pesquisa de opinião e Roseana Sarney se destacava.

“A partir daquele momento, os partidos abriram os olhos e perceberam a importância de se evidenciarem as mulheres. Veio Rita (Camata), e agora vejo que já há espaço para uma mulher se candidatar à Presidência. Nós temos credibilidade, porque, quando entramos na política partidária, entramos para resolver problemas, para transformar”, afirma Yeda. Já mergulhando na campanha de seu candidato, José Serra, Yeda diz que a candidata a vice na chapa de Serra, Rita Camata,

reúne toda a caminhada das mulheres na política brasileira.

Cada dia mais convicta de que não há mais obstáculos para a escalada feminina no poder, Yeda Crusius já tem traçado seu caminho para depois das eleições. Vai se candidatar à presidência da Câmara, porque quer “exercitar o poder no Legislativo”. Enquanto não chega o dia, a parlamentar gaúcha vai desenhando perfis femininos que podem ocupar o poder no Brasil nas próximas décadas.

Pioneiras

Dois séculos antes do feminismo entrar para a agenda do Ocidente, as mulheres do Brasil já atuavam na política de forma decisiva e com poder de fogo. No Maranhão do século XIX, a empresária Ana Jansen formou um exército de 400 escravos para combater os conservadores e terminou sendo convidada para a direção do Partido Liberal. Fez história e, mesmo longe da Corte, seu nome era respeitado no Brasil Colônia. Sem nunca ter entrado no Parlamento, Ana Jansen fez e desfez generais e se aliou e financiou o Duque de Caxias na guerra dos Cabanos.

Anita Garibaldi também foi destaque sem mandato político. Nascida em Santa Catarina, Anita pegou em armas para der-

rubar o império e apaixonou-se pelo general Garibaldi, um dos heróis da Unificação Italiana. Acompanhou o general à Itália e participou da retirada de Roma, novamente com armas na mão.

Pouco conhecida no Brasil mas cultuada no Rio Grande do Norte, onde nasceu, Alzira Soriano foi a primeira prefeita da América Latina. O direito do voto feminino ainda não fora aprovado e Anita se elegeu para a Prefeitura de Angicos em 1928. Poucos anos depois as mulheres brasileiras conquistaram o direito de voto e Anita virou símbolo.

Também é do Rio Grande do Norte a primeira candidata a deputada federal do Brasil. Maria Augusta Capistrano, mãe do ex-prefeito de Santos (SP), David Capistrano, foi expulsa de casa. A família não suportou ver uma das filhas se candidatando e, para o escândalo de todos, era comunista. Maria Augusta foi militante do Partido Comunista Brasileiro. Desafiou a família, perdeu as eleições e abriu caminho para que Rita Camata, Luci Choinacki, Yeda Crusius, Elcione Barbalho, Socorro Gomes, Zulaê Cobra, Heloísa Helena, Mariinha Raupp, Iara Bernardi, Luiza Erundina, Roseana Sarney, Marta Suplicy, Marisa Serrano, Benedita da Silva, Telma de Souza e outras mulheres chegassem aos poderes da República. ■

Mulheres disputam o governo no Rio

A presença feminina no cenário político fluminense é forte, com três candidatas ao governo

NO RIO DE JANEIRO, três dos principais candidatos ao governo de estado são mulheres. Em comum, o trabalho voltado para a área social e a preocupação com o alto índice de criminalidade da cidade. Entre a troca de acusações comuns ao período eleitoral, cada uma trabalha para ser escolhida, nas urnas, a primeira mulher a ser eleita para o governo do Rio.

Benedita da Silva, atual governadora, assumiu o poder com a saída de Anthony Garotinho, que renunciou para entrar na disputa presidencial. Aos 60 anos, tenta a eleição pelo PT, partido que ajudou a fundar em 1980 e ao qual se manteve fiel.

A trajetória de Benedita foi marcada pelo lema "mulher, negra e favelada" que acompanhou toda sua carreira política. Vinda de família pobre, trabalhou como vendedora ambulante, empregada doméstica, servente de escola, auxiliar de enfermagem e professora do morro Chapéu Mangueira, em Copacabana, onde morou durante 57 anos. Formou-se em Serviço Social e entrou para a política em 1982, como vereadora do Rio de Janeiro.

Na chapa com Garotinho era a principal responsável pela área social. Destacam-se entre seus projetos de lei a cota mínima de 20% de vagas das instituições públicas e particulares de ensino superior para alunos carentes e a obrigatoriedade da presença de, no mínimo, 40% de profissionais negros nas produções cinematográficas e de tevê.

Rosinha Matheus ou Rosinha Garotinho, como prefere ser chamada, concorre pelo PSB ao seu primeiro cargo eletivo. Aliás, a incorporação do "Garotinho", vin-



Foto: Vitor Soares - ABr



Foto: Ricardo Almeida

Benedita da Silva (PT), no alto, Rosinha Matheus (PSB), acima, e Solange Amaral (PFL), ao lado, são as representantes femininas na disputa pelo governo do estado do Rio de Janeiro



Foto: Divulgação

do do marido, rendeu muitas críticas, inclusive da concorrente Solange Amaral. O motivo seria a tentativa de vincular sua imagem à do ex-governador. A ex-secretária estadual de Ação Social foi responsável por alguns dos projetos de maior repercussão do governo, como o cheque-cidadão e os restaurantes populares, com refeições a um real.

A psicóloga e servidora pública Solange Amaral, de 48 anos, é a aposta do PFL e nome de confiança de César Maia. Iniciou sua carreira como presidente da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBV). Já foi secretária do Trabalho e assumiu a pasta de Habitação em 2001, priorizando a construção de casas em parceria com a CEF e a regularização de loteamentos clandestinos. A candidata preenche uma lacuna do eleitorado do PFL, a classe média, e afirma que suas prioridades são segurança, saúde, meio ambiente e finanças. (Aline Beckestein) ■

História de uma conquista

Após décadas de luta, as mulheres começam a ter uma participação mais efetiva na política brasileira

Luci Choinacki*

HÁ 70 ANOS AS MULHERES MARCARAM UM GOL DE PLACA: garantiram, após muitos anos de luta, a conquista histórica do direito de votar e de ser votada. O Novo Código Eleitoral, decretado em 1932, trazia como importantes inovações o voto feminino e o voto secreto. Um ano após, foi eleita a primeira deputada federal no país, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Bertha Lutz, representante do Rio de Janeiro, então capital brasileira, ocupou a vaga de primeira suplente. Em Santa Catarina, naquele mesmo ano, a professora Antonieta de Barros tornou-se a primeira deputada estadual.

As lutas feministas levaram a essa vitória no campo político. Em 1920, Bertha Lutz participou da fundação da Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, com o objetivo principal de lutar pela igualdade política das mulheres. Essas



Fotos: Divulgação



Acima, a deputada Luci Choinacki. Ao lado, o cartaz da sessão solene em homenagem aos 70 anos do voto feminino no Brasil

idéias e as lutas no Brasil foram propagadas em todos os continentes. Em 1927, em Mossoró, Celina Guimarães Viana inscreveu-se como eleitora, fato que repercutiu internacionalmente e serviu de

exemplo para a Inglaterra regulamentar o direito ao voto feminino. No ano seguinte, mulheres do Rio Grande do Norte participaram diretamente de eleições em seu estado, mas os votos foram anulados pelo Senado.

No cartaz de divulgação da sessão solene em que lembramos esse fato histórico, realizada em 5 de junho, estão fotos do I Congresso Internacional Feminista, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1931, quando o voto também foi pauta de discussão. Dois anos depois desse encontro, as mulheres brasileiras foram às urnas.

Hoje, passados 70 anos, poucas são as mulheres que representam o povo brasileiro em todas as instâncias do poder. Mas há dados que indicam mudanças no rumo dessa história, a começar por uma pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo, pela qual é apontado que 70% das 2,5 mil entrevistadas, em todo o país, reconhecem a importância da política e 59% dizem que a mulher está preparada para exercer mandatos políticos.

A inclusão das mulheres na política e no poder é fundamental para alterar o triste quadro da realidade do universo feminino no Brasil. Mas precisamos de mulheres comprometidas com um projeto político sustentado pela justiça social, distribuição de renda e riqueza e inclusão de milhões de mulheres e homens à cidadania, para que tenham acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Esse deve ser o nosso voto de confiança e esperança. ■

“A inclusão das mulheres na política e no poder é fundamental para alterar o triste quadro da realidade do universo feminino no Brasil”

*Deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina

Em defesa da soberania

A campanha nacional contra o acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos para uso do Centro de Lançamentos de Alcântara já está nas ruas

A MOBILIZAÇÃO CONTRA O ACORDO começou em junho, no Rio de Janeiro, com um ato público no teatro João Caetano. A segunda manifestação foi em Brasília, no dia 25 de junho, seguindo-se à de Goiânia, durante o encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na primeira semana de julho. Estão previstas ainda manifestações em Belém e São Luís, na primeira semana de agosto, culminando com o plebiscito nacional em setembro, que vai consultar os brasileiros sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), entre eles o brigadeiro Rui Moreira Lima, estão engajados no movimento que pretende, segundo anunciou o presidente de honra do PDT, Leonel Brizola, no lançamento da campanha, “incendiar o país”. Um dos coordenadores da campanha, João Pedro Stédile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trabalha para a criação de “células de resistência” em todo o Brasil. E convidou os militares a adotarem o movimento, organizando-se nos quartéis, porque, disse Stédile, “essa é uma luta em defesa da soberania nacional”.

As três perguntas aprovadas para a cédula do plebiscito são as seguintes: 1) O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?; 2) O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?; 3) O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – Base de Alcântara – para o controle militar dos Estados Unidos?

Promovida pelo Fórum Nacional de Lutas, integrado por partidos de oposição, Igreja, sindicatos e o MST, a campanha não conta com o apoio da direção nacional do

Partido dos Trabalhadores, que, no encontro de São Paulo, onde foram definidas as perguntas, defendeu a exclusão do acordo de Alcântara, no Maranhão, na cédula do plebiscito e foi voto vencido.

Manobra

O acordo de salvaguardas tecnológicas foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia em manobra articulada pelo governo, com parecer do deputado José Rocha (PFL-BA), após ter sido rejeitado na Comissão de Relações Exteriores, denunciou o deputado Valdir Pires (PT-BA), autor do relatório nessa comissão. O projeto encontra-se, agora, na Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado, seguirá para o plenário.

Foto: AFP



Sem trazer qualquer desenvolvimento tecnológico, o acordo limita a circulação de brasileiros em Alcântara

Essa manobra feriu o regimento interno da Câmara. Segundo as normas internas da Casa, quando um projeto (ou acordo) é rejeitado na comissão específica que trata do assunto, ele é arquivado e não tramita mais no Congresso. Passando por cima do regimento, o governo o encaminhou à Comissão de Ciência e Tecnologia, onde o deputado José Rocha não disse uma palavra sobre pesquisa, ciência e tecnologia, e o relatório finalmente foi aprovado. O tratado bilateral proíbe o Brasil de usar os recursos do aluguel da Base de Alcântara em investimentos na área tecnológica.

Na opinião do deputado Valdir Pires, a manobra serviu para o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, argumentar junto ao governo norte-americano, dizendo que “há uma polêmica no Congresso Nacional quando, na verdade, foi rejeitada por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e agora aprovada num relatório que é inexpressivo, anti-regimental e que viola nossa soberania”.

O parlamentar baiano quer mostrar ao plenário da Câmara que o parecer de seu colega José Rocha, além de ferir a soberania brasileira, porque subordina parte de nosso território à jurisdição norte-americana, é também inconstitucional.

Assinado em abril de 2001, o acordo de salvaguardas tecnológicas proíbe qualquer pessoa (inclusive autoridades brasileiras) de circular na área do Centro de Alcântara sem autorização de Washington, além de proibir a fiscalização dos contêineres com material que vem dos Estados Unidos. Isso significa, na opinião de Valdir Pires, que os estadunidenses podem trazer equipamentos para montar artefatos atômicos para agredir nações amigas do Brasil, “sem nosso conhecimento”. (Mêlia Moreira) ■

Guerra social

É difícil falar em direitos humanos em um país com impressionantes indicadores de violência, onde os aparatos de repressão militar continuam atuando e a miséria e a fome deixam sem esperança aproximadamente um quarto da população

Roberto Della Santa Barros*

O RELATOR DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO, JEAN ZIEGLER, afirmou que “a fome no Brasil tem contornos de genocídio” e que existe em nosso país uma “guerra social”. Mesmo que essa afirmação tenha causado indignação no governo brasileiro, que expressou sua rejeição à ingerência do diplomata nos assuntos internos do país, o fato é que há aproximadamente 44 milhões de brasileiros na condição de famintos e miseráveis, ou seja, mais de 25% da população.

Segundo o Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego já passa dos 15%. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, um em cada quatro trabalhadores ganha até um salário mínimo. No Nordeste, 46,2% ganham até um mínimo; 73%, até dois. Mais de 80 milhões de brasileiros sobrevivem com renda de até dois salários mínimos. Os 10% mais pobres da população concentram 1% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos concentram o equivalente a 45,7% das riquezas do Brasil.

Esses números representam uma profunda contradição entre a realidade social da população brasileira e os “objetivos fundamentais da República” promulgados através da Constituição Federal de 1988, entre os quais figuram

Ao lado, uma jovem após ser detida e agredida por policiais durante manifestação contra a Alca, em São Paulo, em 2001. Abaixo, crianças de rua, sem qualquer condição de vida digna

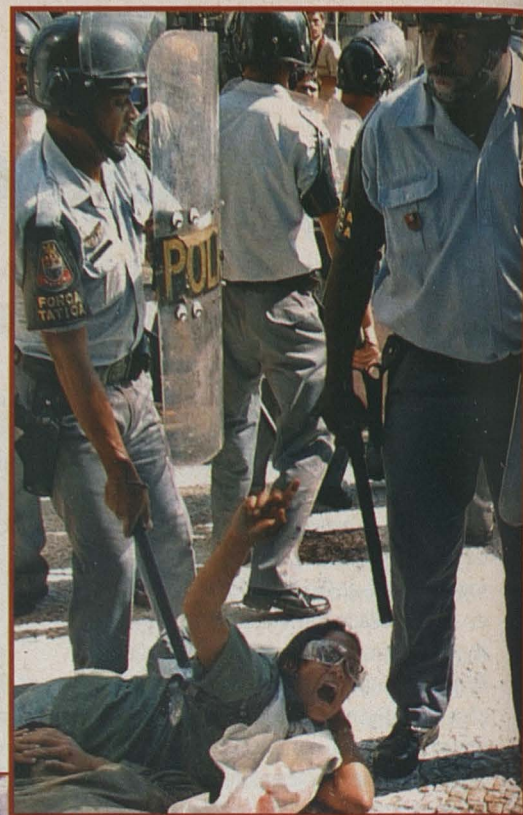


Foto: Cedoc

a “erradicação da pobreza” e a “redução das desigualdades sociais”.

A Anistia Internacional (AI) denunciou – em documento público de maio último – que polícias e esquadrões da morte vinculados a forças de segurança do Brasil cometeram numerosos homicídios de civis, inclusive crianças, durante 2001. A agência, em seu informe anual sobre o estado dos direitos humanos no mundo, diz que, “no Brasil, continuaram as práticas ‘generalizadas e sistemáticas’ de tortura e maus-tratos nos cárceres, assim como o

‘grave problema’ da delinquência urbana e a impunidade em que vivem os responsáveis por cometer abusos contra os direitos humanos”.

A Anistia Internacional destacou ainda que, em vários estados brasileiros, a investigação ou denúncia de casos de corrupção oficial geraram ameaças ou a morte de defensores dos direitos humanos e do meio ambiente, políticos e jornalistas. Segundo o professor da Universidade de Nova Iorque, James Petras, “as políticas de Fernando Henrique Cardoso



Foto: AFP

Acima, índios pataxós protestam em frente ao Tribunal de Justiça de Brasília, onde acontecia o julgamento dos quatro jovens acusados do assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos. Galdino foi queimado vivo quando dormia na rua, na noite de 19 de abril de 1997

de atrair o capital estrangeiro estão estreitamente ligadas a sua política de cortes fiscais e flexibilização trabalhista, que, por sua vez, se conecta com maior repressão, e que inevitavelmente está relacionada com a maior impunidade para os agentes da repressão”. “O ‘modernizador’ FHC ficou profundamente atrelado à rede de políticas oligárquicas tradicionais: regalias ao exterior, alianças com latifundiários, políticas sociais regressivas e repressão militar”, completa Petras.

A continuidade de práticas repressivas herdadas da ditadura militar torna-se evidente ao observarmos a atuação dos aparatos de coerção que exercem, até os dias de hoje, a repressão direta, por meio das polícias, tropas de choque e das Forças Armadas.

A repressão aos trabalhadores durante manifestações políticas, greves, ocupações de latifúndios, passeatas, piquetes e marchas populares tem resultado em massacres, chacinas, espancamentos e assassinatos na cidade e no campo.

Quando em um país há mais de 15 mil mortes violentas por ano – não biológicas e não relacionadas à fome – as Nações Unidas consideram que existe um estado de guerra, chamado de conflito de

baixa intensidade (*low intensive conflict*). No Brasil, segundo o próprio Ministério da Justiça, ocorrem cerca de 40 mil assassinatos por ano. A impunidade serve de estímulo para o prosseguimento dessa violência. Como exemplo, temos o resultado do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás (ver página 18), considerado uma “traição às esperanças de justiça” pela Anistia Internacional.

Os laços que unem latifundiários e o sistema judicial no Brasil são demonstrados pelo fato de que, entre 1985 e 1999 – em pleno regime democrático – houve 1.158 militantes sem-terra assassinados, mas só 56 pessoas foram levadas a julgamento, dentre as quais somente 10 foram condenadas. Aqui é necessário ressaltar que a própria Constituição de 88 previa, como competência da União, a desapropriação “por interesse social, para fins de reforma agrária” de todas as propriedades rurais que não cumpram sua função social, o que confere total legitimidade às ocupações de terras promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos camponeses no Brasil.

A prática generalizada de assassinatos políticos, segundo a Anistia Interna-

cional, segue impune pelo Poder Judiciário brasileiro. Só durante os primeiros quatro anos do governo de Fernando Henrique foram assassinados 163 trabalhadores rurais. Sem contar diversas lideranças sindicais, militantes de esquerda e trabalhadores urbanos.

Ziegler, professor da Sorbonne e autor de estudos sobre a fome no mundo, tem amigos ilustres no Brasil, como Florestan Fernandes e o próprio Fernando Henrique. “Em Crato (CE), ao lado do cemitério católico oficial, vi um vasto campo semeado de pequenas colinas: ‘crianças anônimas’, me disse Cícero, o amigo camponês que me recebeu”, relata o professor. São crianças anônimas, mortas nos primeiros dias ou semanas de vida: de rubéola, diarreia, desidratação e outras doenças causadas pela subalimentação.

Segundo Ziegler, os males do subdesenvolvimento juntos, tais como a fome, epidemias e as guerras induzidas pelo grande capital e pelos interesses imperialistas em todo o globo terrestre, representaram, durante o período de um ano, um total de mais de 58 milhões de vítimas, ou seja, dois milhões a mais que o total de vítimas da Segunda Guerra Mundial, o maior conflito armado da humanidade, que durou seis anos.

O professor suíço não enxerga alternativas à “ditadura mundial do capital financeiro” sem a realização da reforma agrária, a ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o não-pagamento da dívida externa. “A guerra social no Brasil é um guerra verdadeira”, confirma o relator da Organização das Nações Unidas. ■

*Estudante de jornalismo da Universidade Estadual Paulista, participa do I Curso de Jornalismo em Situação de Conflito Armado – promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e pela Oboré Comunicações e Artes – no Projeto Repórter do Futuro de 2002, em São Paulo. Incentivado a procurar veículos que pudessem publicar pautas ligadas à questão dos direitos humanos, ele sugeriu a cadernos do terceiro mundo esta pauta, que foi prontamente aceita pela nossa Editoria

Massacre impune

Praticamente todos os envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás foram absolvidos

Ismael Machado

O RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO DE ELDORADO DOS CARAJÁS, com a absolvição em massa de praticamente todos os policiais militares envolvidos no massacre de 17 de abril de 1996, confirmou apenas o que o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já denunciava: a própria realização do julgamento foi uma tentativa do Poder Judiciário paraense de dar uma resposta à sociedade em relação à sua capacidade de levar o caso até o final. "Foi um julgamento feito a toque de caixa", resume Ulisses Manaças, membro da coordenação nacional do MST e integrante da direção estadual do movimento no Pará.

Em pouco mais de um mês de julgamento, a palavra *farsa* foi a que mais se repetiu entre os corredores do Tribunal de Justiça do Pará. Talvez por isso não tenha havido surpresa maior quanto ao andamento do caso. Foi um final melancólico para um assunto cuja repercussão ultrapassou as fronteiras do país.

Dessa vez, ao contrário do que ocorreu quando da primeira tentativa de se levar os acusados ao banco dos réus, a esquerda brasileira praticamente não se manifestou. Não houve uma palavra que se insurgisse. Em 1999, quando foi feito o primeiro julgamento, estiveram em Belém do Pará uma verdadeira constelação. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, encabeçou a lista, que tinha ainda o deputado José Genoíno, o senador Eduardo Suplicy e o líder do MST, José Stédille. Poucos holofotes para tantas estrelas.

Três anos depois, o encanto esvaneceu-se. Quando o juiz Roberto Moura leu a última sentença, absolvendo os últimos policiais, quase ninguém, a não ser alguns jornalistas e os familiares dos acusados, estavam ali para ouvi-lo. "Foi um anticlímax. O que houve foi uma espécie de desencanto a respeito de todo o caso", resume a socióloga Izabel Cristina Borges.

O julgamento

Os primeiros envolvidos no massacre a sentar no banco dos réus foram os três oficiais que comandaram a operação: o coronel Mário Pantoja, comandante do Batalhão da Polícia Militar em Marabá; o major José Maria Oliveira, e o capitão Raimundo José Almendra Lameira. Pantoja foi considerado culpado pelas mortes dos 19 sem-terra e condenado a 228 anos de prisão, mas ganhou o direito de apelar da sentença em liberdade. O mesmo benefício foi estendido ao major José Maria de Oliveira, condenado a 158 anos de prisão. Os jurados absolveram o capitão Raimundo Lameira.

A condenação fez com que o promotor Marco Aurélio do Nascimento comemorasse o que para ele era uma certeza. "Já não se pode falar em impunidade neste caso." Mas, para os interessados na punição dos criminosos, ficou um travo amargo na boca. "É uma condenação ambígua, onde ninguém saiu do banco dos réus para a cadeia", comentou o padre Adriano Sella, da Comissão Pastoral da Terra, em Belém.

O MST parecia adivinhar o desfecho do julgamento e se retirou de início do ca-



so. "Já havia indícios claros de parcialidade", afirma Manaças. Esses sinais já se manifestavam na escolha dos jurados, todos funcionários com cargos de confiança em órgãos estaduais. A desconfiança tornou-se quase certeza com o acesso restrito à imprensa ao tribunal do júri. Além disso, das 200 credenciais solicitadas pelo MST, apenas três foram liberadas. Para culminar, algumas declarações públicas da juíza



Foto: AFP

Militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fazem manifestação contra a impunidade no caso do massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996

A sequência do julgamento mostrou que o pior ainda estaria por vir. Já sob a presidência do juiz Roberto Moura, nove sargentos acusados de participação no massacre foram absolvidos na madrugada de 28 de maio. Entre os jurados prevaleceu a tese da defesa de que não havia como estabelecer entre os mais de 150 policiais que participaram da operação quais deles atiraram nos sem-terra. Embora houvesse a preocupação de que a tese pudesse prevalecer nos julgamentos dos 137 policiais que participaram do massacre, ainda havia esperança por parte da acusação. “Não acredito que essa sentença vá influenciar os próximos julgamentos”, afirmou o advogado Marcelo Freitas, assistente de acusação pela Sociedade dos Direitos Humanos do Pará.

Não era o que pensava a defesa dos acusados. O advogado Américo Leal resumiu a situação em uma frase. “Agora é outro jogo.” Era um entendimento similar ao do Palácio do Planalto, que enviou dois representantes do Ministério da Justiça para acompanhar de perto o julgamento. O medo era que o Brasil, apontado como violador dos direitos humanos, fosse condenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e sofresse sanções econômicas.

No dia 4 de junho, teve início o julgamento de mais seis policiais. No dia seguinte, todos foram absolvidos numa sessão marcada por intenso bate-boca entre promotoria e defesa.

Viria a seguir o julgamento em massa de 124 policiais militares que participaram da operação. Foi a quinta sessão de júri, que começou sob a sombra da suspeita lançada pela assistência de acusação de que haveria um pacto entre promotoria e defesa para absolver todos os militares envolvidos.

Marcelo Freitas, o autor da acusação, retirou-se do caso. O promotor Marco Au-

rêlio do Nascimento classificou como absurda a suspeita. O próprio MST afirmou nada ter a reclamar do promotor. O que não impediu que todos os policiais fossem absolvidos.

Uma característica peculiar nos depoimentos. Com menos de três minutos para cada um, o juiz Roberto Moura ouviu todos os policiais. Perguntou a mesma coisa para todos: se haviam atirado em algum sem-terra e se viram algum deles ser morto. Mecanicamente ouviu a mesma resposta. Ninguém havia atirado. Na pior das hipóteses, os tiros foram disparados para cima. Nem as fotos dos 19 mortos, nem o laudo dos peritos, que mostravam a forma como os sem-terra foram assassinados, convenceu os jurados. Absolvição em massa. Foi esse o resumo final.

“O julgamento é emblemático”, pondera Ulisses Manaças. “Quem está sendo julgada é toda a sociedade brasileira. Eldorado dos Carajás resume o que aconteceu no Carandiru, na Candelária, em Vigário Geral, Corumbiara e em tantas outras situações.”

Manaças diz que a saída do MST do caso fez com que o julgamento perdesse a credibilidade. O MST ainda acredita que possa haver justiça. “Vai haver pressão, vamos denunciar o que aconteceu. O que queremos é que crimes como o de Eldorado dos Carajás sejam julgados em esfera federal, com maior visibilidade e com a imparcialidade necessária que a Justiça paraense claramente não tem.”

Eldorado dos Carajás poderia ter sido emblemático como um passo para o fim da violência e da impunidade. Não o foi. Ao contrário, a violência tem sido maior e mais seletiva. Para se ter uma idéia, somente nos 120 dias entre abril e agosto de 2001, foram presos 125 trabalhadores rurais no sul e sudeste do Pará. A título de comparação, em 1999, em todo o Brasil, foram presos 611 trabalhadores rurais. Ou seja, apenas em quatro meses, naquelas regiões do Pará, foram detidos mais de 20% do total de presos em todo Brasil em 1999, último ano que conta com dados consolidados pela Comissão Pastoral da Terra. ■

Eva do Amaral Coelho pareciam indicar uma suspeita parcialidade contra o MST. “Quando ela saiu do caso, deveria haver um novo processo”, diz Ulisses Manaças. Tudo isso, segundo ele, são exemplos claros da farsa montada. “Os dois oficiais condenados acusaram diretamente o secretário de Defesa Social, Paulo Sette Câmara, e o governador Almir Gabriel. Nenhum deles foi sequer chamado a testemunhar.”

Comunicação à venda

Congresso aprova emenda constitucional permitindo a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, considerada uma forma de salvar o setor da crise econômica em que se encontra. Entretanto, esta medida, além de não garantir a recuperação da mídia nacional, pode trazer graves prejuízos à sociedade brasileira

EM UM PERÍODO EM QUE A PROPRIEDADE dos meios de comunicação concentra-se, cada vez mais, na formação de grandes oligopólios em nível internacional, o Congresso brasileiro demonstrou não estar preocupado com a democratização dos meios de comunicação. A recém-aprovada proposta de emenda constitucional (PEC 5/2002), permitindo que até 30% das empresas nacionais de comunicação sejam controladas pelo capital estrangeiro, atende aos interesses dos empresários do setor preocupados em financiar seus veículos, dos quais uma grande parte enfrenta uma grave crise. Além de permitir a entrada do capital estrangeiro, a emenda trouxe outra novidade: as empresas do setor agora podem ter seu capital 100% ligado a pessoas jurídicas, abrindo a possibilidade de compra de ações por outras empresas, o que antes era restrito.

Teoricamente, o texto da emenda constitucional garante que o controle editorial permanece integralmente nas mãos dos acionistas brasileiros (natos ou naturalizados há pelo menos dez anos). Esta salvaguarda, porém, carrega certa hipocrisia, pois é praticamente impossível fiscalizar se há qualquer forma de ingerência na definição da pauta de um veículo impresso, ou da programação de uma emissora de rádio ou televisão.

Apesar do interesse econômico envolvido, ou talvez exatamente por este motivo, a mídia praticamente ignorou toda a evolução da tramitação dessa

emenda no Congresso. A sociedade, que normalmente não costuma questionar a concentração dos meios de comunicação, ficou alheia ao debate. A mobilização aconteceu, mas foi muito pequena, insuficiente para exercer alguma influência na decisão dos parlamentares. Algumas entidades profissionais e estudantis, aglutinadas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (ver quadro), protestaram publicamente, mas não conseguiram agregar setores mais amplos da sociedade à luta.

Dessa forma, foi feito um acordo no Congresso para evitar qualquer possibilidade de a PEC ser vetada. Na votação em segundo turno no Senado, a definitiva, a medida teve 57 votos favoráveis, um contra e uma abstenção. O único voto contrário foi do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), cujo partido liberou seus parlamentares. Os outros partidos de oposição, vislumbrando a derrota provável, votaram favoráveis à PEC, impondo como condição a implantação imediata do Conselho de Comunicação Social (ver matéria "Conquista relativa", página 23).

Entretanto, esta questão tem implicações profundas, que não envolvem apenas a situação econômica das empresas do setor. É improvável que os investidores estrangeiros se privem de influenciar o conteúdo dos veículos dos quais forem acionistas, e a presença deles pode se constituir em uma ameaça à cultura e à soberania nacionais.

É inegável a importância dos meios

de comunicação na difusão de valores que constituem a base da sociedade. Estudiosos da comunicação na era da globalização já demonstraram que a indústria cultural promove a "uniformidade" da produção, e a tendência é que isso se agrave quando os mesmos conglomerados controlam a mídia mundo afora. Sufoçando-se a produção independente, a cultura local corre o risco de ser "engolida" pela produção das grandes empresas multinacionais de mídia. A convivência entre diversas formas de produção cultural pode ser proveitosa, mas é necessário estimular mecanismos que garantam que a influência de outras manifestações culturais não seja nociva à cultura nacional. Isso é ainda mais grave, considerando-se que o mercado cinematográfico já é dominado pelas produções internacionais, principalmente norte-americanas.

Jornalismo confiável?

Essa ameaça paira também sobre o jornalismo. Se a manipulação de informação pela mídia já é uma preocupação quando empresas são nacionais, o que acontecerá quando as informações envolverem interesses econômicos internacionais? Será que os acionistas não influenciariam o noticiário sobre as negociações para a implementação da



Empresas brasileiras de comunicação vêm a entrada de capital estrangeiro como uma saída para seus problemas econômicos. Esta foi a única justificativa apresentada para a emenda constitucional. Além de não garantir a solução da crise, a medida pode fortalecer a concentração dos meios de comunicação

Dívida eleva o risco Brasil

ênncia de classificação recomenda aperto fiscal dobrado e rebaixa país

Central Armínio Fraga afirmou que em 30 meses o Brasil poderá ser um país seguro para se investir. Antes mesmo do anúncio da S&P, o dólar chegou a ser negociado a R\$ 2,84, mas recuou e fechou a R\$ 2,80. A expectativa de especialistas é que, com o rebaixamento, a moeda americana volte a subir. Já o grupo francês Vivendi Universal, derrubou as bolsas de valores em todo o mundo. (Páginas 8 e 10)

Penta 2002

Forças armadas reverenciam seus heróis



BRASIL

PODE VIRAR UMA ARGENTINA



A política do grampo
Os arapongas aparecem. Empresa de Brasília contratada para rastrear governadora do Maranhão tem como sócio agente da Polícia Federal que atuou como segurança em campanha dos tucanos

PFL acusa José Serra de estar por trás das denúncias que destruíram a candidatura de Roseana Sarney
Tasso Jereissati ameaça romper com Serra. Ele descobriu que seus telefones também foram grampeados

As escutas reveladas na última edição de ISTOÉ levam o deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ) à Comissão de Ética. Oposição quer CPI

Art: Mauro C. Alvarenga



Foto: Divulgação

Retomada de mobilização

De 14 a 16 de junho, cerca de cem pessoas, entre delegados e observadores, participaram da IX Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), realizada no Rio de Janeiro. Os principais temas em discussão foram a regulamentação da emenda constitucional, que permite a entrada do capital estrangeiro nas empresas de comunicação nacionais; o Conselho de Comunicação Social; a questão da radiodifusão comunitária; a Lei de Comunicação Social Eletrônica, e as perspectivas da implementação da tecnologia digital na comunicação.

A plenária definiu como prioridades para o FNDC no próximo período a atuação como ombudsman, fiscalizando a mídia nas eleições presidenciais, e o aprofundamento nas discussões sobre a tevê e o rádio digitais, que já estão em discussão no Congresso e devem estar em período de implantação a partir do próximo ano. Além disso, a plenária fez uma revisão das Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil. Este material será apresentado a todos os candidatos a presidente para servir de embasamento aos programas de governo na área da Comunicação.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação surgiu em 1991, aglutinando diversos setores sociais preocupados com a concentração dos meios de comunicação no país. Entre as suas lutas mais marcantes podem ser citadas: a luta pela implantação do Conselho de Comunicação Social, a elaboração de uma Lei de Imprensa e a regulamentação da tevê a cabo.

Após alguns anos desarticulado, o FNDC voltou a se reunir na VIII Plenária, realizada em dezembro de 2001, em Brasília. Desde então, os esforços têm sido no sentido de fortalecer o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação como movimento social, ampliando sua base de sustentação. (Alvaro Neiva)

Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por exemplo?

Além disso, os especialistas alertam para outros riscos que a entrada do capital estrangeiro pode trazer. Segundo o deputado federal Milton Temer (PT/RJ), que votou contra a emenda na

votação na Câmara, contrariando a orientação de seu partido, a medida provocará uma concentração ainda maior dos meios de comunicação, pois não será acompanhada de uma abertura do mercado, através de novas concessões, por exemplo.

Atualmente, poucas famílias controlam a maioria dos veículos de comunicação no Brasil, e elas exercem grande influência sobre o Congresso Nacional, pois boa parte dos parlamentares possui concessões de rádio e/ou televisão. Em breve, no entanto, é provável que estes veículos passem a estar ligados às mesmas empresas que dominam o mercado internacional da comunicação, compondo um oligopólio no setor.

Os investidores estrangeiros vão poder decidir quais veículos devem ser fortalecidos e quais continuarão em crise, enfrentando a possibilidade de falência. Com isso, aqueles que tentam resistir às políticas impostas pelo capital internacional estariam sujeitos a serem aniquilados pelo mercado, que seria, ainda mais do que hoje, a única forma de controle sobre o setor.

Como em outros setores que passaram pelo processo de entrada do capital estrangeiro, é possível que isso provoque uma redução do mercado de trabalho. Não deve haver a ocupação de muitos postos de trabalho por estrangeiros, mas a necessidade de lucro pode levar a um corte de despesas, que costuma começar por demissão de pessoal. Como não há nenhuma contrapartida de novas concessões, será difícil realocar esses trabalhadores desempregados. Além disso, é possível que investidores estrangeiros pressionem para veicular programações originais de outros países. "A PEC atinge os trabalhadores, pois não há nenhum respaldo que garanta a produção nacional, muito menos regional. Dessa forma, é possível importar produtos prontos, diminuir investimentos na produção e cortar empregos", afirma Márcio Leal, do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro.

"Esta emenda é absolutamente inaceitável; é um atentado ao espírito da Constituição de 1988, pois significa a definitiva alienação da soberania e democracia nos meios de comunicação", afirma Milton Temer. (Alvaro Neiva) ■

Conquista relativa

Conselho de Comunicação Social é instalado após dez anos de espera, mas sua composição ainda é insatisfatória para a sociedade civil

ALUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL poderia ter avançado muito com a instalação do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo, auxiliar ao Congresso Nacional. A criação do Conselho estava prevista na Constituição e o projeto de lei que determinava sua criação é de 1991. O órgão deveria estar em funcionamento desde março de 1992, mas a pressão dos empresários da comunicação nacional sobre os parlamentares nunca permitiu sua implantação.

Um acordo no Congresso em troca da abertura das empresas de comunicação a pessoas jurídicas e ao capital estrangeiro possibilitou que o Conselho fosse finalmente implantado. Este acordo já dá à implantação do Conselho um certo gosto de derrota. Mas os problemas não param por aí.

A sua composição definitiva desagradou muitas entidades envolvidas na luta pela democratização da comunicação.

Dos 13 membros titulares, as entidades de trabalhadores da área têm direito a quatro vagas; os empresários, a outras quatro. As cinco vagas restantes serão distribuídas entre representantes de outros setores da sociedade civil. Não houve problemas com os representantes de trabalhadores nem dos empresários. Foi contestada a indicação de pessoas que não representam a sociedade civil para as outras vagas. Nessas vagas aparecem, por exemplo, Jayme Sirotsky, da RBS, afiliada da Rede Globo, e Antônio Telles, vice-presidente da Bandeirantes. Uma das entidades excluídas foi a Executiva Nacional de Comunicação Social (Enecos) —, historicamente envolvida na luta pela democratização da comunicação. Mas a pior exclusão foi a do movimento de radiodifusão comunitária, que seria representado pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço). Ela recebeu um claro veto por parte dos representantes dos empresários, sem nenhuma justificativa aceitável.

O acordo que permitiu a implantação do CCS definiu que o primeiro mandato do Conselho estaria vinculado à mesa-diretora do Congresso: termina, portanto, em março de 2003. Essa medida contraria a lei que regulamentou o Conselho, na qual se define que o mandato seja de dois anos. Por isso, em sua primeira reunião, os membros do Conselho decidiram por unanimidade pedir aos presidentes da Câmara e do Senado que seus mandatos vigorem pelo tempo que determina a lei.

Nesta primeira reunião, realizada em 26 de junho, o Conselho nomeou uma comissão para acompanhar o projeto, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), que determina a obrigatoriedade de as emissoras de televisão veicularem produções locais ou regionais. Outra comissão foi formada para estudar propostas para a regulamentação das tecnologias digitais na comunicação. (Alvaro Neiva) ■

MEMBRO/CATEGORIA	INSTITUIÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
I - EMPRESAS DE RÁDIO	Abert	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emmanuel Carneiro
II - EMPRESAS DE TELEVISÃO	Abratel	Roberto Wagner Monteiro	Flávio Martinez
III - EMPRESAS DE IMPRENSA ESCRITA	ANJ/Aner	Paulo Cabral de Araújo	Carlos Roberto Berlinck
IV - ENGENHEIRO		Fernando Bittencourt	Miguel Cipoal
V - CATEGORIA PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS	Fenaj	Daniel Koslowsky Herz	Frederico Barbosa Ghedini
VI - CATEGORIA PROFISSIONAL DOS RADIALISTAS	Fitert	Francisco Pereira da Silva	Orlando Ferreira Guilhon
VII - CATEGORIA PROFISSIONAL DOS ARTISTAS	Anearte	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
VIII - CATEGORIA PROFISSIONAL DE CINEMA E VÍDEO	STIC/Sindicine	Geraldo Pereira dos Santos	Antonio Ferreira de Sousa Filho
IX - 1 SOCIEDADE CIVIL		José Paulo Cavalcanti	Manoel Alceu
X - 2 SOCIEDADE CIVIL		Alberto Dines	Antônio Telles
XI - 3 SOCIEDADE CIVIL		Jaime Sirotsky	Jorge da Cunha Lima (Abepec)
XII - 4 SOCIEDADE CIVIL		Carlos Chagas	Regina Festa (Andi)
XIII - 5 SOCIEDADE CIVIL		Ricardo Moretzsohn (CFP)	Assunção Hernandes (CBC)

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA

Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85-86448-08-7

Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris



MINUTOS DE SABEDORIA

C. Torres Peixoto Cód.: 0491-9

Ensaios que contribuem para a elaboração de um novo mundo mais pacífico e mais humano. 288 páginas. Dimensão: 11,5cm x 8cm - R\$5,50 - Editora Vozes

BIOGRAFIAS



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo I - Do menino ao guerrilheiro

Claudia Furati Cód. 85.7106-327-4

A chegada do pai espanhol de Fidel a Cuba, no início do século XX, até a vitória da Revolução naquele país, em janeiro de 1959. Ilustrado com fotos e mapas. 576 págs. R\$54,00 - Ed. Revan



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo II - Do subversivo ao estadista

Claudia Furati Cód. 85.7106-328-2

A formação do novo poder em Cuba, a "crise dos mísseis" de 1962, o apoio de Cuba à luta de libertação em Angola, e outros países que se batiam contra o imperialismo. A confirmação de Fidel como um dos grandes estadistas do mundo. Com fotos e mapas. 496 páginas. R\$46,00 - Editora Revan



JOÃO GOULART

Lembranças do exílio

Jorge Otero

Cód.: 3531-1

Este livro mostra a vida de um líder que jamais perdeu a simplicidade. Transigente e pacífico em um contexto de intolerância e belicosidade daqueles tempos de Guerra Fria. 272 páginas. R\$30,00 - Casa Jorge Editorial



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viano Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL

(1500 - 1808)

Ronaldo Vainfas (direção)

Cód. 85 7302 320-1

Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$53,90 - Ed. Objetiva

ECONOMIA



BANCO CENTRAL

Autoridade política e democratização - um equilíbrio delicado

Lourdes Sola, Eduardo Kugelmas & Laurence Whitehead Cód. 0380-X

Um abrangente estudo de especialistas sobre o desempenho do Banco Central durante a década de 1990, traçando um panorama da política monetária nacional e internacional. 292 páginas - R\$38,00 - Editora Fundação Getulio Vargas

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUA

Leonardo Boff Cód. 5-326-1977-0

O livro continua o anterior *A água e a galinha*, e relaciona a dimensão-água e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$16,50 - Editora Vozes



A ÁGUA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$19,80 - Editora Vozes

HISTÓRIA



CÍRCULOS OPERÁRIOS

A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil

Jessie Jane V. de Souza Cód. 246-4

O envolvimento entre a Igreja e o Estado entre 1930-1964, e os resultados no mundo do trabalho e no processo de desenvolvimento urbano e industrial, através dos círculos operários, uma das vertentes do catolicismo social. 317 págs - R\$30,00 - Ed. UFRJ



DOSSIÊ GEISEL

Celso Castro & Maria Celina D'Araujo

Cód. 0383-4

O livro avalia importante acervo documental sobre a recente história do Brasil: o arquivo pessoal de Ernesto Geisel, doado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da FGV. 252 páginas - R\$37,00 - Ed. FGV



SNI & ABIN

Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX

Priscila Carlos B. Antunes Cód. 0378-8

Saiba como a autora, vasculhando arquivos e ouvindo pessoas pouco propensas a falar, desvenda o processo de institucionalização de um dos mais controversos componentes da ação do Estado: a atividade de inteligência. 220págs - R\$33,00 - Ed. FGV



AS EGÍPCIAS

Retrato de mulheres do Egito faraônico

Cristian Jacq Cód. 777-1

A civilização faraônica concedeu à mulher um status excepcional se a compararmos com outras culturas do mundo antigo. Revisar essas mulheres é partilhar com elas um ideal de felicidade. 352págs. R\$38,50 Ed. Bertrand



PETRÓLEO - A maior indústria do mundo

Roberto Minadeo Cód. 7585-9

Estudo histórico e informativo, que apresenta fatos da indústria petrolífera mundial, fatos estes restritos ao século XX, período de grandes acontecimentos e transformações nessa indústria. 436 págs. R\$48,00 - Editora Thex



A ERA VARGAS

José Augusto Ribeiro Cód. 83528-1

Uma coleção em três volumes, que aborda acontecimentos em mais de setenta anos de História do Brasil - de 1882 a 1954. O primeiro volume começa pelos antecedentes da Era Vargas e por todo o debate da campanha presidencial de 1929-1930, com três capítulos sobre a questão social. O segundo volume cobre o período que vai do lançamento da candidatura de Vargas à Presidência, em abril de 1950. O terceiro volume é inteiramente dedicado aos acontecimentos desencadeados pelo chamado atentado de Toneleros, em 5 de agosto de 1954, até sua morte, na manhã do dia 24. Total de 971 páginas. R\$60,00. (Os livros não serão comercializados separadamente.) - Casa Jorge Editorial



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Editora Mauad



CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO

Liszi Vieira

Cód. 4775-9

O livro aborda com profundidade e competência os desafios trazidos pela globalização, em particular o papel das organizações da sociedade civil na promoção da democracia na esfera global. 142 páginas. R\$22,00 - Editora Record



A REINVENÇÃO DO SERTÃO

Paulo Emilio Matos Martins

Cód. 0349-4

O trabalho particularmente interessante aos euclidianistas que nestas páginas aprendem mais um pouco sobre a face oculta da História do Brasil e recebem sugestões das mais valiosas para futuras aplicações das pesquisas sobre Os Sertões e o pensamento social de Euclides da Cunha. 276 páginas. R\$39,00 - Editora FGV



A LUTA PELA BORRACHA NO BRASIL

Warren Dean

Cód. 0592-3

Esta obra conta a antiga história da domesticação da borracha tem sido frequentemente contada, nunca, porém, como neste livro. O livro constitui-se, no trabalho definitivo sobre o tema. 296 págs. R\$25,00 - Ed. Studio Nobel



MINAS DO OURO E DO BARROCO

As raízes históricas da cultura mineira

Washington Albino Cód. BA 7014

O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248 páginas. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeev Cód. 0084
Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$14,00 - Editora Revan

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód. 85.325.1028-0
O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo. 532 páginas. R\$40,00 - Editora Rocco



O LIVRO DO GENTIO E DOS TRÊS SÁBIOS
Raimundo Lúlio Cód. 2653-X
A história de um filósofo gentio e ateu, e a de três sábios (um judeu, um cristão, um muçulmano) que o ajudam e consolam em seus momentos de depressão. 248 páginas. R\$25,00 Ed. Vozes

POLÍTICA



O LUCRO OU AS PESSOAS?
Neoliberalismo e ordem global
Noam Chomsky Cód. 0935-9
Versão moderna da opressão dos *happy few* sobre a grande maioria da sociedade, cujos direitos civis e políticos têm sido esmagados. 192 páginas. R\$26,00 - Ed. Bertrand



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL
Bernardo Mançano Fernandes
Cód. 85.326.2345-X
A análise dos processos de formação e territorialização do MST, desde sua origem até 1999, em 22 estados. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318 páginas. R\$28,60 - Ed. Vozes



A CARAVANA DA MORTE
O livro que levou Pinochet ao banco dos réus
Patricia Verdugo Cód. 85.7106.224-2
O livro, obviamente, foi silenciado na época pela imprensa no Chile. Mesmo assim, rendeu vários prêmios. págs. R\$28,00 - Ed. Revan



DESMONTE DA NAÇÃO
Ivo Lesbaupin (Org.) Cód. 85.326.2174-0
O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$19,40 - Editora Vozes



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA
Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205
O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112 páginas. R\$16,00 - Editora Revan



DIÁSPORA
Os longos caminhos do exílio
José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo
Cód. 85-7509-019-4
Mostra o dia-a-dia dos exilados, com as dificuldades de adaptação a realidades tão diferentes, a luta pela subsistência, a educação dos filhos, a necessidade de dominar uma nova língua imediatamente, as relações de cada um dentro e fora do grupo, seus sonhos, êxitos ou frustrações. 280 páginas. R\$28,00 - Geração Editorial



O LIBERALISMO NO BRASIL IMPERIAL
Origens, conceitos e prática
Lúcia M. P. Guimarães & Maria Prado
Cód. 85.7106-228-5
A obra reúne estudos sobre a difusão no Brasil das idéias liberais vindas da Europa às vésperas da Independência, focalizando sua repercussão na imprensa, na literatura e nos debates políticos do país na época. 192 págs. R\$24,00 - Editora Revan



A DEMOCRACIA INTERROMPIDA
Gláucia Ary Dillon Soares
Cód. 0356-7
Um clássico da análise política no Brasil, influenciado pelos estudos pioneiros de Orlando de Carvalho sobre política eleitoral no nível municipal e pela sociologia política de inspiração estruturalista, o autor promoveu pela primeira vez no país o estudo sistemático sobre o sistema partidário nacional, aplicando técnicas de pesquisa hoje de uso obrigatório em determinadas áreas da disciplina. 390 páginas. R\$39,00 - Editora FGV



SISTEMAS PARTIDÁRIOS EM NOVAS DEMOCRACIAS - O caso do Brasil
Scott P. Mainwaring Cód. 0534-8
O livro apresenta uma ampla discussão sobre o sistema eleitoral brasileiro, as regras e mecanismos do Congresso, as produções do Legislativo, as ações do Governo e a Constituição dos ministérios. Trata da democracia representativa e da estrutura dos partidos como solidez, coesão e disciplina. 424 págs. R\$45,00 - Editora FGV



BRIZOLISMO
João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862
Leitura indispensável para quem se interessar pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 - Editora FGV

POLÍTICAS PÚBLICAS



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156
As ações políticas da ditadura de 1964 a 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter anti-democrático. A autora identifica os fatores que produzem barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas. R\$35,00 - Ed. Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999
Emílio Azevedo Cód. M 0268
Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00 - Editora Multitexto

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM
Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20310-0
O autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas. R\$29,00 - Editora Campus

SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO
Teoria social e cultura global
Roland Robertson Cód. 85326.2247-X
Mostra como a cultura tornou-se questão contestada globalmente. Por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$35,20 - Ed. Vozes



A TEORIA DA REVOLUÇÃO NO JOVEM MARX
Michael Löwy Cód. 2687-4
O livro tem seu centro no conceito de revolução e no momento em que Marx o elabora, entre 1844 e 1846, caracterizando um ruptura com sua posição teórica e política anterior. 245 páginas. R\$25,00 - Editora Vozes

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda. ou faça o seu pedido online: www.etm.com.br

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão _____ Validade até _____ / _____

Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: _____ / _____ / _____

Assinatura do comprador

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

CADERNOS 242
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (21) 2221-7511 - FAX: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - <http://www.etm.com.br>

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$3,00 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Em areia movediça

Governo esperava jogar a crise no colo de seu sucessor, mas ela estourou antes do previsto

Alvaro Queiroz

O GOVERNO TENTOU ESCONDER A GRAVIDADE DA CRISE em que mergulhou o país no transcurso dos mais recentes oito anos, ao mesmo tempo em que procurou mostrar ao mercado o seu empenho em garantir a perenidade da atual política econômica, seja qual for o candidato vitorioso nas próximas eleições presidenciais.

Nos embates entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu candidato, José Serra, de um lado, e, de outro, os oposicionistas, destacadamente o petista Luiz Inácio Lula da Silva, nestes meses que antecedem o começo da campanha eleitoral, o presidente e seus auxiliares de maior expressão na equipe econômica descobriram-se perdidos no gerenciamento da crise e à deriva em busca de um discurso de campanha capaz de justificar o modelo neoliberal e suas conseqüências para o povo brasileiro.

A ênfase na estabilidade, decisiva para a reeleição, tornou-se ultrapassada e desacreditada como meta maior de uma economia que hoje vai de mal a pior.

Em 1998, FHC conseguiu despolitizar a campanha eleitoral e ocultar a crise cambial que eclodiu com força no início do segundo mandato, amenizada pela ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela retomada do endividamento externo, e que agora ressurgiu com gravidade indissfarçável.

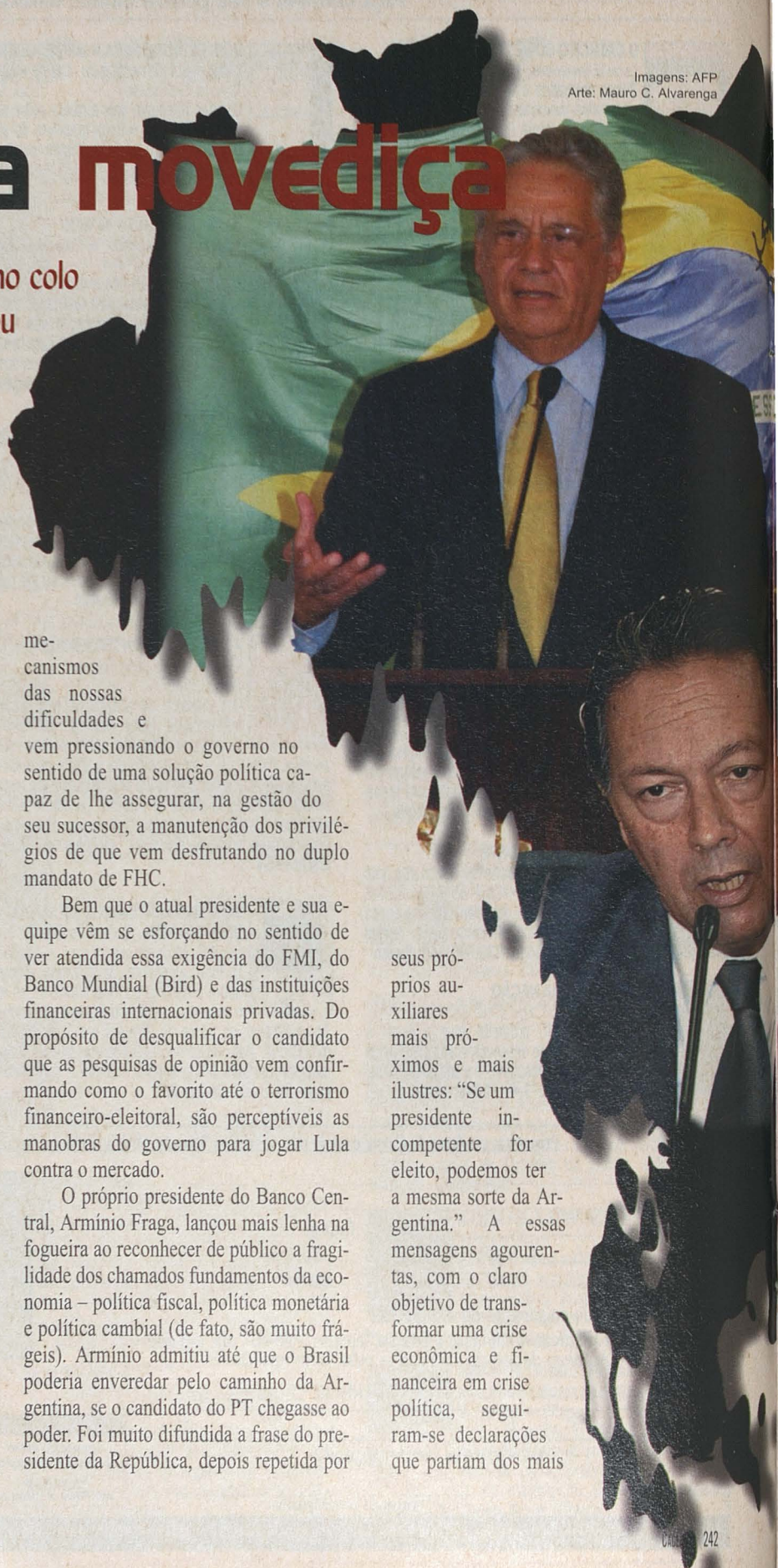
O mercado conhece muito bem os indicadores da economia do país e os

me-
canismos
das nossas
dificuldades e
vem pressionando o governo no sentido de uma solução política capaz de lhe assegurar, na gestão do seu sucessor, a manutenção dos privilégios de que vem desfrutando no duplo mandato de FHC.

Bem que o atual presidente e sua equipe vêm se esforçando no sentido de ver atendida essa exigência do FMI, do Banco Mundial (Bird) e das instituições financeiras internacionais privadas. Do propósito de desqualificar o candidato que as pesquisas de opinião vem confirmando como o favorito até o terrorismo financeiro-eleitoral, são perceptíveis as manobras do governo para jogar Lula contra o mercado.

O próprio presidente do Banco Central, Armínio Fraga, lançou mais lenha na fogueira ao reconhecer de público a fragilidade dos chamados fundamentos da economia – política fiscal, política monetária e política cambial (de fato, são muito frágeis). Armínio admitiu até que o Brasil poderia enveredar pelo caminho da Argentina, se o candidato do PT chegasse ao poder. Foi muito difundida a frase do presidente da República, depois repetida por

seus próprios auxiliares mais próximos e mais ilustres: “Se um presidente incompetente for eleito, podemos ter a mesma sorte da Argentina.” A essas mensagens agourentas, com o claro objetivo de transformar uma crise econômica e financeira em crise política, seguiram-se declarações que partiam dos mais



A política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso leva o país a uma grave crise: os indicadores sociais pioram e a dependência externa só aumenta

nal), quebras de contratos e outras medidas unilaterais foram incluídas no Programa de Governo de Lula, à revelia do PT, claro. Na sequência, cobranças descabidas de definições claras da política econômica do candidato e de satisfação ao mercado.

Quando reconheceu que tudo isso estava contribuindo para acentuar o nervosismo do mercado e nas relações do país com o próprio mercado, o governo passou a moderar a linguagem.

Por último, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sugeriu a permanência de Armínio Fraga no Banco Central, em nome de uma transição tranquila. Aqui, o ministro faz uma previsão de derrota do candidato José Serra. Na mesma fala à *Folha de S. Paulo*, edição de 26 de junho, propôs a surrada autonomia operacional do Banco Central. Uma pretensão de amarrar pés e mãos do próximo governo. Um gesto de pânico, de desespero, sem dúvida.

Choque no Brasil e na Argentina

O choque neoliberal atingiu o Brasil com virulência igual à violência com que se abateu sobre a Argentina, de cuja situação nos aproximamos com grande rapidez, desde quando o nosso vizinho se libertou das correntes do Plano de Convertibilidade. Ambos os países convergiram para o mesmo ponto, por caminhos diferentes, se o próximo governo brasileiro não reunir as forças necessárias para libertar o país das políticas do FMI e do Bird, que subjagam o Brasil e a Argentina aos propósitos do capital financeiro internacional.

O Brasil ainda desfruta de razoável margem de autonomia para conceber e executar políticas econômicas que atendam aos seus interesses e continua na posse de importantes empresas estatais. Usar esse poder é uma questão de vontade

de política do governo que surgirá das próximas eleições.

As restrições internas que paralisam a economia brasileira, por paradoxais que possam parecer, são bem mais graves, se comparadas às limitações externas em si, na medida em que imobilizam a sociedade, inibem ações eficazes e geram impasses. Elas agravam a dependência externa e submetem o país ao poder real que organiza a economia mundial ao sabor dos interesses do grande capital. Aqui, o novo governo só poderá conseguir êxito se tiver o apoio do poder real interno, das elites que apostaram no desenvolvimento a partir dos investimentos de capitais estrangeiros, e no neoliberalismo como ideologia da "modernidade". Perderam a aposta. Resta saber se aprenderam a lição.

O mito da moeda forte

É oportuno revisitar rapidamente as origens da crise. Tudo começou com a mistificação do "real forte" (mais poderoso que o próprio dólar) e o suposto fim da inflação, do qual sempre discordamos, agora com muito mais fundadas razões. Mas como foi que o real nasceu "forte" e a inflação em alguns anos caiu abaixo de zero, transformando-se em deflação?

Primeiro, o governo estabeleceu a paridade 1 entre o real e o dólar e abriu o mercado brasileiro à concorrência dos produtos de consumo corrente e bugigangas, importados a preços inferiores aos de fabricação nacional. Como a taxa de câmbio caiu abaixo da paridade inicial e ao longo de quase dois anos (1995-1997) oscilou entre R\$0,84 e R\$0,99 por dólar, o câmbio favoreceu as importações e desestimulou as exportações, devido à perda de competitividade dos produtos nacionais. Os preços continuaram em queda. À oferta pletórica de produtos estrangeiros, somou-se a oferta da produção nacional que não pôde ser canalizada para os mercados externos devido à supervalorização do real. Com isso, a superoferta interna provocou maior queda dos preços,

diversos setores do governo, atribuindo a Lula e seu suposto radicalismo a culpa pelas recentes desvalorizações do real (o dólar rompeu a barreira dos R\$2,80), pela sequência de avaliações desfavoráveis do risco-Brasil (atingiu mais de 1.700 pontos) e pelas quedas no mercado de ações.

A renegociação das dívidas interna e externa (admitida também por alguns bolsões do mercado financeiro internacio-

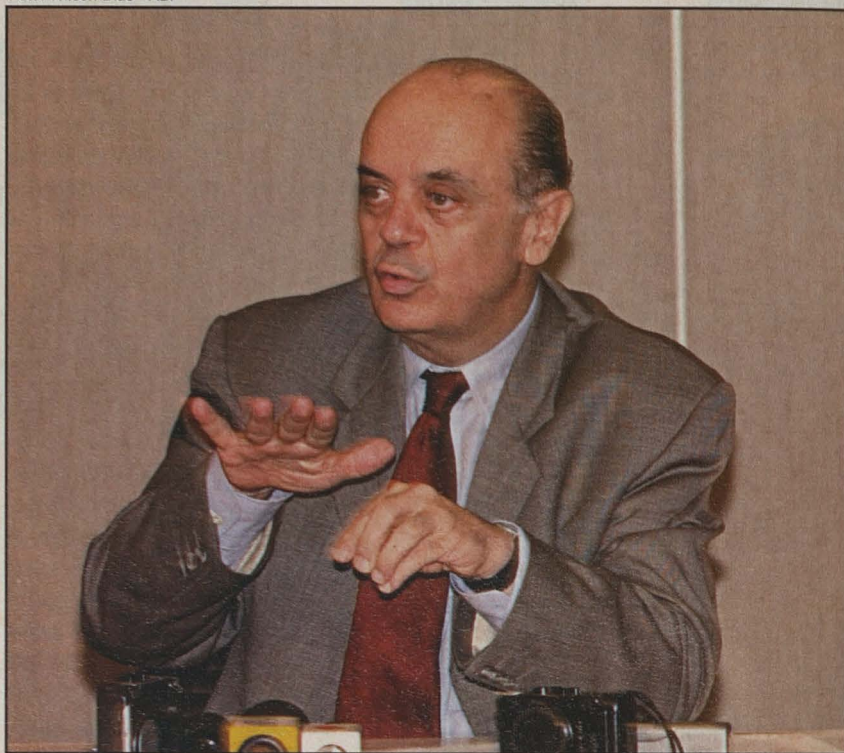
inclusive dos produtos nacionais, que tiveram de ajustar-se aos preços da oferta externa. Consequências: fechamento de várias empresas de capital privado nacional e desemprego.

Ao mesmo tempo, o Banco Central elevou as taxas de juros para atrair o capital estrangeiro, que entrou para aplicações em bolsa e no mercado financeiro e sob a forma de empréstimos oferecidos a juros baixos. Era grande a euforia gerada pela entrada desses recursos. As reservas cambiais chegaram a US\$70 bilhões e eram alardeadas como prova de confiança do mercado na solidez da economia do país. Era abundante a oferta de recursos externos, então a juros baixos.

Lastreado no grande volume de reservas, o real continuou a valorizar-se. Como o câmbio se manteve abaixo da paridade 1, os déficits comerciais se acumularam ano a ano. A conta de serviços, por outra parte, passou a acusar déficits crescentes e a aumentar os saldos negativos do balanço em conta corrente (mercadorias e serviços). Os rombos no balanço em transações correntes foram sistematicamente cobertos com recursos da conta de capital (recursos que entravam sob a forma de empréstimo e para especulação nos mercados financeiro e de capitais internos, graças às estimulantes taxas de juros). No auge de toda essa loucura, o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, chegou a afirmar que as preocupações com os déficits externos eram coisa do passado, pois o importante, dizia ele, eram os capitais externos que estavam entrando para desenvolver o Brasil. Franco omitiu o fato de que os bilhões de dólares que sustentavam o real não eram o resultado de expressivos excedentes nas nossas transações externas, mas de dívidas que num futuro não muito distante deveriam ser pagas.

A hora dessa ficção soou a partir de 1998, com as primeiras desvalorizações do real, que tiveram o seu auge em 1999. De R\$1,20, a taxa de câmbio subiu em poucos dias para R\$2,70 o dólar. As taxas de juros, por outra parte, atingiram o pata-

Foto: Wilson Dias - ABr



A disputa presidencial, cujos principais envolvidos são o candidato governista José Serra e Lula, do Partido dos Trabalhadores, alimenta a crise. O governo tenta alavancar seu candidato, responsabilizando Lula pela crise. Apesar de realmente provocar temor no mercado internacional, Lula ainda não pode fazer nada para evitar a crise

mar dos 49%, na tentativa de segurar os dólares que os especuladores procuravam deslocar para portos mais seguros. Mas não houve jeito. O Brasil perdera a confiança dos mercados. Em menos de 10 dias, as reservas cambiais minguaram dos US\$70 bilhões para menos de US\$18 bilhões. Esses movimentos receberam o apelido de "ataques especulativos". Do regime de bandas cambiais – ou faixas de flutuações, mais largas ou mais estreitas – o Banco Central passou para o câmbio livre, o ideal dos especuladores. Hoje, por conta da preocupação com a falsa estabilidade da moeda, o Brasil ostenta uma dívida externa de

Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, afirmava que o capital externo resolveria nossos problemas



Foto: Hermínio Oliveira - ABr

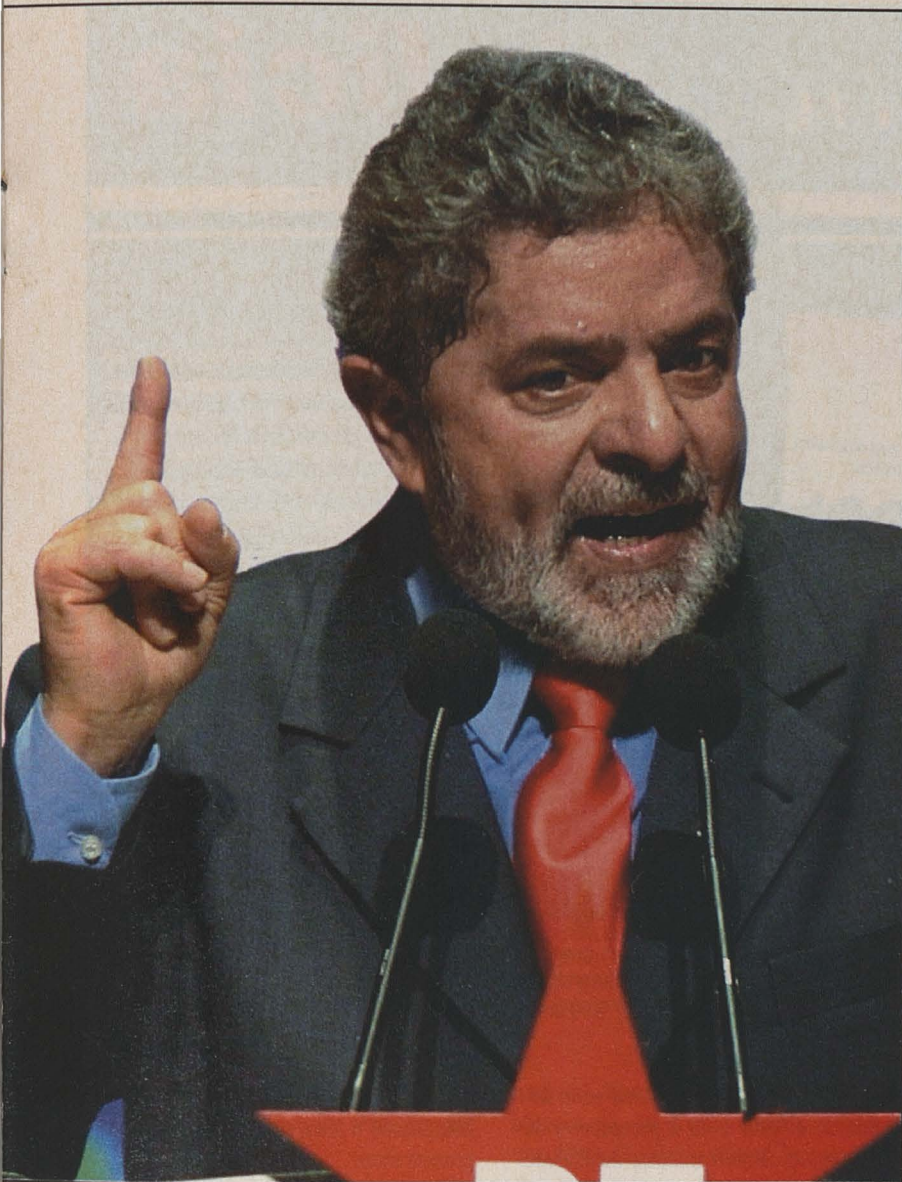


Foto: AFP

US\$245 bilhões. Para não fazer emissões inflacionárias, destinadas à conversão dos dólares em moeda nacional, o governo emitiu dívidas representadas em papéis para captura dos reais resultantes das conversões, a taxas de juros estratosféricas e hoje praticamente estacionadas em pouco mais de 18%, depois de ter alcançado quase 50% no auge

da crise cambial durante os dois últimos anos do século XX. Por conta do absurdo desses juros, a dívida pública interna hoje é de R\$700 bilhões. Por meios artificiais, a inflação projetada para este ano não chegará aos 6%.

Crise antes da hora

A "bomba de retardo" que o governo monta para causar estragos nos pri-

meiros meses da gestão de seu sucessor acabou por cair no seu próprio colo. Salvou-o da grande explosão o FMI, com a liberação de US\$10 bilhões destinados ao fortalecimento das reservas cambiais e a autorização para reduzir de US\$25 bilhões para US\$15 bilhões o nível mínimo dessas reservas, agora de US\$42 bilhões, dos quais o governo passa a dispor de US\$27 bilhões para atender a compromissos de curto prazo e saciar o apetite dos especuladores. A depender da tempestade que se prenuncia para os próximos 10 meses, não vai demorar tanto e o tacho das reservas estará inteiramente raspado. Confirmando-se o ingresso de US\$18 bilhões da rubrica investimentos diretos, o governo passará a dispor de US\$45 bilhões para saldar compromissos externos da ordem de US\$55 bilhões – US\$24 bilhões para financiar o déficit em conta corrente e US\$33 bilhões para girar a dívida. Se o mercado decidir não disponibilizar os US\$10 bilhões que faltam, certamente irão restar de reservas cambiais não mais do que US\$5 bilhões no próximo ano.

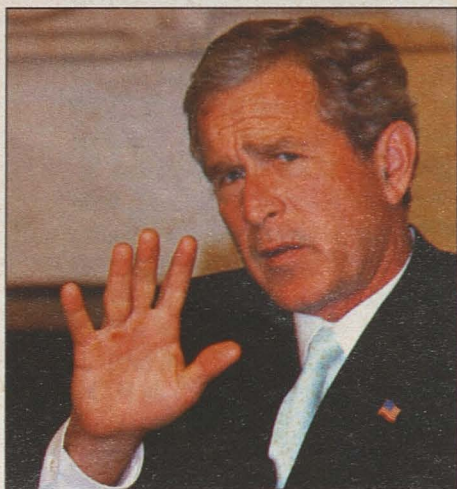
Cenário preocupante

A dívida interna de R\$700 bilhões, 30% dos quais indexados à taxa de câmbio, e a dívida externa também de R\$700 bilhões (convertida em reais à taxa de câmbio de R\$2,80), que economistas estrangeiros consideram impagáveis, terão de ser renegociadas, segundo admitem muitos investidores. Em benefício deles próprios. O problema não está apenas nas dívidas em si, mas no peso dos serviços (juros mais amortizações) – em torno de R\$290 bilhões/ano, quase 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Outros passivos externos, por outra parte, geram, hoje, obrigações de mais de US\$25 bilhões (R\$90 bilhões).

O cenário incorpora a perspectiva de insolvência externa, à medida que as instituições financeiras internacionais decidirem reduzir drasticamente as suas linhas de crédito em até 50%, conforme já



Fotos: AFP



Os organismos internacionais ainda querem que o Brasil siga o exemplo da Argentina, que afundou em uma grave crise, levando a população a sucessivos protestos. O presidente George W. Bush manifestou-se contrário a novos créditos ao Brasil

anunciaram; a queda do superávit comercial, em face da retração no comércio internacional, e a ameaça do governo norte-americano de vetar novos créditos patrocinados pelo FMI, particularmente ao

Brasil. Por tudo isso, antecipa-se a demanda de dólares e dá a perspectiva de uma taxa de câmbio mínima de R\$3,00 até o fim deste ano.

Esse cenário apresenta dificuldades para obtenção de novos recursos externos, como pressões das instituições financeiras, a exemplo do que vem acontecendo com a Argentina. A tendência dos Estados Unidos de impedir que o FMI continue a prestar socorro aos países emergentes em crise, a menos que se disponham a aceitar enérgicas exigências, como, por exemplo, a venda do que resta do seu patrimônio e medidas de política econômica lesivas aos seus interesses. É o que sinalizam manifestações re-

centes de economistas norte-americanas, banqueiros e seus mais credenciados representantes.

A Argentina, por exemplo, espera, há cinco meses, que o fundo cumpra a promessa de assinar um novo acordo visando à liberação de recursos para saldar compromissos externos. Mas a instituição não tem feito outra coisa senão adiar a decisão à espera de que o governo argentino apresente "um programa consistente", ainda não definido objetivamente, e do cumprimento de outras exigências. Entre elas, a revogação da Lei de Subversão Econômica, nos dispositivos que autorizam a imposição de punições mais rigorosas a bancos e empresas en-

volvidos em crimes contra outros bancos e empresas e contra o próprio país. Aos poucos, o presidente Duhalde e o ministro da Fazenda Roberto Lavagna vão cedendo, mas, mesmo assim, até agora o FMI ainda não decidiu quando assinará o acordo.

O que o mercado quer do Brasil

No começo de junho último, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O' Neill, deu a posição do presidente George W. Bush, contrária a novos créditos para o Brasil patrocinados pelo FMI, depois da mais recente liberação de US\$10 bilhões. Mau sinal, com o mercado já retraído e várias instituições financeiras internacionais ameaçando reduzir as suas exportações ao país.

Esse ambiente adverso levou o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, à Europa, para prestar esclarecimentos à comunidade financeira. Fraga continua seriamente preocupado com as incertezas provocadas pelas desvalorizações dos títulos brasileiros (13% em apenas dois dias), com os aumentos sucessivos do risco-país (que ultrapassou os 1.700 pontos), a redução dos créditos para exportação, e a taxa de câmbio próxima de R\$2,90. Além disso, as empresas privadas brasileiras já se depa-ram com dificuldades na rolagem de suas dívidas externas e na obtenção de créditos para exportação.

Diante de países como o Brasil, cuja economia depende de grandes fluxos externos para fazer face aos compromissos junto à comunidade financeira internacional, o mercado já adiantou que recorrerá a mecanismos de pressões, destacadamente no sentido da retomada das privatizações. Foi o que ficou muito claro nos pronunciamentos de economistas norte-americanos e banqueiros internacionais sobre a crise brasileira.

Em entrevista ao jornal *Valor*, edição de 18 de junho, o economista norte-americano e pesquisador do Institute for Inter-



O processo de privatização, que trouxe prejuízo não só ao Brasil mas aos demais países latino-americanos, volta a ser apresentado pelos grandes interesses financeiros como uma solução para a crise econômica

national Economics, Morris Goldstein, afirmou que as dívidas interna e externa brasileiras são bem maiores do que se podem administrar. E completou: "Seja quem for o próximo presidente, há uma dívida muito grande a rolar, especialmente no próximo ano. Há a dívida interna; a externa é elevada em relação às exportações; o crescimento da economia está fraco; as taxas de juros e os *spreads* estão altos; as privatizações desaceleraram. Se fosse verdade que tudo é simplesmente um nervosismo eleitoral, ou por causa da Argentina, então sacar um pouco mais de dinheiro do FMI faria tudo isso desaparecer. Mas há mais do que isso."

Goldstein considera que os socorros do

Fundo Monetário Internacional, a essa altura dos acontecimentos, de nada adiantam. Indagado a respeito das saídas mais aconselháveis, Goldstein respondeu simplesmente: "Não há solução." Mas recomendou: "Se alguém aumentar as privatizações e a confiança de que haverá grandes superávites primários, será útil." Dois dias depois, em entrevista ao mesmo jornal, o administrador de recursos do New Star Asset Management, Guy de Blonay, demonstrou mais claramente a preocupação do mercado.

"Caso Lula assuma, abandone as reformas iniciadas por FHC e diga não às privatizações e ao livre comércio, como o país vai manter os pagamentos?", questionou Guy de Blonay. ■

Críticas fundamentadas

Livro de Joseph Stiglitz, ex-diretor do Banco Mundial, laureado com o Nobel de Economia, ataca a política do FMI

Edouard Bailby

A CABA DE SER PUBLICADO simultaneamente nos Estados Unidos e na França *Globalization and Its Discontents* (Em francês: *La grande désillusion*; Editora Fayard), de Joseph E. Stiglitz. É um livro de leitura obrigatória para os que têm responsabilidades políticas no Brasil. Prêmio Nobel de Economia, o autor foi, durante quatro anos, um dos três membros do Council of Economic Advisers (CEA), durante a gestão do ex-presidente Bill Clinton, e, de 1997 a janeiro de 2000, vice-presidente do Banco Mundial, de cujo cargo se demitiu em razão de suas divergências.

Num livro de mais de trezentas páginas, Joseph E. Stiglitz denuncia com provas acumuladas durante as suas viagens por vários continentes a política nefasta do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Constatei diretamente, quando estava no Banco Mundial, o impacto devastador que pode ter a globalização sobre os países em desenvolvimento e em primeiro lugar sobre as suas populações pobres", afirma. E acrescenta: "Estou convencido de que a globalização pode ser uma força benéfica, potencialmente capaz de enriquecer cada habitante do planeta, em particular os pobres. Mas estou convencido também de que, para chegar a isso, a maneira como ela tem sido administrada deve ser radicalmente revista."

Joseph E. Stiglitz lança os seus principais ataques contra o FMI por ser uma instituição internacional, controlada por Washington, que desde o início da globalização seguiu uma política econômica e financeira contrária aos países em desenvolvimento. Para provar o que afirma, o autor não se limita a considerações de ordem geral que poderiam ser meramente filosóficas. O Banco

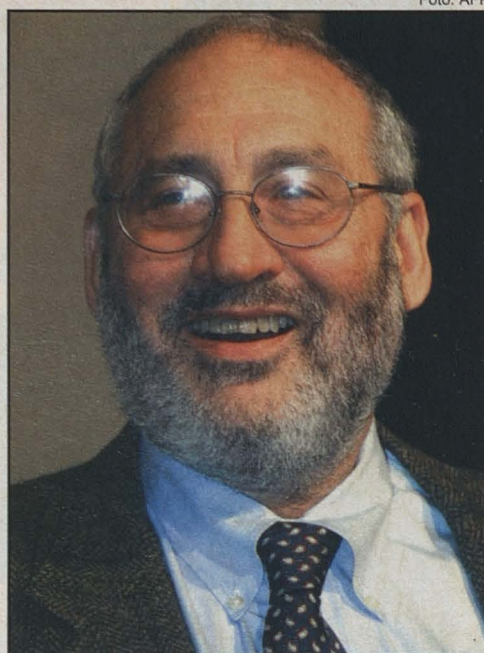


Foto: AFP

"O FMI ignora totalmente as preocupações dos pobres, mas encontra bilhões para tirar bancos da falência"

Joseph E. Stiglitz

Mundial o encarregou de várias missões em países como Rússia, China, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Tailândia, Malásia, Etiópia, Botsuana, Quênia e México. Ao longo dos anos foi descobrindo os efeitos perversos das exigências do FMI. Duas exceções no continente asiático: a China e a Malásia, que se negaram a aceitar os planos dos burocratas de Washington, conseguindo acelerar o seu desenvolvimento em pouco tempo. Outro exemplo é Botsuana, na África, que nunca mais, depois de 1981, aceitou a suposta ajuda do FMI, sendo hoje uma das histórias mais bem-sucedidas do mundo em desenvolvimento. Contra a terapia de choque do FMI, baseada nas privatizações das empresas estatais a qualquer preço, e a liberalização instantânea dos preços, esses três países escolheram o caminho das soluções gradativas.

"Hoje são os fanáticos do mercado que dominam o FMI. Estão certos de que o mercado, muito em geral, funciona, e que o Estado, muito em geral, não funciona", escreve Stiglitz, para acrescentar logo a seguir: "O FMI ignora totalmente as preocupações dos pobres, mas encontra bilhões para tirar bancos da falência." O caso mais impressionante, segundo ele, é o da Rússia, onde caiu brutalmente o nível de vida da população em benefício de uma minoria de privilegiados. Stiglitz lembra a respeito o caso do Brasil no final de 1998, quando o FMI e o Estado brasileiro gastaram cerca de 50 bilhões de dólares para manter a taxa de câmbio. "Para onde foi esse dinheiro? Não se evaporou na atmosfera. Foi para algum lugar: grande parte acabou nos bolsos dos especuladores."

Para concluir, Stiglitz considera que o FMI deixou de atender aos interesses da economia mundial para servir aos da finança mundial. O ataque é feroz. Pena que não tenha insistido também sobre a verdadeira política do Banco Mundial. ■

O que eles dizem...

"Me manda um fax."

José Serra, respondendo à solicitação de uma moradora de uma favela carioca

"Ministro, o senhor acha que favelado tem fax?"

A mesma moradora, incrédula diante da sugestão do candidato a presidente

"No processo eleitoral, é preciso engolir sapos esperando que do beijo nasça um príncipe encantado."

Frei Betto, sobre a aliança do PT com o PL

"Ele é a oposição, mas nem tanto. E, como ex-ministro, é governista, mas não muito."

Carlos Augusto Montenegro, presidente do Ibope, tentando explicar o crescimento de Ciro Gomes

"Hoje eu não faria outra vez. As fitas não tinham nada de mais e eu fiquei com fama de censor."

Anthony Garotinho, sobre a divulgação das fitas em que supostamente autoriza assessores a pagar suborno a um fiscal da Receita

"O próximo presidente tem que entender que o esporte é uma necessidade para o desenvolvimento da nação."

Gerasime Bozikis, o "Grego", presidente da Confederação Brasileira de Basquete

"Esses otários aqui, quantas vezes eu for deputado, eles têm que votar em mim (para presidente da Assembleia)."

José Carlos Gratz, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

"Quem deve estar feliz, quem deve estar soltando fogos de artifício é o crime organizado."

Miguel Reale Júnior, ex-ministro da Justiça, sobre o recuo na intervenção federal no Espírito Santo

"Uma pessoa que ordenou tantas mortes não pode andar pela vida como se nada tivesse acontecido."

Claudia Allegrini, viúva de um preso político, a respeito da prisão do ex-ditador argentino Leopoldo Galtieri

"Pego em armas para defender os recursos naturais da Bolívia."

Evo Morales, candidato à Presidência da Bolívia

"Não negociarei com os neoliberais os votos que conseguirmos. Se precisar, barro suas reformas."

Idem, sobre o fato de o Parlamento escolher entre os dois candidatos mais votados nas eleições quem será o novo presidente

"A vontade do povo é de que o regime econômico, político e social consagrado na Constituição seja irretocável. Cuba é um Estado socialista de trabalhadores, independente e soberano. As relações econômicas, diplomáticas e políticas com qualquer outro Estado não poderão ser jamais negociadas sob agressão, ameaça ou pressão de uma potência estrangeira."

Projeto de reafirmação do socialismo, aprovado pelo Parlamento cubano, após ser apresentado com um abaixo-assinado com mais de oito milhões de assinaturas

"Não podemos dizer que não há verbas. Aprendemos com o 11 de setembro que em poucas semanas é possível fazer mobilizações e arrecadar milhões de dólares para combater algo."

Mortens Rostrup, presidente da ONG Médicos sem Fronteiras, defendendo a redução do preço de remédios contra a AIDS

"Às vezes as coisas não são exatamente preto no branco, quando se trata de procedimentos contábeis."

George Bush, presidente norte-americano, sobre as suspeitas de irregularidades que teria cometido dez anos atrás, quando dirigia a empresa Harken Energy Corp

"Estão me atacando politicamente com um material reciclado."

Idem

"Este é um reflexo de certa parte da elite americana que crê hoje que os EUA podem atuar da maneira que desejarem, sem levar em consideração as obrigações internacionais."

Igor Ivanov, chanceler russo sobre a recusa americana em participar do Tribunal Penal Internacional

Fotos: AFP

Cuba

Socialismo reafirmado

A Assembleia Nacional do Poder Popular, o Parlamento cubano, votou por unanimidade uma reforma constitucional para estabelecer o caráter irrevogável do socialismo em Cuba. A votação na assembleia, em 26 de junho, concluiu uma longa campanha de reafirmação socialista. Antes de o projeto ser levado ao Parlamento, houve uma grande mobilização cívica, com uma série de manifestações nas principais cidades do país e um abaixo-assinado com mais de oito milhões de assinaturas, o que representa mais de 97% dos habilitados a votar (maiores de 16 anos).

A proposta reafirmava a "vontade do povo de que o regime econômico, político e social consagrado na Constituição seja irretocável", ratificando que Cuba "é um Estado socialista de trabalhadores, independente e soberano". Além disso, assinalava que "as relações econômicas, diplomáticas e políticas com qualquer outro Estado não poderão ser jamais negociadas sob agressão, ameaça ou pressão de uma potência estrangeira".

A campanha surgiu como uma resposta à chamada "Iniciativa para uma Nova Cuba", em que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, condicionava o levantamento do embargo sobre Cuba à realização de reformas políticas e econômicas na ilha. A mobilização também pode ser vista como uma resposta ao "Projeto Varela", iniciativa da oposição cubana reivindicando que a população seja convocada para se pronunciar sobre possíveis mudanças políticas e econômicas. Os promotores do Projeto Varela apresentaram uma lista com 11 mil assinaturas. ■



Milhares de manifestantes participam de protesto contra o encontro do G-8, grupo dos oito países mais poderosos do mundo. Um forte esquema de segurança foi montado prevendo possíveis conflitos com os manifestantes, mas os protestos acabaram sem qualquer confusão. Os principais pontos debatidos na reunião, realizada em 26 e 27 de junho, no Canadá, foram a proposta de apoiar um plano russo de desmantelamento das armas nucleares, o conflito entre Israel e Palestina e a crise da firma de seguros norte-americana WorldCom. Governantes africanos, que esperavam grande apoio para seu novo plano de desenvolvimento, ficaram desapontados com a fraca ajuda prometida pelo G-8.

Bolívia

Socialista surpreende

A Bolívia entra na reta final para a escolha de seu novo presidente. A surpresa no resultado ficou por conta do líder cocalheiro Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), que irá com Gonzalo Sánchez de Lozada, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), para o segundo turno. Como nenhum dos candidatos obteve uma maioria de 50% dos votos válidos, caberá ao Congresso a escolha, marcada para 6 de agosto.

A disputa para a sucessão do presidente Jorge Quiroga foi acirrada. Sánchez de Lozada obteve 22,46%, contra 20,94% de Morales. Manfred Reyes Villa, do Nova Força Republicana (NFR), acabou ficando em terceiro lugar, com 20,91%. O Tribunal Eleitoral bo-

liviano, contudo, aceitou o pedido de recontagem de votos.

O cocalheiro Evo Morales destacou-se na campanha com um discurso antiimperialista, defendendo a reestatização das empresas de gás e os direitos dos plantadores de coca. Ele teria sido beneficiado pelas declarações polêmicas do embaixador de Washington, Manuel Rocha. O diplomata exortou os bolivianos a não votar em Morales, sob ameaça de suspensão da ajuda dos Estados Unidos, atitude que provocou revolta entre a população. Já o ex-presidente Sánchez de Lozada conta com o apoio das empresas petrolíferas transnacionais, que vêem com preocupação a ascensão do cocalheiro. ■

Argentina

Eleições antecipadas

Em função da crise econômica e política, o governo argentino decidiu antecipar as eleições presidenciais, previstas inicialmente para setembro de 2003. De acordo com o novo calendário eleitoral, os argentinos devem escolher seu novo presidente em março do ano que vem.

Carlos Reutemann, governador peronista da província de Santa Fé e que figurava entre os favoritos nas pesquisas de intenção de voto, optou por não disputar a candidatura à Presidência. A liderança nas intenções de voto passa então para a deputada Elisa Carrió, do partido Alternativa por uma República de Iguais (ARI). A esquerda tem outro candidato forte, Luiz Zamora, do movimento Autodeterminação e Liberdade. Zamora tem trânsito livre nos atos promovidos pelos movimentos sociais argentinos e é praticamente o único político que pode andar tranqüilo pelas ruas portenhas hoje, sem medo de ser agredido.

O ex-presidente Carlos Menem também manifestou interesse de disputar a corrida presidencial. De acordo com a Constituição argentina, um ex-presidente reeleito deve esperar um mandato de quatro anos para voltar ao poder. Entretanto, a convocação de novas eleições daria por encerrado o mandato de De la Rúa (que está sendo concluído por Duhalde), abrindo espaço para sua volta. A possível candidatura de Menem pelo Partido Justicialista ainda seria favorecida com a saída de Reutemann, considerado o único peronista capaz de derrotá-lo nas internas.

Uma consulta realizada pelo Centro de Investigações em Estatística Aplicada indicou que 60% dos consultados desejavam eleições "o quanto antes", contra somente 24% que preferiam que Duhalde finalizasse o mandato previsto inicialmente. ■

Peru

Protestos contra privatizações

Uma série de manifestações contra as privatizações do setor elétrico enfraqueceram o governo de Alejandro Toledo. Os protestos começaram no início de junho, na cidade de Arequipa, a segunda mais importante do Peru, e se estenderam logo para as localidades de Puno, Cuzco, Tacna e Moquegua.

As manifestações começaram assim que o governo anunciou a venda das estatais Egasa y Egesur à empresa belga Tractebel, por 167 milhões de dólares, em leilão público em que não houve outros concorrentes. Os manifestantes se opõem ao projeto de privatização das empresas e pedem que sejam administradas de maneira autônoma até as eleições regionais, marcadas para 17 de novembro.

O governo suspendeu o direito de reunião e impôs toque de recolher entre as 22 e as 5 horas. Os protestos relativamente pacíficos foram duramente reprimidos pela polícia, que utilizou granadas de gás lacrimogêneo, deixando quase 100 feridos.

A missão oficial enviada a Arequipa e dirigida pelo bispo católico Fernando Ruriz de Somocursio obteve uma trégua com os manifestantes e as autoridades locais. Os delegados do governo se comprometeram a não avançar a privatização até que a Justiça decida o caso. No entanto, o ministro Carlos Bruce declarou em Lima que "de nenhuma maneira se deterá a venda das empresas, porque isso seria um desastre e um péssimo sinal para os investidores".

O ex-presidente Alan García criticou Toledo, lembrando que em março do ano passado foi assinado um documento diante do prefeito Juan Manuel Guillén em que se comprometia em não privatizar as empresas agora vendidas. ■



Brasil

O presidente mexicano, Vicente Fox, cumprimenta o presidente brasileiro, Fernando Henrique. Fox esteve na América do Sul no início de julho, quando visitou Brasil, Argentina e Uruguai. Com isso, o governo mexicano pretende dar início à construção de uma relação comercial mais sólida com os países do Mercosul. Brasil e México, as duas maiores economias latino-americanas, firmaram um acordo de complementação econômica que deve impulsionar o comércio bilateral, reduzindo as tarifas sobre quase 800 produtos

China

Conflitos diplomáticos

O governo chinês esperava se dedicar este ano ao estreitamento das relações diplomáticas e cooperação econômica com a Coreia do Sul e o Japão, mas estes planos foram prejudicados por uma onda de pedidos de asilo de norte-coreanos.

Cidadãos norte-coreanos vêm circulando nas sedes diplomáticas de outros países na China, país onde entram com relativa facilidade. Recentemente, houve choques entre estas pessoas, policiais e funcionários estrangeiros no consulado japonês na cidade de Shenyang e no consulado sul-coreano em Beijing.

Estes incidentes causaram problemas com Tóquio e Seul, às vésperas dos previstos festejos dos 10 anos do estabelecimento de relações diplomáticas com a Coreia do Sul, e dos 30 anos da normalização dos vínculos com o Japão.

O Ministério das Relações Exteriores chinês pediu em uma carta a todas as sedes diplomáticas e de organizações internacionais instaladas no país que todos os norte-coreanos fossem entregues às autoridades chinesas, para que sejam repatriados. Os governos chinês e norte-coreano têm fortes vínculos, incluindo um compromisso da China de repatriar os imigrantes ilegais provenientes deste país.

“As normas internacionais e as leis chinesas não outorgam às embaixadas estrangeiras o direito a conceder asilo a cidadãos de terceiros países”, afirmou o porta-voz do ministério, Kong Quan. ■

Os Estados Unidos têm pressionado os palestinos a realizarem eleições antecipadas, alegando a necessidade de aprofundar a democracia no seio da Autoridade Nacional Palestina (ANP). Curiosamente, não demonstram a mesma preocupação com a democratização dos países árabes aliados dos Estados Unidos, como a Arábia Saudita e os Emirados, sabidamente governados por regimes autocráticos. Questionam também a candidatura de Arafat à reeleição. No entanto, o líder palestino, mesmo enfraquecido, é considerado por amplos setores políticos do mundo árabe como uma figura ainda insubstituível, entre outras razões pela fragmentação política nas fileiras palestinas. Arafat, por sua vez, defende o direito do seu povo de se manifestar livremente quanto aos seus futuros dirigentes



Palestina

Iraque

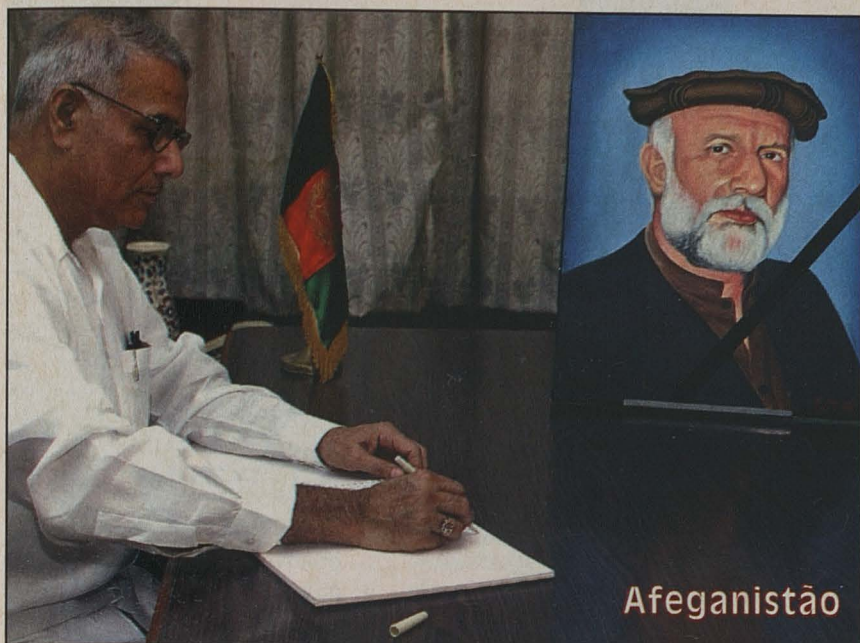
EUA ameaçam novamente

O presidente norte-americano, George W. Bush, anunciou, no início de julho, sua intenção de derrubar Saddam Hussein por qualquer meio, considerando inclusive a possibilidade de uma intervenção militar.

Esta decisão deve prejudicar as negociações entre o governo iraquiano e a Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o ingresso de inspetores internacionais para controlar os armamentos no país. A recente rodada de negociações entre o chanceler iraquiano, Naji Sabri, e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, não foi bem-sucedida. Apesar disso, a maioria dos integrantes do Conselho de Segurança manifestaram desejo em prosseguir com as negociações, ao contrário dos Estados Unidos, que procuram pretextos para justificar um ataque.

Desde que Bush declarou sua “guerra ao terror”, uma eventual ampliação da ofensiva para o Iraque vinha sendo cogitada. O Iraque, foi incluído entre os países que compõem o “eixo do mal”, ao lado do Irã e da Coreia do Norte.

Os países árabes, de um modo geral, estão apreensivos com a possibilidade de um ataque norte-americano, rejeitando qualquer tipo de intervenção na região. Os Estados Unidos devem ter dificuldade para convencer países vizinhos, como Arábia Saudita, Jordânia, Síria e mesmo o Kuwait da necessidade de atacar o Iraque e acabar com o governo de Saddam Hussein à força. ■



O ministro das Relações Exteriores da Índia, Yashwant Sinha, escreve no livro de condolências do vice-presidente afegão, Haji Abdul Qadir (pintura), assassinado em 6 de julho. Os responsáveis ainda não foram identificados, mas o governo afirmou que se trata de um assassinato terrorista. Qadir, que ocupava também o Ministério das Obras Públicas, é o segundo representante do governo assassinado este ano. Em fevereiro, foi morto o ministro da Aviação Civil e Turismo. O novo governo, do presidente Hamid Karzai, enfrenta dificuldades para tirar o país de décadas de disputas étnicas

Afeganistão

Dificuldades na reconstrução

Sete meses depois da derrota das tropas do Talibã, Cabul vive problemas potencializados pelos próprios organismos de ajuda externa. O plano de reconstrução do território com o auxílio da comunidade internacional esbarrou nas carências de uma cidade devastada por 23 anos de conflito. As intermináveis sucessões de guerras destruíram a metade dos imóveis de Cabul, cerca de 200 mil

As escassas habitações da capital do Afeganistão vêm passando por um abrupto aumento nos aluguéis: entre cinco mil e 10 mil dólares ao mês em muitos casos. A chegada das equipes internacionais provocou um aumento repentino da demanda pelos imóveis. "Os locatários são as embaixadas, agências de ajuda e organismos internacionais que competem pelos poucos edifícios disponíveis", disse Fazil Karim, prefeito de Cabul, em uma entrevista na conferência asiática sobre pobreza urbana realizada em Bangkok, no mês de julho.

Durante a conferência asiática, organizada pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas, os afegãos empenharam-se em aprender lições de outros funcionários de governos asiáticos com experiência em reconstrução de cidades devastadas pela guerra.

A capital do Afeganistão enfrenta a falta de serviços básicos, como saneamento, disposição adequada para serviços sólidos, energia elétrica e estradas. Atualmente, apenas 20% dos mais de dois milhões de habitantes de Cabul têm acesso à água potável de origem subterrânea, obtida em poços muito profundos.

A cidade também enfrenta problemas com a perda de recursos humanos. Muitos funcionários competentes foram mortos durante os anos de guerra e agora faltam especialistas para conduzir assuntos do governo local. "O Talibã não queria pessoas cultas, que eram chamadas de 'Kafirs' (infieis)", contou o vice-prefeito Ghulam Bhawai. ■

Malásia

Renúncia provoca incerteza

O primeiro-ministro da Malásia, Mahathir Mohamad, anunciou sua renúncia para outubro do próximo ano, provocando incerteza no país. O conselho supremo da Organização Nacional de Malaios Unidos (UMNO), partido ao qual pertence, comunicou que haverá um período de transição de 16 meses antes do retiro do governante.

A anunciada demora na transição demonstra a postura centralizadora de Mahathir, que dominou o país durante décadas sem abrir espaço para potenciais sucessores ou líderes alternativos.

O escolhido para o cargo foi o atual vice primeiro-ministro Abdullah Badawi, que terá de enfrentar muitos desafios, entre eles as prováveis disputas internas na UMNO e com o segundo partido da coalizão do governo, a Associação Chino-Malásia.

A principal força de oposição é o partido religioso conservador Parti Islam SeMalaysia (PAS), que atravessa um período de reestruturação com a morte de seu líder, Fadzil Noor. Apesar do seu crescimento, ele enfrenta resistências devido ao temor do fundamentalismo islâmico.

Alguns observadores especulam que o período de transição serviria para provar a habilidade de Abdullah no cargo e, caso contrário, Mahathir permaneceria no poder além do prazo de outubro de 2003. De qualquer forma, será possível testar se Abdullah é capaz de sair da sombra do antigo governante, um dos mais antigos do sudoeste asiático. ■

Sudão

Obstáculos no processo de paz

Representantes do governo islâmico do Sudão e da guerrilha separatista do sul do país retomaram recentemente, em Nairóbi, capital do Quênia, as conversações de paz interrompidas em 2000, com o propósito de pôr fim a 19 anos de guerra civil.

Se desejam avançar no processo de paz, governo e separatistas deveriam fazer importantes concessões, até o momento negadas à organização que há nove anos intermedeia o conflito, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (Igad), integrada por outros países da África Oriental.

A Igad e o governo do Sudão propuseram um cessar-fogo, mas o Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA) sustenta que este deve ser o último ponto da agenda, e anunciou que continuará combatendo durante as cinco semanas de negociações que ocorrerão na cidade queniana de Machakos.

O porta-voz do SPLA em Nairóbi, Swamson Kwaje, diz que “um cessar-fogo não resolverá a guerra. Não se pode chegar a uma trégua sem um acordo político. O cessar-fogo é o último ponto para permitir

a aplicação do programa que se quer alcançar”. Ele defende que é possível negociar e combater ao mesmo tempo, acrescentando que os separatistas ainda “estão dispostos a estudar um cessar-fogo, especialmente se for de caráter humanitário”.

O general Lazaro Sumbeiywo, representante do Quênia no Igad, criticou o governo e os rebeldes por não cumprirem os compromissos que permitiriam pôr fim à guerra, que já provocou a morte de mais de dois milhões de pessoas. “É preocupante que, apesar dos esforços desses anos, não haja avanços significativos em assuntos-chave, como a relação entre Estado e religião, formas de compartilhar o poder e as riquezas e a autodeterminação do sul do Sudão”, disse Sumbeiywo.

Os separatistas lutam pela proclamação de um Estado independente – ou pelo menos uma região autônoma – no sul do Sudão e rejeitam a implantação da lei islâmica nessa região como deseja o governo, controlado por grupos étnicos muçulmanos. Por sua vez, o governo não concorda nem com a reivindicação de autonomia do sul nem com a separação entre Estado e religião. ■

Quênia

O drama dos refugiados

Os inúmeros habitantes da Somália que têm chegado ao norte do Quênia, escapando dos conflitos étnicos em seu país, ultrapassaram a capacidade do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) para recebê-los.

O Acnur está atualmente encarregado de assegurar a sobrevivência de cerca de quatro mil somalis, cuja situação é pior a cada dia, na árida região setentrional do Quênia. Os refugiados vivem na fronteira, em acampamento de construções precárias, nas imediações da pequena cidade de Mandera. A produção agrícola dessa região é suficiente apenas para a subsistência da população local e o Comissariado não dispõe de comida nem medicamentos em quantidade suficiente para atender aos refugiados.

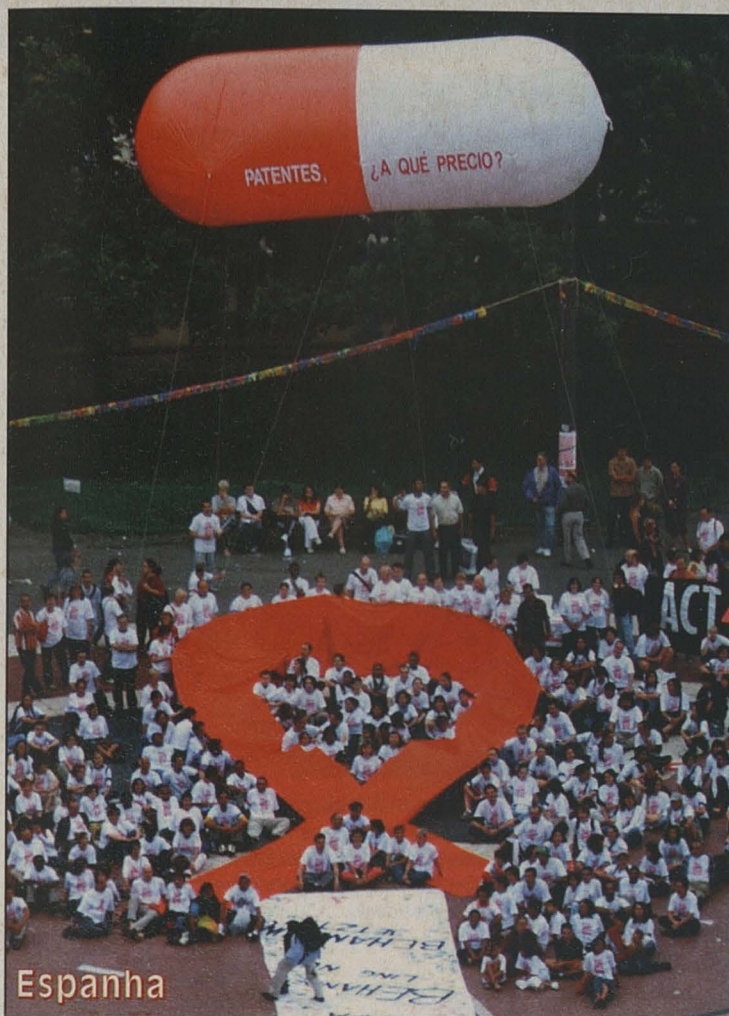
“Já houve casos graves de desnutrição, e a situação se agravará, se não forem tomadas medidas urgentes”, alertou Emmanuel Nyabera, porta-voz da Acnur em Nairóbi, capital do Quênia. “O hospital de Mandera está superlotado de pacientes somalis e locais”, acrescentou.

Há mais de um mês, quando começou a violência entre os grupos étnicos, cruzaram a fronteira cerca de 10 mil somalis. “A maior parte deles são mulheres e crianças.

O Quênia abriga cerca de 250 mil refugiados e tem dificuldades para mantê-los, devido à pior recessão da sua história. Mais da metade provém da Somália e muitos outros chegaram da região meridional do Sudão, para escapar da guerra civil. ■



Sul-africanos carregam pôsteres com as fotos dos presidentes africanos durante a cerimônia de lançamento da União Africana, lançada em 9 de julho, em substituição à Organização pela Unidade Africana. A União Africana seguirá o modelo da União Européia, e contará com um conselho de paz e segurança, um Parlamento africano, uma Corte de Justiça comum, um Banco Central e uma moeda única



Espanha

Greve geral

Uma greve geral protestou dia 20 de junho contra a reforma trabalhista apresentada pelo primeiro-ministro José María Aznar. A manifestação foi convocada pelas centrais sindicais União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Comissões Obreiras (CCOO). O projeto de lei prevê a reforma do sistema de subsídios ao desemprego.

"A reforma corta direitos daqueles que são despedidos de forma impropriedade, dos trabalhadores fixos e dos trabalhadores rurais temporários (bóias-frias) da Andaluzia e Extremadura", afirmou José María Hidalgo, secretário-geral da CCOO. Estas regiões, as mais prejudicadas pelo projeto, são governadas pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), principal força de oposição. O novo plano determina que seja mantido o benefício para aqueles que já o possuíam, mas propõe um término paulatino em 10 anos.

As negociações entre governo e centrais sindicais, apoiadas pela oposição política, foram interrompidas, e os trabalhadores condicionam sua retomada à retirada do decreto-lei do Parlamento. O governo, no entanto, não aceita a retirada total do texto, apenas acena para uma modificação parcial.

De acordo com as centrais sindicais e os partidos de oposição, a mobilização parou 84% dos trabalhadores. O governo de José María Aznar e os empresários apresentaram uma versão diferente, segundo a qual somente 17% dos trabalhadores faltaram a suas atividades. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Opina, 58% das pessoas mostraram-se favoráveis à paralisação, 63% consideraram que havia motivos suficientes para o movimento, e 46% julgaram que o protesto obteve êxito. ■

Espanha

Protesto pede o fim das patentes impostas pela indústria farmacêutica, em Barcelona, durante a 14ª Conferência Mundial sobre a AIDS. Segundo os manifestantes, para combater a doença de forma eficaz é necessário quebrar esse monopólio, permitindo a produção local de remédios, diminuindo seu preço e possibilitando que eles sejam distribuídos gratuitamente para a população dos países pobres

França

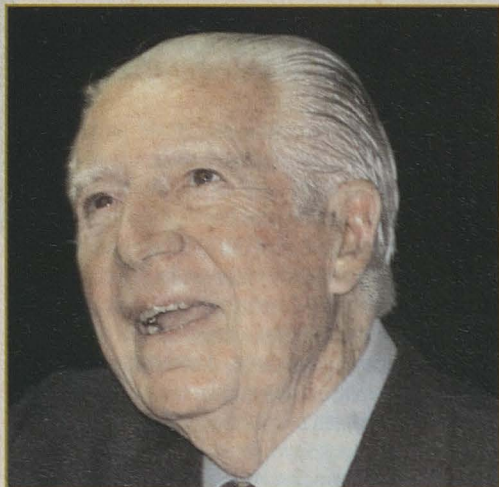
Direita conquista ampla maioria no Parlamento

Os resultados das eleições legislativas na França deram vitória à direita, que passará a dominar as duas câmaras parlamentares, o governo central e os regionais, a presidência e a corte constitucional. Enquanto isso, a oposição apresentou resultados quase inexpressivos.

A União pela Maioria Presidencial (UNP), do presidente Jacques Chirac, reeleito em maio, obteve 349 dos 577 lugares

da Assembléia Nacional (Câmara baixa do Parlamento). Foi a primeira vez em 34 anos que uma única aliança eleitoral obteve a maioria absoluta no Parlamento. Outros partidos de direita conseguiram mais 50, elevando para 399 o número de conservadores. Em contrapartida, a coalizão de esquerda, formada por socialistas, comunistas e verdes amargou um fraco resultado com somente 178 representantes. A extrema-direita de Le Pen não obteve lugares.

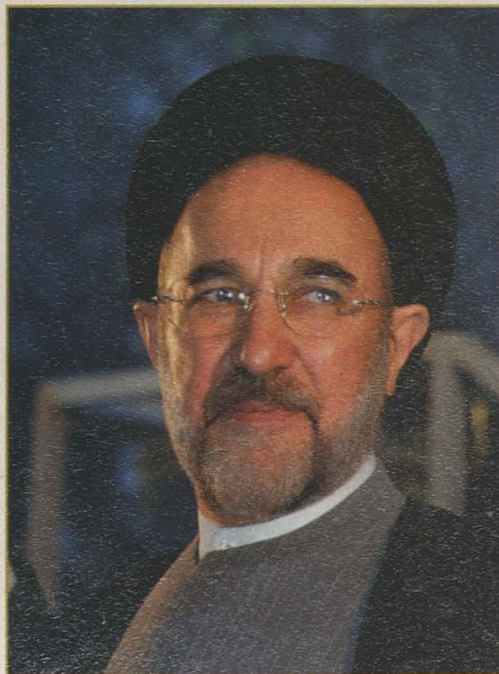
No dia 14 de julho, durante a festa nacional que comemora o aniversário da queda da Bastilha, o presidente Jacques Chirac sofreu um atentado. O neonazista Maxime Brunerie tentou atirar em Chirac durante desfile militar, em Paris. Brunerie, de 25 anos, disparou apenas um tiro, que não atingiu ninguém, e foi contido pelos seguranças. O neonazista, que tem um histórico de problemas psiquiátricos, foi preso. ■



O ex-presidente peruano Fernando Belaúnde Terry (acima) morreu no início de junho. Belaúnde dirigiu o país duas vezes. Na primeira, foi afastado do poder, em 1968, por um grupo militar-nacionalista, liderado pelo general Juan Velasco Alvarado. Em 1980, foi eleito novamente presidente, pelo Partido da Ação Popular. Belaúnde morreu em função de um derrame cerebral, aos 89 anos.



O ex-presidente mexicano Luís Echeverría (acima), cercado por jornalistas, ao sair da Promotoria Especial para Movimentos Políticos e Sociais. Echeverría responde pela repressão contra estudantes em dois episódios: o chamado 'Massacre de Tlatelolco', em 1968, quando era ministro do Interior; e outro em 1971, quando já era presidente.



Em comunicado oficial, o presidente iraniano, Mohammad Khatami (acima), afirmou que os Estados Unidos devem pedir desculpas a seu país pelos erros do passado, se pretendem melhorar suas relações com a república islâmica



O líder camponês francês José Bové cumpre, desde 19 de junho, três meses de pena pela destruição de uma lanchonete do McDonald's, em agosto de 1999. Diversos artistas e intelectuais franceses têm escrito cartas de apoio a Bové

DESDE 1991, A REVISTA **ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO** COBRE AS
RELAÇÕES DO MEIO AMBIENTE COM A ECONOMIA, A POLÍTICA, A CULTURA,
A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, NO BRASIL E NO MUNDO. POR ESSE
PIONEIRISMO E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO, A ECOLOGIA É RECONHECIDA
COMO A MELHOR PUBLICAÇÃO DE SUA CATEGORIA. TODOS OS PRÊMIOS
RECEBIDOS AO LONGO DE ONZE ANOS DE VIDA ATESTAM ISSO

1991
—
2002

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO



FAÇA ALGO PELO PLANETA.

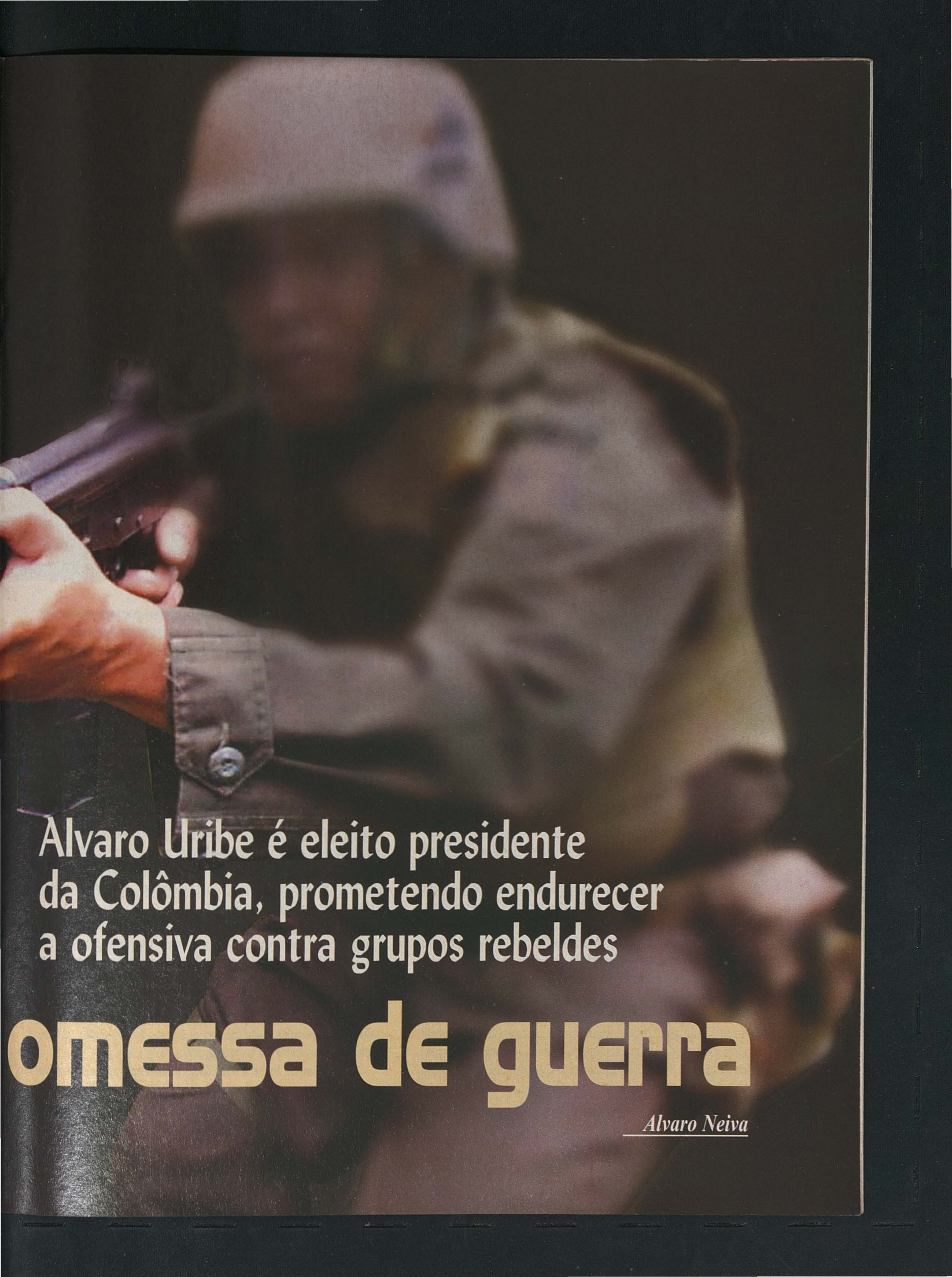
ASSINE ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO!



Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa - 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: assinaturas@etm.com.br
Internet: www.uol.com.br/ecologia - www.etm.com.br



Vitória de Uribe: pr



Alvaro Uribe é eleito presidente
da Colômbia, prometendo endurecer
a ofensiva contra grupos rebeldes

omessa de guerra

Alvaro Neiva



A VITÓRIA DO DIREITISTA ALVARO URIBE NO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS COLOMBIANAS deve empurrar o país para a guerra. Uribe, dissidente do Partido Liberal, que concorreu pela coalizão Primeiro Colômbia, baseou sua campanha em promessas de “agir com mão firme” contra os grupos guerrilheiros em atividade no país: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Em uma eleição marcada pelo medo e pelo descrédito da política institucional, o discurso de Uribe foi suficiente para conquistar 53% dos votos válidos.

Após a divulgação da vitória, Uribe tentou amenizar seu discurso, prometendo “solicitar uma mediação internacional com objetivo preciso e com mandato determinado para buscar o diálogo de paz com os grupos à margem da lei”. Mas desde o primeiro momento apresentou condições: as organizações armadas devem “abandonar o terrorismo e facilitar um cessar de hostilidades”.

As Farc criticaram essas declarações, afirmando que uma mediação só é possível se for solicitada de comum acordo entre as partes, com uma definição prévia do papel dos mediadores e que não aceitariam condições prévias.

Porém, mesmo esta proposta, já difícil de ser aceita por parte dos grupos guerrilheiros, é muito amena com relação ao discurso utilizado por Uribe durante toda a campanha. Talvez esta suposta moderação tenha exatamente o objetivo contrário do manifesto, ou seja, acelerar e endurecer o conflito, utilizando como justificativa a previsível negativa da guerrilha.

Uribe precisa de apoio internacional para levar adiante sua

política. Esse apoio pode vir em duas formas: primeiro, o simples respaldo da comunidade internacional para a sua promessa de campanha de “utilizar a autoridade do Estado para quebrar a vontade de luta dos guerrilheiros e obrigá-los a aceitar suas condições para acabar com o conflito”; e também através de ajuda financeira, considerando que vai necessitar aumentar os gastos com defesa e segurança. Hoje, a Colômbia já gasta 12,5% com essas despesas e seria difícil aumentar tais valores apenas com recursos nacionais.

Uribe planeja aumentar os efetivos do Exército de 50 mil para 100 mil, e da polícia de 100 mil para 200 mil. Além disso, prometeu criar o “Dia da Recompensa”: um dia da semana no qual o governo recompensará aqueles que tenham ajudado a evitar uma ação da guerrilha ou capturar seus integrantes. “Com o triunfo de Uribe, a Colômbia pode esperar momentos difíceis. A crise social da Colômbia requer, mais do que mão dura, inteligência e alternativas de soluções negociadas”, afirma o senador Antonio Navarro, ex-guerrilheiro.

O direitoista sempre defendeu que a sociedade desempenhasse um papel maior no enfrentamento com os grupos armados. Na sua avaliação, pelo menos um milhão de colombianos estariam dispostos a organizar-se em frentes de segurança e colaborar com o Exército. Obviamente a sua atuação teria algumas limitações, mas, por exemplo, não seriam proibidos de portar armas, se legalmente adquiridas. É difícil crer que essas forças sejam rigorosamente controladas ou sofram grandes restrições.

Essa idéia de levar a sociedade a participar ativamente do combate com a guerrilha levou Uribe a criar – quando foi governador do distrito de Antioquia – as Convivir, cooperativas arma-



Fotos: AFP

No alto, à esquerda, foto do encontro entre o novo presidente e o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan. O presidente eleito procura demonstrar boas intenções à comunidade internacional.

Acima, soldados do Exército colombiano diante dos corpos de doze guerrilheiros das Farc.

das de segurança. O projeto teria contribuído para o surgimento das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), grupo paramilitar que combate as Farc e o ELN, acusado de violação aos direitos humanos, por atacar e destruir vilarejos de áreas onde a guerrilha atua e, muitas vezes, assassinar civis.

Uribe recusa veementemente qualquer tipo de relação com os paramilitares, apesar das evidências em contrário. Um dos principais líderes das AUC, Carlos Castaño, admite, em sua biografia, que a organização surgiu a partir dos conceitos implantados nas Convivir. Ainda segundo Castaño, narcotraficantes aproveitaram-se das circunstâncias constituindo grupos Convivir para proteger suas propriedades. Torna-se, portanto, difícil acreditar que essas frentes de segurança contribuam realmente para um aumento nas condições de segurança da população. Aparentemente serão criadas condições para o fortalecimento das AUC e o surgimento de outras organizações similares.

Alta abstenção

Apesar de evitar um pronunciamento público favorável a Alvaro Uribe, os paramilitares atuaram a seu favor na campanha



No alto, a cidade de Bojaya, praticamente destruída após um violento conflito entre guerrilheiros das Farc e paramilitares das AUC.

Acima, um cidadão vota nas eleições presidenciais, em Cáli, uma das principais cidades colombianas. Grande parte das mesas de votação do país inteiro mantiveram-se vazias durante toda a jornada, em função dos altos índices de abstenção. Menos da metade dos colombianos aptos a votar compareceram às urnas, em uma das eleições menos legítimas dos últimos tempos

presidencial. Em diversas regiões do país, proibiram campanhas de apoio a todos os outros candidatos, pressionando a população para votar nele, ou então não participar nas eleições.

As Farc e o ELN também atuaram no sentido de influenciar os votos da população. Em algumas regiões, defenderam o voto no candidato de esquerda Luís Eduardo "Lucho" Garzón, do Pólo Democrático, que terminou em terceiro lugar, com pouco menos de 7% dos votos. Em outras, apenas pressionaram os cidadãos a



Franceses pedem a inclusão das Farc na lista de grupos terroristas, solicitação atendida pela UE, diante da pressão oficial colombiana

Rótulo de terroristas

O governo colombiano (o atual e, principalmente, o futuro) obteve uma importante vitória no terreno diplomático, com consequência direta no conflito do país. Após insistentes pedidos do presidente Andrés Pastrana, a União Européia (UE) decidiu incluir os dois principais grupos guerrilheiros da Colômbia (as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc, e o Exército de Libertação Nacional – ELN) em sua lista de organizações terroristas internacionais.

A UE já classificara as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), grupo paramilitar de direita, como grupo terrorista. Na

II Cúpula da Europa, América Latina e Caribe, no final de maio, na Espanha, Pastrana acusou as Farc da morte de 119 pessoas, no município de Bojayá. Mas elas morreram durante um conflito entre os guerrilheiros de esquerda e os paramilitares de direita. O próprio prefeito de Bojayá, Ariel Palácio, responsabilizou Pastrana pelo fato, pois as forças de segurança do governo haviam abandonado a região.

Entretanto, a pressão de Pastrana acabou sendo definitiva para que a UE incluísse as Farc e o ELN na lista de organizações terroristas. Porém, nem todos os países presentes concordaram. Cuba, por exemplo, afirmou que seguirá considerando-os como grupos guerrilheiros. Na mesma ocasião, o grupo separatista Pátria Basca e Liberdade (ETA) foi classificado como terrorista, com o apoio de todos os países.

não votarem em Uribe, em função de seu discurso belicista. Uribe, cujo pai foi assassinado por membros das Farc em 1983, andava sempre cercado por seguranças e evitou participar de atos públicos na reta final de campanha, temendo sofrer um atentado. A candidata Ingrid Betancourt, do Partido Verde, disputou as eleições no cativeiro. Ela foi seqüestrada pelas Farc em fevereiro.

Foi montado um forte esquema militar para garantir o andamento seguro das eleições. Ainda assim, foram registrados incidentes, como seqüestros de urnas em alguns distritos e conflitos entre guerrilheiros e paramilitares. Esse quadro de medo, aliado a um certo descrédito na política institucional, foi responsável por um dos maiores índices de abstenção da história do país. Em um universo de aproximadamente 24 milhões de eleitores, somente pouco mais de 11 milhões de colombianos votaram, representando um índice de abstenção de 53,86%, quase oito pontos a mais que nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 1998.

Portanto, mesmo tendo sido o primeiro presidente eleito em primeiro turno (desde que o sistema de dois turnos foi implantado, em 1994), Uribe já assumirá, em 7 de agosto, com a representatividade questionada. Afinal, fazendo os cálculos, podemos perceber que a sua aprovação não é tão significativa quanto parece no

primeiro momento: apenas 24% do eleitorado total votou em Uribe, apostando na política de guerra defendida por ele. Muito longe da pretensa maioria procurada com a eleição em dois turnos.

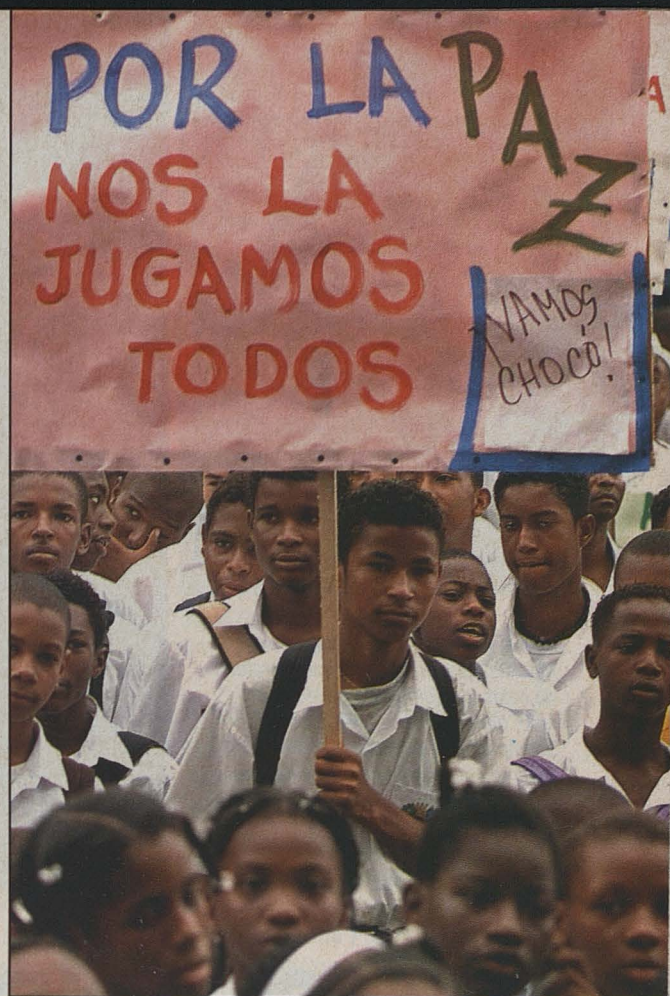
Confirmando a distância entre o sentimento da população colombiana e os partidos políticos, Uribe governará quase sem oposição institucional, formando um “governo de unidade”. Apenas o Pólo Democrático, coalizão de “Lucho” Garzón, deve fazer-lhe oposição.

O convite para a “unidade nacional”, feito por Uribe logo após a confirmação de sua vitória, foi prontamente respondido pelos candidatos Noemí Sanín, do movimento Sim Colômbia, que terminou em quarto lugar, e Horacio Serpa, do Partido Liberal, segundo colocado, com 32% dos votos válidos. O outro grande partido do país, o Partido Conservador, apoiou Uribe desde o início. É a primeira vez na história que o partido não apresenta candidato nas eleições presidenciais, em função do desgaste do atual presidente, Andrés Pastrana.

Para Gustavo Petro, do Pólo Democrático, essa unidade lembra a Frente Nacional, aliança estabelecida entre liberais e conservadores de 1956 a 1974, que deu origem aos principais males da política colombiana atual, como a corrupção e o clientelismo.



O povo colombiano não precisa de mais armamentos ou um aumento no contingente das Forças Armadas. Amedrontado e cansado, após décadas de conflitos, o povo espera a paz, acompanhada de uma solução política que contribua para o desenvolvimento e a justiça social



Aliado dos EUA

Se o atual presidente, Andrés Pastrana, já tem atuado como um obediente aliado dos Estados Unidos, utilizando o combate ao narcotráfico como maneira de atacar também os grupos guerrilheiros, a expectativa é que Uribe se alinhe ainda mais claramente aos interesses de Washington. Ao saber da confirmação do resultado, a embaixadora dos EUA na Colômbia dispensou uma série de comentários elogiosos a Uribe.

Não poderia mesmo ser diferente, afinal a ofensiva aos grupos guerrilheiros colombianos faz parte da nova política internacional da Casa Branca, travestida de combate ao terrorismo, depois dos atentados de 11 de setembro. Em março, o secretário de Estado Colin Powell já havia anunciado que o Plano Colômbia estaria se adequando aos planos "antiterroristas".

Entretanto, Powell ainda está entre os dirigentes norte-americanos que demonstram mais preocupação com relação à provável ligação entre Uribe e os paramilitares. Os setores mais direitistas do governo Bush confiam que a vitória de Uribe no primeiro turno assegurará uma guerra definitiva contra os rebeldes.

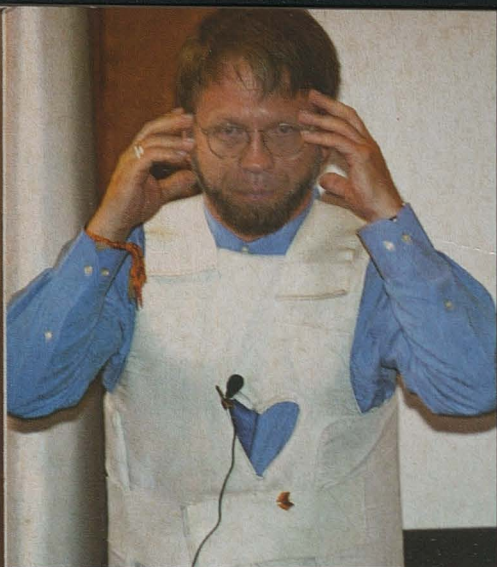
Apesar do posicionamento oficial em contrário, a atuação das AUC não incomoda tanto o governo dos Estados Unidos. Pelo contrário, há evidência de muitos casos em que teriam atuado em conjunto, com os paramilitares fazendo o chamado "serviço sujo", como a eliminação de civis suspeitos de ligação

com os guerrilheiros.

Em um momento em que Washington quer aumentar sua presença na América Latina, e especialmente na região amazônica, através de mecanismos políticos, econômicos e militares, os grupos guerrilheiros colombianos colocam-se como forte obstáculo aos seus planos, ao lado do presidente venezuelano Hugo Chávez. A postura belicista de Uribe, alimentada por recursos norte-americanos, pode fazer o conflito, que já ultrapassa as fronteiras colombianas, alastrar-se pela América do Sul.

Temendo possíveis dificuldades no relacionamento com países do Oriente Médio, os Estados Unidos vêm trabalhando no sentido de ampliar seu leque de fornecedores de petróleo. Para isso, a insistência de Chávez em fortalecer a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) já constitui um obstáculo (ver matéria sobre Venezuela na página 52). Na Colômbia, as multinacionais petroleiras estão entre os alvos preferidos da guerrilha. Mais um motivo que explica a pressa norte-americana em acabar com a presença dos rebeldes no país.

Fontes diplomáticas estimam que o Plano Colômbia deve se intensificar nos próximos meses e que o governo norte-americano aumentará os recursos destinados ao combate aos grupos guerrilheiros. Entretanto, os 40 anos de atuação da guerrilha colombiana mostram que ela tem uma forte implantação social. O povo colombiano espera não apenas a paz, mas também ver o país livre da dependência econômica e da terrível situação social atual. ■



Acima, o prefeito de Bogotá, Antanas Mockus, posando com o colete protetor de balas fornecido pelo governo. Ao lado, o presidente Andrés Pastrana, acompanhado de vários prefeitos, durante a entrevista na qual anunciou o novo plano de segurança. À direita, 30 guerrilheiros capturados pelo exército em um conflito que deixou um saldo de nove mortos e 33 feridos, em Medellín



Novo golpe das Farc

Grupo guerrilheiro ameaça prefeitos de diversos municípios, exigindo sua renúncia

DESGASTADA PELO FRACASSO NAS NEGOCIAÇÕES COM **ANDRÉS PASTRANA** e antecipando o clima de guerra que Alvaro Uribe pretende impor, as Farc resolveram partir para a ofensiva. A organização guerrilheira ameaçou de seqüestro ou morte todos os prefeitos e juízes municipais que não renunciassem até a meia-noite de 26 de junho.

“O Estado nos declarou guerra total e respondemos a isso de maneira política, desconhecendo a autoridade de todos os prefeitos e as leis. O fato tem como propósito a construção de um novo poder, digno, soberano e democrático”, afirmou um dos líderes guerrilheiros, o comandante Byron. A ofensiva surge como uma resposta das Farc à saída do governo das negociações de paz, em fevereiro.

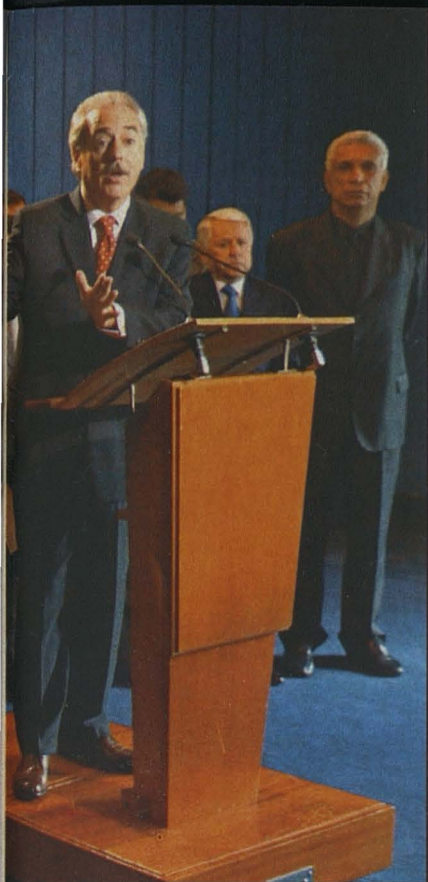
Logo após a ameaça das Farc, Pastrana anunciou um plano de segurança, no qual os prefeitos passaram a contar com seguro de vida, escolta, armas, coletes à prova de balas e equipamentos de comunicação. Além disso, receberam autorização oficial para exercer suas funções das capitais de seus departamentos (esta-

dos). Pastrana anunciou também uma verba adicional de 100 milhões de dólares para as Forças Armadas e a contratação de novos policiais para os municípios.

Esse apoio foi necessário para dar coragem a alguns prefeitos que demonstraram ímpeto de resistir. “Não me retiraria da prefeitura por nenhuma razão”, afirmou o prefeito de Bogotá, Antanas Mockus. Como precaução, Mockus reduziu sua participação em atos públicos.

Entretanto, nem todos tomaram a mesma atitude de Mockus. Menos de um mês após o início das ameaças, 120 dos 1.098 prefeitos colombianos já se demitiram. Outros tantos pediram refúgio nas capitais de seus departamentos, de onde governam “escondidos”. E a tendência é piorar. Em 8 de julho, rebeldes lançaram bombas na prefeitura de Miranda, destruindo parcialmente o prédio. O prefeito, Arnulfo Mostacillo, renunciou logo em seguida. “Acho que é preciso pensar na família, a tranquilidade não tem preço”, afirmou Mostacilla, justificando sua decisão.

No dia seguinte, o secretariado-geral da organização lançou



Comunicado das Farc

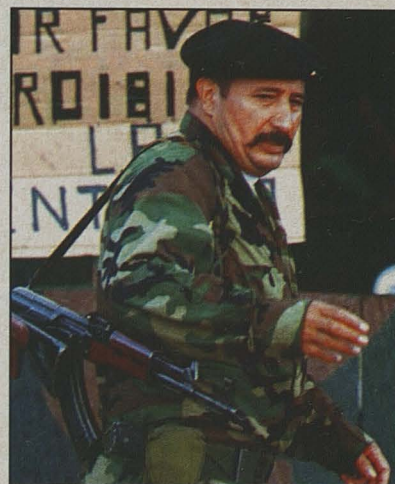
A seguir, selecionamos os principais trechos do comunicado divulgado pelo grupo guerrilheiro, intitulado "As Farc-EP respondem ao Estado e explicam ao povo".

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Exército do Povo (Farc-EP), nasceram em 1964, como uma organização político-militar, com o claro objetivo de conquistar o poder político para o povo. Surgiram como consequência direta e como resposta à violência institucional do Estado colombiano, que representa e defende os interesses da oligarquia liberal-conservadora.

Desde então, as Farc-EP vêm enfrentando o Estado, utilizando todas as formas de luta, incluídos os diálogos, para alcançar as transformações fundamentais na mesma estrutura do Estado, e que os distintos governantes burgueses de turno entendam que os fatores geradores da confrontação política, econômica, social e armada existente na Colômbia não podem ser superados com o desmesurado aumento das Forças Militares e da Polícia, financiadas com imensos recursos do Orçamento Nacional.

E como é o Estado com o que estamos lutando numa longa batalha e que a cada dia se acirra mais, por ter ele cancelado todas as possibilidades de uma saída política negociada, então as Farc-EP têm decidido, em coerência com seu planejamento político-militar e em reciprocidade às medidas adotadas pelo Estado contra elas, exigir a renúncia de todos os mandatários departamentais e municipais, não pelo que eles são como pessoas, mas por serem representantes do Estado. Dessa forma, estamos explicando ao povo e aos funcionários afetados as razões políticas de nossa medida.

Secretariado do Estado Maior
Central das Farc-EP



Jorge Briceño, o 'Mono Jojoy', comandante das Farc



seu primeiro comunicado oficial desde a suspensão do processo de paz, ratificando a ameaça feita pelos comandos regionais. O comunicado apresenta um breve histórico da luta das Farc, contando os avanços conquistados e os obstáculos colocados, e justifica a decisão de endurecer a guerrilha (ver quadro). Foi divulgada também uma gravação de um homem identificado como Raul Reyes, porta-voz do secretariado das Farc, anunciando para as unidades locais da organização que "chegou o tempo de justificar aqueles que não tiverem renunciado".

Essa ofensiva pode ser o que precisava o presidente eleito, Alvaro Uribe, para deflagrar a guerra. Ele já anunciou a intenção de restabelecer o estado de sítio, que regeu o país durante 40

anos, no qual era comum a imposição de prefeitos militares e a restrição absoluta de liberdades individuais.

O governo de Pastrana limita-se a dizer que não aceita as renúncias e dar garantias de segurança individual para os prefeitos. Na opinião do candidato da esquerda derrotado nas eleições presidenciais, "Lucho" Garzón, o governo de Pastrana está limitando-se a "deixar as coisas acontecerem, criando um vácuo para que se imponha esta saída autoritária". Mas Garzón criticou a ofensiva das Farc, afirmando que a tendência é que ela leve a uma maior centralização do poder no país, em direção contrária ao que esquerda no país (guerrilha e institucional) sempre defendeu. (Alvaro Neiva) ■



A Colômbia concedeu asilo diplomático ao golpista Pedro Carmona, causando um certo atrito na relação deste país com o governo venezuelano

Vizinhança turbulenta

O asilo do golpista Carmona na embaixada colombiana e a vitória de Uribe nas eleições presidenciais põem à prova relação entre os dois países

O EMPRESÁRIO GOLPISTA VENEZUELANO PEDRO CARMONA criou um novo elemento de choque entre a Colômbia e a Venezuela, ao escapar da prisão domiciliar e procurar asilo na Colômbia. “O governo colombiano deu a maior consideração ao pedido de Pedro Carmona e decidiu outorgar-lhe asilo diplomático”, apontou um comunicado oficial da chancelaria colombiana divulgado pouco após a confirmação da vitória de Alvaro Uribe.

As relações bilaterais correram bem entre 2000 e março de 2001, quando um encontro entre Pastrana e o presidente venezuelano Hugo Chávez as distendeu. Desde janeiro voltaram a tensionar-se, sobretudo depois que representantes do governo e do empresariado colombianos dedicaram elogios para Carmona durante sua breve estada na Presidência venezuelana.

Carmona, que presidia a principal organização empresaria

l venezuelana, ocupou a Presidência nos dias 12 e 13 de abril no lugar de Hugo Chávez, deposto do poder por um golpe militar, com a colaboração do empresariado, da grande mídia e de representantes dos Estados Unidos. Entretanto, um contragolpe com ampla participação popular devolveu a Chávez o cargo de chefe de Estado.

Logo após o anúncio de que Carmona havia assumido como presidente provisório, tanto Pastrana, como a então responsável pela chancelaria, Clemencia Forero, entre outros representantes do governo, elogiaram o empresário venezuelano. O setor privado colombiano também manifestou seu apoio a Carmona. O ingresso de produtos da Colômbia à Venezuela foi dificultado por medidas de salvaguarda impostas pelo governo Chávez. Contudo, o comércio bilateral mantém-se como o mais dinâmico da região andina e com balança favorável à Colômbia.



As Farc, do líder Manuel Marulanda (direita), e o presidente eleito, Alvaro Uribe (esquerda). Politicamente, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, está mais próximo dos grupos guerrilheiros que de Uribe, novo aliado dos norte-americanos na América Latina

Após a volta de Chávez ao poder, Carmona foi julgado e indiciado por organizar e perpetrar um golpe de Estado. Desde então, vinha sendo mantido em um regime de liberdade vigiada, que o permitia permanecer preso em seu domicílio. O empresário conseguiu burlar a vigilância e escapar. Após alguns rumores sobre seu paradeiro, o chanceler venezuelano Luis Alfonso Dávila recebeu informações de que ele estava refugiado sob território diplomático colombiano e solicitara asilo. Dávila deplorou a decisão, pois esperava que o governo colombiano “levasse em consideração a gravidade dos delitos praticados por Carmona”. Ele anunciou que estudará as razões da decisão antes de decidir se outorga o salvo-conduto para Carmona. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou que respeitaria a “decisão soberana da Colômbia” e garantiu que o salvo-conduto seria dado sem problemas.

O diplomata colombiano Guillermo Fernández de Soto recordou que, “de acordo com a prática internacional, cabe apenas ao Estado solicitar a decisão sobre o asilo. O asilo é uma instituição do direito e não pode afetar as relações entre duas nações”. Ele destacou ainda que o asilo a Carmona não significa um aval ao golpe de Estado.

A organização não-governamental de direitos humanos Provea condenou que se tenha permitido a fuga de Carmona “por falta de medidas adequadas de segurança ou por cumplicidade”,

o que abre campo para a impunidade nos delitos graves. Nos tumultos de 11 a 14 de abril morreram 85 pessoas.

Muito além do debate sobre direito internacional, o provável asilo de Carmona revela a discordância entre dois governos com díspares idéias políticas e abundantes desencontros, apesar de que os países compartilham, além de uma fronteira de 2.200 quilômetros, problemas comuns e o projeto de integração dos países andinos.

Mais uma pimenta para a relação entre os dois países pode vir do fato de, independente de haver ou não um relacionamento mais estreito entre Chávez e a guerrilha, a realidade é que politicamente ele está muito mais próximo desses grupos do que do governo de Pastrana e, ainda mais, do futuro presidente, Uribe. Chávez foi um dos primeiros presidentes a ligar para Uribe após o anúncio de sua vitória, para saudá-lo. Porém, as grandes divergências políticas entre os dois não devem demorar a vir à tona.

Como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), Chávez constitui um dos maiores entraves às aspirações dos Estados Unidos de ampliar a sua presença dos Estados Unidos na América Latina. A posse de Uribe, aliado de Washington na Presidência colombiana, portanto, não traz nenhuma perspectiva de melhora no relacionamento entre os dois países. (Alvaro Neiva, com José Zambrano, da IPS) ■

As lições do frustrado golpe de Estado

Os últimos acontecimentos na Venezuela deixaram elementos para a reflexão que interessam a todos os latino-americanos preocupados com a construção de alternativas ao neoliberalismo

Para entender por que houve uma tentativa de golpe na Venezuela no passado 11 de abril, é preciso conhecer as posições do governo Chávez. O problema central é que a Venezuela começou a construir alternativas à proposta neoliberal. Essa atitude tornou-se um fator de irritação para o poder hegemônico e o levou a tentar, por todos os meios – inclusive utilizando-se do poder de pressão do grande capital financeiro internacional –, provocar a saída do presidente Chávez.

Quem faz essa reflexão é Oscar Feo, médico, ex-deputado constituinte e representante do Congresso venezuelano junto ao Parlamento Latino-americano. Docente e pesquisador do Instituto de Altos Estudos de Saúde Pública da Venezuela¹, Feo visitou o Brasil em junho, convidado a dar uma conferência sobre “Globalização, neoliberalismo e saúde dos trabalhadores”, em um Encontro Internacional de Saúde Ocupacional e Ambiental que aconteceu na Bahia.

Nessa ocasião, Feo visitou a sede de cadernos do terceiro mundo no Rio de Janeiro e manteve uma longa conversa com Beatriz Bissio e Alvaro Neiva, diretora e editor, respectivamente, da revista, sobre a atual conjuntura no seu país.

O texto a seguir é uma versão corrigida e editada pela nossa equipe, e sob a nossa responsabilidade, dessa conversa.



Foto: Beatriz Bissio

Hoje parece claro que o desenlace da queda-de-braço entre o presidente Chávez e os segmentos políticos de direita que estavam por trás da tentativa de golpe de Estado dependerá da capacidade do governo venezuelano de retificar erros e aprofundar acertos, corrigindo alguns rumos.

Começamos por lembrar que uma das propostas apresentadas pelo governo Chávez que mais irritou os Estados Unidos foi a alternativa à iniciativa de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas, a Alca. Tudo começou na Cúpula das Américas, realizada no Quebec, Canadá, em abril de 2001. Nessa oportunidade, o governo venezuelano recusou a proposta de Washington para que todos os países latino-americanos entrassem na Alca e só assinou o documento depois de uma intensa discussão, divulgando um adendo no qual exprime seu desacordo com as datas que o governo Bush estava propondo. Mas a Venezuela ficou absolutamente sozinha nessa ocasião.

Quatro meses depois, o presidente Chávez apresentou uma proposta alternativa à Alca, que ele denominou de Alba, a Alternativa Bolivariana² para as Américas. A proposta foi tornada pública numa cúpula de chefes de Estado do Caribe que o governo da Venezuela tinha convocado. O elemento central da proposta é o resgate da idéia da integração da América Latina como instrumento para enfrentar os desafios dos tempos atuais e para negociar com os Estados Unidos, inclusive em relação à proposta da Alca. O argumento de Chávez era simples: a heterogeneidade econômica da América Latina e a sua fragilidade nos impedem de negociar em condições minimamente razoáveis com os blocos econômicos de um poder tão grande como o da

Casa Branca. Basta lembrar que 76% do PIB do continente americano corresponde aos Estados Unidos.

Chávez propôs inverter a ordem: primeiro integrar os países da América Latina para depois conversar em bloco com a Casa Branca. Essa era, aliás, a meta estratégica do grande herói da independência latino-americana, Simón Bolívar, que, no século XIX, com clara visão histórica, lutou por esse ideal.

A proposta da Alba foi acolhida com emoção por muitos dos chefes de Estado presentes na cúpula do Caribe. Mas é evidente que a mesma incomodou a diplomacia dos Estados Unidos, empenhada na aprovação da Alca no menor prazo possível. Aliás, historicamente, os EUA sempre fizeram de tudo para impedir que os países da América Latina formassem um bloco.

Na cúpula de Monterrey³, Chávez fez uma intervenção, em nome do Grupo dos 77 (G-77)⁴, na qual afirmou que, “enquanto os presidentes vão de cúpula em cúpula, nossos povos vão de abismo em abismo”, uma crítica não velada a esse tipo de iniciativa diplomática que nunca dá em nada. Chávez voltava a mostrar uma atitude muito firme diante da proposta dos Estados Unidos e mais uma vez irritou a administração Bush, que passou a hostilizar o governo venezuelano. Washington não quer na América Latina governos com posturas independentes como a que a Venezuela tem neste momento.

Existe um outro motivo para a má vontade dos Estados Unidos em relação a Chávez: o componente petroleiro. A Venezuela vende para eles aproximadamente 70% do petróleo que produz. Isso representa 50% das compras de óleo cru dos EUA. Mas Chávez procura revitalizar a Opep e voltar a fazer dela um instrumento para a valorização do preço do petróleo. (E ele visitou o Iraque, a Arábia Saudita e outros países produtores de óleo cru que são membros da Opep em busca de apoio para essa iniciativa.) Apesar disso, a relação do governo venezuelano com a Casa Branca é transparente. Nunca permitiu que questões de índole política interferissem no relacio-

Fotos: AFP



O prócer da independência sul-americana Simón Bolívar (retrato ao fundo) é uma figura que inspira o governo venezuelano, encabeçada por Chávez, em particular pela sua luta pioneira em prol da integração da América Latina

namento comercial. A Venezuela é um fornecedor que luta para resgatar os preços do petróleo – mas sabe honrar os seus compromissos comerciais.

O contexto do golpe

Para entender o contexto em que se deu a tentativa de golpe de Estado, também é necessário prestar atenção ao papel que os meios de comunicação vêm de-

sempenhando no mundo e na Venezuela, na era da globalização. É um fato que a mídia mudou de propriedade e de função. Hoje em dia, os principais meios de comunicação pertencem a grandes corporações multinacionais. E o seu papel também mudou: a mídia já não serve para informar; é um instrumento que gera matrizes de opinião, que molda a opinião. Os meios são usados para construir visões da realidade que não necessariamente se cor-

respondem com a nossa visão de mundo. Eles se identificam com a visão de mundo das corporações multinacionais.

Enfrentamos o que Ignacio Ramonet, o diretor de *Le Monde Diplomatique*, chama de "a tirania da comunicação". No mundo globalizado de hoje, a mídia tem um papel fundamental: molda e gera a opinião que permite depois aos mercados se apossarem dos países. Esse é o âmago da proposta neoliberal.

A estratégia da mídia venezuelana é tirar a legitimidade do presidente Chávez. Essa estratégia tem três componentes fundamentais. O primeiro é apresentá-lo como golpista; o segundo é apresentá-lo como louco e inconsequente, e o terceiro é fazer crer que Chávez está perdendo o apoio das grandes maiorias nacionais. Todos os componentes são falsos, e, em particular, o terceiro é desmentido pela realidade do dia 13 de abril, quando milhões de venezuelanos,

com muita força, defenderam a volta do presidente Chávez ao governo. Foram esses milhões de cidadãos que saíram às ruas os que realmente criaram as condições para que ele voltasse.

Para entender melhor a estratégia da mídia, é bom exercício analisar a maneira como todas as agências internacionais de notícias cobriram a cúpula de Monterrey. Elas deram amplo destaque ao desentendimento entre o dirigente cubano Fidel Castro e o presidente mexicano Vicente Fox. Mas em momento algum noticiaram a posição defendida pela Venezuela diante das propostas do poder hegemônico. Isso é cumprir com o dever de informar? Como justificar que a posição defendida pela Venezuela, na sua condição de porta-voz do Grupo dos 77, seja desconhecida pelas agências internacionais de notícias? Como ignorar o discurso de Chávez, se ele falava como representante de um amplo grupo de países?

A estratégia externa se complementa com o papel desempenhado dentro da Venezuela por um setor radicalizado da oposição, cujo objetivo é criar as condições para a saída do presidente. Essas forças políticas agem contemplando um leque amplo de alternativas, que vão desde um novo golpe de Estado até uma emenda constitucional ou um referendo que obrigue Chávez a deixar o poder. A atuação desse setor assemelha-se muito com a estratégia no Chile, em 1973, na véspera do golpe contra Salvador Allende. Na Venezuela de hoje, assim como no Chile nos anos 70, a direita empresarial "brinca" de produzir uma profunda deterioração da economia. Esse setor da direita golpista controla o poder econômico e tem força para impedir, como de fato o está fazendo, que o país atinja um desenvolvimento econômico substancial. Não é verdade que o clima de insegurança que hoje se vive na



'Falem a verdade': esse grafite nas paredes de um estabelecimento comercial em Caracas denuncia o papel da mídia, que não informa, e sim usa o seu poder para promover os interesses dos grupos privilegiados da sociedade

Venezuela seja gerado somente pelo governo. O clima de insegurança é gerado, principalmente, pelas permanentes declarações dos expoentes desse bloco de oposição. Eles impedem a recuperação da economia que está, de fato, submetida a uma crise permanente. Mas a origem da crise é política. A direita brinca de criar uma crise econômica, tornando-a um adereço, um aditivo fundamental da crise política.

Lamentavelmente esta estratégia teve um efeito devastador: ela conseguiu fraturar a sociedade venezuelana, política e afetivamente. É verdade que no dia 11 de abril um milhão de venezuelanos saíram às ruas defendendo a saída de Chávez. Não há como negá-lo. Seria um erro não admitir ou não entender que existe um setor da população – e agora digo, efetivamente, da população –, que acredita na saída de Chávez como solução para a crise. Esses setores, necessariamente, não estão do lado dos interesses das grandes corporações. Trata-se de um setor social muito sensível à mensagem dos meios de comunicação e defende essa posição como consequência da estratégia da mídia de desacreditar Chávez. Acabam ajudando involuntariamente a direita organizada, para a qual hoje é imprescindível criar as condições para uma saída do presidente – de preferência dentro das vias previstas pela Constituição⁵. A mídia já está usando o seu poder para criar uma matriz de opinião tendente a facilitar o afastamento do presidente. De agora em diante, tudo vai depender da habilidade do próprio governo em convocar amplos setores da sociedade venezuelana para estar do seu lado em defesa das mudanças.

Mas a tentativa de golpe e o que possa acontecer daqui em diante também não se entendem totalmente se não formos capazes de reconhecer que o governo tem cometido erros que devem ser corrigidos. Da parte do presidente Chávez, faltou capacidade de manobra, jogo de cintura. Possivelmente isso se deva à sua formação militar. Ele está mais acostumado à ordem e à hierarquia do que a cultivar o hábito de procurar o consenso. Isso se jun-

A direita brinca de criar uma crise econômica, tornando-a um adereço, um aditivo fundamental da crise política

tou a um problema para o qual devemos estar atentos: lamentavelmente, existem na Venezuela, sem a menor sombra de dúvidas, grandes bolsões de ineficiência no governo, que lhe tiram legitimidade. Por que isso acontece? Porque os setores progressistas da América Latina estão acostumados a fazer oposição, mas não necessariamente aprenderam a ser governo, a gerenciar, a administrar.

As lições da crise

As experiências que deixa a tentativa de golpe na Venezuela podem ser úteis para toda a América Latina. A primeira delas é que as alternativas ao neoliberalismo não só devem ser atraentes do ponto de vista político e ideológico, mas também serem viáveis do ponto de vista gerencial.

Devemos ter capacidade de aplicá-las e convertê-las em avanços. A segunda lição é que, por inexperiência na gestão governamental, podemos gerar vazios e insucessos importantes, deixando de atender às necessidades da população. Na Venezuela, a população reclama que não houve suficiente força, nem eficiência, na luta contra a corrupção. (E um dos elementos fundamentais na campanha de Chávez, foi o compromisso de lutar até a morte contra a corrupção, esse câncer que corrói as entranhas da administração.) A falta de eficácia nesse terreno tem duas origens: primeiro, a incapacidade gerencial. Ela tira rapidez da ação governamental e permite aos corruptos evitar serem castigados; o segundo elemento – e a respeito disso a esquerda latino-americana deve estar alerta – é que existem setores que têm a capacidade de perceber rapidamente as mudanças, se camuflar e se infiltrar.

No governo venezuelano existe uma quantidade imensa de infiltrados que são responsáveis por casos importantes de corrupção. Na Assembléia Constituinte, 30 ou 40 dos deputados eleitos pela base política de Chávez, até pelo partido do presidente, eram elementos da velha política que tinham percebido com antecedência as mudanças e rapidamente se haviam “convertido” às novas idéias. Muitos deles tinham histórias muito escuras de corrupção, de práticas politiqueras. Não é

A antiga esquerda e a Igreja

“Boa parte da antiga esquerda acompanha o processo. Mas tem um grande número de militantes da velha esquerda que foi ficando no caminho e até passou a engrossar as filas dos burocratas internacionais ou dos movimentos políticos da direita. De fato, muitos dos homens da atual direita foram no passado militantes ou dirigentes políticos da esquerda venezuelana.

A Igreja popular, a Igreja de base, está a favor das mudanças propostas pelo governo. Mas a hierarquia eclesiástica deu apoio à oposição. Foi triste o papel do cardeal Velazco, que, em nome da Igreja venezuelana, no dia da tentativa de golpe, acompanhou a assinatura da ata que destituía os deputados da Assembléia Nacional, removia prefeitos e governadores e gerava um Estado totalitário. Ele foi o primeiro a assinar essa ata.”



Manifestação contra Chávez, em Caracas, em 11 de julho. A oposição continua utilizando todos os recursos para voltar a população contra o presidente

possível construir as propostas do futuro com os procedimentos e com as pessoas que carregam os vícios do passado.

Em parte, isso aconteceu porque o aparato político que ajudou a eleger Chávez era um partido aluvial. Uma das falhas fundamentais do processo político que está tentando se impulsionar na Venezuela é a ausência de um movimento político coeso e politizado, consciente da magnitude das metas que possui pela frente.

O movimento que nasce do primeiro levante militar de Chávez, quando ele, de fato, tentou derrocar pelas armas o então presidente Carlos Andrés Pérez, acusando-

o de corrupto (acusação que a história posterior mostrou ser correta), era formado por pessoas muito puras, com uma grande vocação de trabalho, com sensibilidade e mística, mas sem uma estrutura política nem base social. Hoje, a base social que apóia o processo de mudança é muito grande, mas não existe uma estrutura política e administrativa intermediária, que harmonize esses interesses com as diretrizes do governo. O presidente quer fazer muitas coisas, mas não tem quadros para levá-las à prática. Ele dá ordens que não são cumpridas. Não há uma estrutura administrativa que permita fazer com que uma instrução presidencial

se transforme em um fato concreto. Esse é um problema que necessariamente o governo deve resolver.

Agora o 'impeachment'?

Como a tentativa de golpe fracassou, agora a direita vai tentar tirar Chávez do governo pela via constitucional. Ou seja, vão procurar criar as condições para pedir o *impeachment* do presidente, previsto na Constituição da Venezuela (o ex-presidente Pérez foi afastado do cargo após um impedimento em 1993, acusado de apropriação de fundos públicos). O processo de *impeachment* contra um presidente deve ser aberto no Poder Legislativo. Hoje existe na Assembléia Nacional um precário equilíbrio de forças: o governo tem uma estreita maioria. Uma mudança, mesmo sutil, na conjuntura política, pode mudar o controle do Legislativo. E nunca está descartada a possibilidade da compra de votos.

A direita vai se utilizar dos erros cometidos pelo governo e também de argumentos forjados, sem base de sustentação nos fatos. O primeiro elemento que poderá utilizar é o desaparecimento de dois milhões de bolívares do Fundo de Estabilização Macroeconômica. (A esse fundo são destinados todos os recursos provenientes da venda do petróleo, quando esse preço for superior a US\$15 o barril. Por exemplo, se o óleo cru é vendido a US\$25, os US\$10 de diferença vão para o Fundo de Estabilização Macroeconômica.) A explicação que dá o governo para o desaparecimento é morna e revela que ele não tem clara consciência de onde está o dinheiro. Iniciar um processo judicial por esse motivo pode ser um dos caminhos da oposição. O governo pode se adiantar, buscando por todos os meios esclarecer os fatos.

Outro "motivo" que a direita está forjando artificialmente para forçar o *impeachment* são os acontecimentos do 11 de abril. Ou melhor, uma montagem da mídia feita a partir desses fatos, buscando fazer com que a população acredite que um grupo de franco-atiradores do governo disparou contra a passeata. Não houve essa



A convocação de um processo de consulta popular, como um referendo, por exemplo, poderia ajudar a calar a oposição

agressão! No dia 11 de abril, a oposição convocou uma mobilização muito grande, de mais de meio milhão de pessoas. Mas a oposição necessitava de violência, de mortes. A versão de setores muito confiáveis das próprias Forças Armadas, da inteligência militar, demonstra que houve franco-atiradores colocados pela oposição. Alguns foram identificados e capturados em um primeiro momento, mas depois foram soltos, durante o breve período em que o poder esteve controlado pelos golpistas. Parece que havia colombianos e salvadorenhos envolvidos. Esses franco-atiradores produziram as primeiras baixas, que foram de militantes do chavismo. Entre eles, mataram o motorista do vice-presidente.

Mas, em um outro local, onde não estava a manifestação, um policial que respondia ao comando do prefeito de Caracas, Alfredo Peña (eleito pelo chavismo, mas que se converteu em uma das figuras-mestras da oposição), atirou e uma das pessoas do chavismo começou a revidar. A

Câmara Venezuelana de Televisão filmou o momento em que os chavistas atiravam, e isso foi apresentado de três em três minutos na televisão dizendo: "Estão atirando contra a multidão". A multidão não estava ali, mas o que foi mostrado foram pessoas atirando, de um lado, e a cena dos mortos que caíam atingidos, do outro. Isso exibido a cada três minutos pela tevê fez com que até pessoas que estavam com o governo mudassem de lado dizendo: "Não posso apoiar isso". Agora temos que denunciar que foi claramente uma montagem da mídia!

O que está claro é que o presidente Chávez necessita neste momento de uma legitimação diante da opinião pública. Essa legitimação talvez possa ser dada por um referendo convocado por ele mesmo. As pessoas poderiam dizer se querem que ele continue ou não. Seria uma clara resposta diante das colocações da oposição. Com a convocatória a um processo de consulta popular, como é o referendo, o presidente teria meios de calar a oposição e de

monstrar que conta com a aprovação do povo venezuelano. ■

¹O Instituto de Altos Estudos de Saúde Pública da Venezuela é uma instituição do Estado, que forma quadros de gerência na área de saúde

²O presidente Chávez batizou a sua proposta alternativa à Alca de 'Bolivariana', em alusão ao ideal do prócer da independência de forjar a unidade dos países latino-americanos ou do mundo subdesenvolvido

³Chamamos de Cúpula de Monterrey a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizada em março, para discutir formas de combate à pobreza

⁴O G-77 é formado pelas nações do Terceiro Mundo

⁵A direita venezuelana tenta também introduzir uma emenda na nova Constituição para encurtar o mandato do presidente de seis para quatro anos, e outra para introduzir o segundo turno. Há em torno de dez candidatos da direita à Presidência que nunca entrarão num acordo; por isso necessitam do segundo turno

Medo de guerra nuclear

Sob pressão da comunidade internacional, Índia e Paquistão prometem encontrar uma solução negociada, mas mantêm seus arsenais preparados para uma possível volta dos confrontos na região da Caxemira

Thais Sena Schettino

OS ESFORÇOS DIPLOMÁTICOS DOS ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA, RÚSSIA E CHINA conseguiram reverter o quadro de uma guerra nuclear iminente entre Índia e Paquistão. Recentemente, pela quarta vez na História, os dois países militarizaram suas fronteiras à espera do combate. O motivo do possível conflito não era novidade: a disputa pelo controle total da Caxemira.

Para que a situação na fronteira ficasse sob controle, o secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, em visita à região, trouxe na bagagem um plano para

restabelecer a confiança entre os dois países. A visita do secretário foi decisiva para colocar um fim, pelo menos temporário, na possibilidade de um enfrentamento. O confronto entre as duas nações não receberia tanta atenção internacional, se não fosse o fato de que ambas dispõem de arsenal nuclear. De acordo com as declarações de seus governantes, parece claro que não hesitariam em usá-lo.

Em jogo, um bilhão e 150 milhões de vidas inocentes. A crescente tensão na região fez com que pesquisadores e analistas voltassem a fazer cálculos até então esquecidos. Quantas vidas seriam perdidas com a detonação de uma ogiva por parte de um dos países? Os cálculos anunciados por

professores da Universidade de Princeton, em Nova Jérsei, nos Estados Unidos, foram feitos com base no que ocorreu depois da explosão da bomba atômica em Hiroshima, no Japão, nos dias finais da Segunda Guerra Mundial. Os dados assustam pela proporção, alcance e poder de destruição. Segundo fontes diversas, a Índia dispõe de 100 ogivas e bombas nucleares, enquanto o Paquistão tem 25. Cada uma dessas bombas pode matar cerca de 800 mil civis de uma só vez em uma grande cidade.

Se o Paquistão lançasse apenas um décimo de suas armas nucleares sobre as dez cidades mais populosas da região, deixaria 1,7 milhões de mortos e 900 mil feridos do lado indiano e 1,2 milhões de mortos e 600

Fotos: AFP



Soldados indianos retiram a camuflagem de um tanque, próxima à fronteira com o Paquistão, preparando-se para uma eventual volta aos conflitos



Fotos: AFP

Acima, o primeiro-ministro indiano, Atal Vajpayee, acompanhado do recém eleito presidente Abdul Kalam, criador do programa nuclear indiano. Ao lado, o presidente paquistanês, Pervez Musharraf, reafirmando o compromisso de combater o terrorismo

mil feridos do lado paquistanês. As estimativas, na verdade, não dão conta da catástrofe que se instalaria na região. Os cálculos não levam em consideração as vítimas a médio e longo prazo pós-explosões, que morreriam de fome, de doenças radioativas, como o câncer, e de incêndios duradouros.

Ataques terroristas

Atualmente, cerca de um milhão de soldados, sendo aproximadamente 700 mil indianos e o restante paquistaneses, estão na Linha de Controle, limite criado pela Organização das Nações Unidas para separar a Caxemira em duas partes. A intensa remilitarização da fronteira foi desencadeada por um ataque terrorista, cuja ação não foi reivindicada por nenhuma facção.

No dia 13 de dezembro de 2001, um grupo de terroristas invadiu o Parlamento indiano, em Nova Déli, e deixou 14 mortos. As autoridades indianas acusam os serviços de inteligência do Paquistão de ter planejado o atentado. E mais, analistas



e funcionários da Índia alegam que o presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, não tem se esforçado para deter a infiltração de homens armados na fronteira da Caxemira. Em um de seus pronunciamentos,

o primeiro-ministro da Índia, Atal Bihari Vajpayee, disse estar preparado para iniciar uma batalha decisiva para pôr fim aos ataques atribuídos a organizações apoiadas pelo Paquistão.

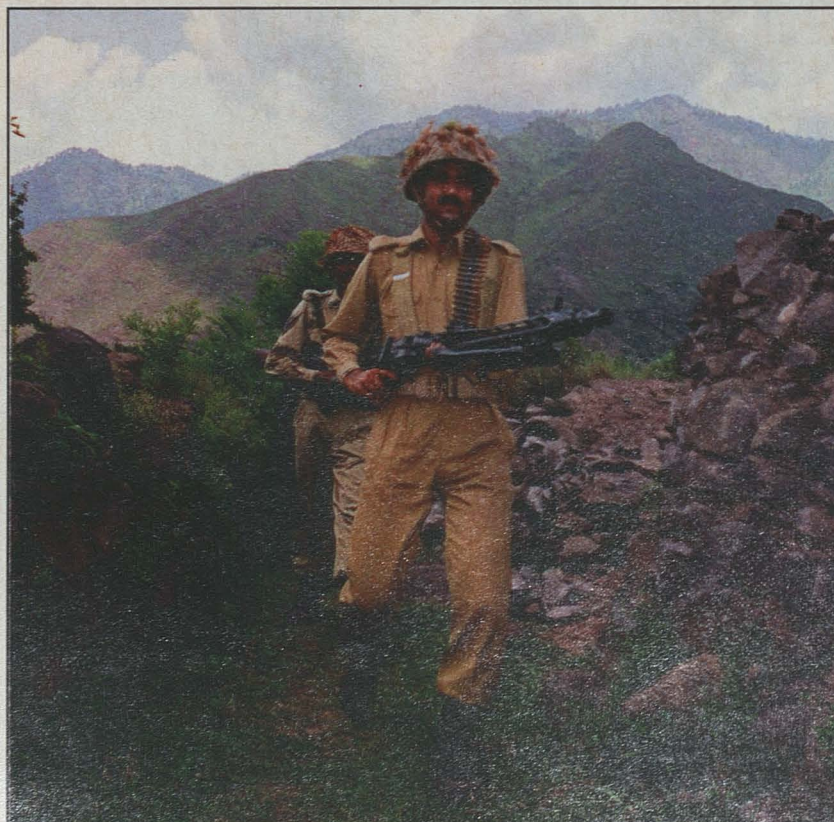
O presidente do Paquistão, em comunicados à nação, negou todas as acusações. Ele alegou que tem tentado evitar a ação de terroristas na Linha de Controle e que sua ajuda aos separatistas da Caxemira é apenas "moral". Desde que se aliou a Washington na Guerra contra o Terror, Musharraf tem se posicionado internacionalmente contra o terrorismo. No entanto, nenhum resultado concreto foi apresentado, o que o coloca na mira da pressão internacional, que anseia por provas reais.

A pressão ao presidente ficou ainda maior depois do ataque suicida, que aconteceu na segunda semana de maio, a uma base do exército indiano em Jammu, na Caxemira, causando a morte de 34 pessoas, sendo em sua maioria mulheres e crianças. Desde então, a Índia endureceu o discurso e as tensões na região fronteira aumentaram. Vajpayee, num pronunciamento para 600 mil soldados localizados na região de Kupwara, próxima à

fronteira, afirmou que agora terão que se defender, pois todos os esforços de paz com o vizinho fracassaram. O incidente fez com que a Índia expulsasse o embaixador do Paquistão do país, Asjraf Jehangir Qazi, e levou ao deslocamento de cinco buques de guerra para o Mar da Arábia, em frente às águas territoriais paquistanesas. As autoridades paquistanesas em Islamabad não demoraram a responder às duras palavras de Vajpayee. Avisaram inclusive que usariam força total para repelir um ataque indiano.

Depois do ataque, a situação no local ficou mais preocupante e colocou o mundo em alerta. Estados Unidos, Inglaterra e Israel sugeriram que seus cidadãos deixassem a região. A ONU fez o mesmo com seus funcionários.

O armamento nuclear trouxe instabilidade e fez com que China, Rússia, Inglaterra e Estados Unidos passassem a acompanhar a movimentação na região.



Soldado paquistanês patrulha a Linha de Controle, divisão da Caxemira criada pela ONU



Militante indiano criticando o relacionamento entre a Índia e os Estados Unidos, em manifestação pedindo a paz no sul da Ásia

Outro motivo de preocupação internacional é o uso de minas terrestres pelos dois países. Índia e Paquistão não assinaram o tratado internacional sobre a proibição do uso de tais armamentos. O exército indiano assume que tem minado seu território e que essa ação pode ser estendida aos 2.897 quilômetros de fronteira com o Paquistão, com a intenção de dificultar uma invasão paquistanesa por terra. Por isso, além da linha de fronteira, as minas ocupariam ainda uma extensão de 4,8 quilômetros dentro do território indiano. O Paquistão não revela se fará uso de minas terrestres, mas afirma que tomará todas as medidas para conter um ataque da Índia. De acordo com cálculos de organizações não-governamentais, a Índia dispõe de cinco milhões de minas, e o exército paquistanês de seis milhões.

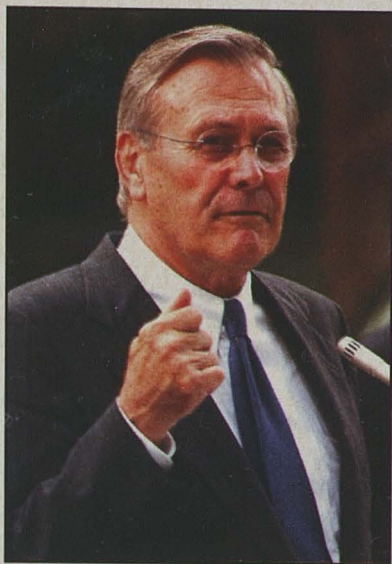
A possibilidade de um conflito de proporções nucleares causou preocupação na Casa Branca. A primeira a visitar a Índia foi a subsecretária de Estado dos Estados Unidos, Christina Rocca, com a missão de distender a tensão bilateral. Como a situação não foi resolvida, o chanceler britânico Jack Straw, com base em orientações de representantes da União Européia e de Colin Powell, secretário de Estado estadunidense, seguiu para a região.

Enquanto isso, o presidente russo, Vladimir Putin, convidou os líderes dos

países sul-asiáticos a participarem da Cúpula da Conferência de Interação e Medidas de Confiança na Ásia (Cica), que aconteceu no Casaquistão. Durante a cúpula, a diplomacia internacional se esforçou para promover um encontro entre os líderes dos dois países, mas Vajpayee preferiu evitar esta possibilidade. Segundo autoridades indianas, o país só senta à mesa de negociações diante de um compromisso do Paquistão de colocar um fim no terrorismo na fronteira.

Putin e o presidente da China, Jiang Zemin, pressionaram em vão os dois governantes para que aceitassem conversar pessoalmente. Como resultado, conseguiram apenas encontros separados com cada um. Mesmo com o impasse, os dois líderes fizeram questão de tranquilizar o mundo quanto ao início de um conflito nuclear. Ambos frisaram que reconhecem a gravidade de lançarem mão do arsenal atômico.

Num sinal de aproximação, Musharraf afirmou que não será o Paquistão a ini-



O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, em visita à região

ciar o conflito e propôs um pacto de desnuclearização do sul da Ásia. O saldo favorável das reuniões foi o posicionamento, tanto da Índia quanto do Paquistão, de que não pretendem usar a força para resolver o problema.

O esforço diplomático, mesmo não alcançando seu maior objetivo, um encon-

tro entre os dois representantes, deu um grande passo para diminuir as tensões. Com o fim da cúpula, o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Richard Armitage, iniciou visita aos dois países. Armitage afirmou que a situação melhorou e que agora os países devem procurar recuperar a confiança mútua.

Washington tem fortes interesses na região, mas mantém uma posição ambígua e delicada na Ásia Meridional. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos implantaram uma política de apoio à Índia, antigo aliado da União Soviética.

Mas, ao mesmo tempo, desafiados pela Al Qaeda, com sabidas conexões no Paquistão, não puderam deixar de se aproximar do regime liderado pelo general Musharraf. Agora têm que exercer toda a sua sabedoria diplomática para conciliar as boas relações com Islamabad sem perder o terreno conquistado no relacionamento com Nova Délhi.

Numa prova de que a guerra nuclear parece mais distante, o governo de Nova Délhi autorizou a entrada de aviões comerciais em seu espaço aéreo. A medida é a primeira do processo de pacificação e um reconhecimento das ações de Musharraf para conter a infiltração de separatistas na fronteira.

Para colocar os desentendimentos sob supervisão internacional, o secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, chegou à Índia com uma proposta para resolver a crise, incluindo o restabelecimento pleno das relações diplomáticas entre os dois países. Rumsfeld também apresentou uma idéia que pode garantir a paz por um tempo. Ele sugeriu a implantação de sensores terrestres na fronteira, para detectar a infiltração de combatentes separatistas no território da Índia. Tanto o governo indiano quanto o paquistanês se mostraram favoráveis à idéia. Mas a situação na Linha de Controle permanece tensa, principalmente porque os governos dos dois antigos adversários não controlam todas as variáveis da situação. ■

A história do conflito

O conflito indo-paquistanês surgiu junto com o processo de descolonização. Antes de deixar a região, em 1947, a Grã-Bretanha dividiu a Caxemira em três partes, que ficaram sob a tutela do Paquistão, Índia e China. A pequena parte da China nunca gerou muita polêmica, mas Índia e Paquistão sempre questionaram a divisão, reivindicando um domínio maior sobre a região, rica em petróleo. Os paquistaneses sempre alegaram que, por ser de maioria muçulmana, a Caxemira deveria ser incorporada ao país.

Os dois países já entraram em guerra três vezes (1947, 1965 e 1971). Em 1972, firmaram uma trégua, o Acordo de Simla, que só viria a ser quebrada em 1998, quando Índia e Paquistão realizaram testes nucleares.

Na tentativa de tentar diminuir os conflitos na região, a ONU criou a Linha de Controle, separando a parte indiana da paquistanesa.

Hoje, a parte da Caxemira que havia sido entregue ao Paquistão goza de certa autonomia, sendo chamada de Caxemira Livre, mesmo não sendo totalmente independente. Sua capital é Muzaffarabad. A parte indiana tem duas capitais: Srinagar, no verão, e Jammu, no inverno.

No entanto, a Caxemira não é apenas um território disputado por dois países. Há um crescente movimento que luta pelo direito do povo da região à autodeterminação. Uma resolução nunca aplicada do Conselho de Segurança da ONU defende a realização de um referendo na região.

Futebol cura feridas

Copa do Mundo de futebol ajuda a melhorar relacionamento entre o Japão e a Coreia do Sul

Suvendrini Kakuchi

A COPA DO MUNDO DA FIFA COREIA-JAPÃO 2002 terminou com um quinto título para o Brasil, mas os países-sede dos jogos também foram ganhadores, pois aproveitaram sua condição de anfitriões do torneio para superar uma histórica animosidade recíproca.

Ao que parece, a Copa ajudou os 300 mil japoneses de origem coreana, que lutam contra a discriminação e o racismo dos antigos colonizadores de sua península. Os coreanos representam a maior minoria étnica do país.

Dezenas de milhares de japoneses animaram a seleção da Coreia do Sul, vendo com admiração e incredulidade como os coreanos derrotaram equipes favoritas, como Itália e Espanha, para chegar às semifinais do campeonato. No mesmo dia, centenas de jovens japoneses apaixonados por futebol saíram às ruas com camisas vermelhas, como a dos jogadores sul-coreanos (apelidados de "os diabos vermelhos") e com a bandeira da Coreia do Sul pintada no rosto.

Os jornais japoneses também elogiaram a atuação da seleção sul-coreana, e assinalaram que não foi somente a habilidade dos jogadores, mas também sua tenacidade, que levou a equipe mais longe, onde nenhuma seleção asiática jamais chegou em um campeonato de futebol. "Aqui temos uma das melhores equipes do mundo", comentou um diário esportivo, quando a seleção da Coreia do Sul ficou entre as quatro primeiras. Eles também ganharam a admiração dos japoneses por sua demonstração de unidade nacional, e alguns jornalistas aproveitaram para

assinalar a falta deste sentimento entre os jovens japoneses.

Lee Hee Jung, filha de imigrantes sul-coreanos e proprietária de um restaurante coreano em Tóquio, chorou de emoção quando a seleção da Coreia do Sul derrotou a equipe da Espanha, classificando-se para a fase semifinal da Copa: "Não estou feliz somente porque a minha equipe ganhou, mas sim "porque me emociona ver os japoneses aplaudindo a nossa vitória com o mesmo entusiasmo dos coreanos", explicou, tratando de fazer-se ouvir em meio à multidão que festejava em seu restaurante.

Para os japoneses de origem coreana, a Copa do Mundo foi algo mais que a oportunidade de ver em ação as melhores



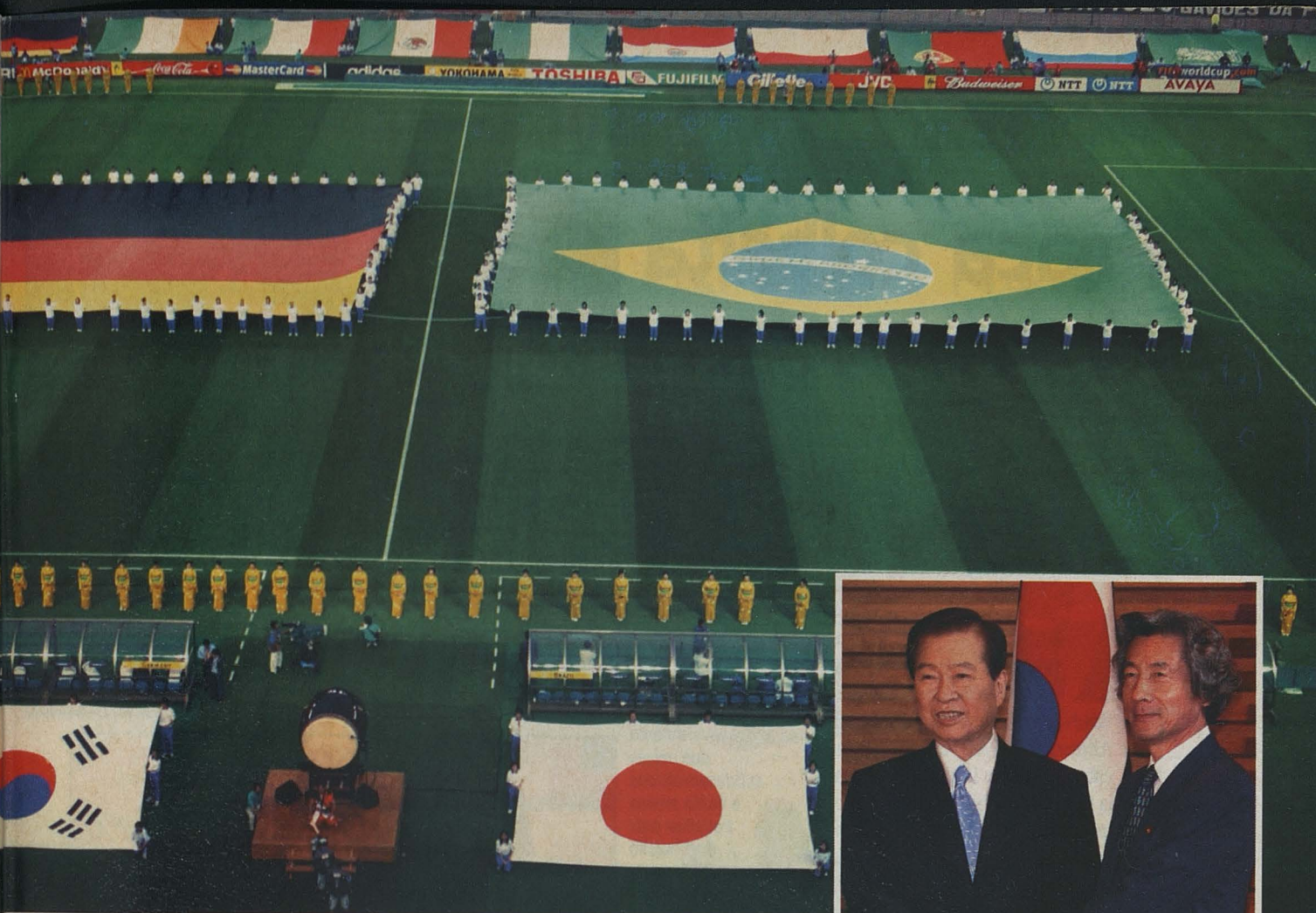
Choque entre as duas Coreias

Ao contrário dos avanços obtidos no relacionamento entre os dois anfitriões do campeonato de futebol, a Coreia do Sul e a sua vizinha do Norte voltaram a entrar em atrito, durante a realização dos jogos. O clima ameno que vinha se firmando nos últimos anos entre as Coreias do Sul e do Norte foi rompido com um choque naval no Mar Amarelo, no dia 29 de maio.

A troca de tiros entre navios de guerra na fronteira dos dois países durou cerca de meia hora, e resultou no naufrágio de uma fragata sul-coreana. Representantes de ambos os governos responsabilizaram as frotas do país vizinho por ter invadido seu território marítimo. Desde 1999, não havia um choque naval entre os dois lados.

A guerra da Coreia começou em 1950 e terminou com a assinatura de um armistício entre as partes em 1953, permanecendo tecnicamente em guerra. O país então foi dividido em duas partes: Coreia do Norte, socialista, e Coreia do Sul, capitalista.

As tentativas de aproximação entre ambos intensificaram-se no início da década de 90. Após algumas idas e vindas, o diálogo foi retomado em 2000, com a histórica conferência entre as duas Coreias, em Pyongyang. Kim Dae-jung, presidente sul-coreano, e Kim Jong Il, da Coreia do Norte, assinaram um acordo comprometendo-se a trabalhar pela unificação. Milhares de famílias separadas por quase 50 anos puderam finalmente se reencontrar. (AB)



Fotos: AFP

Acima, na cerimônia de encerramento da Copa, as bandeiras do Brasil e da Alemanha, as duas seleções finalistas, e as da Coreia do Sul e do Japão, os países-sede. Ao lado, o presidente sul-coreano, Kim Dae-Jung, cumprimenta o primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi. Dae-Jung encontrou-se também com membros da família imperial japonesa

seleções do mundo: “É algo especial para os coreanos e japoneses”, declarou Lee, de 43 anos, cujo restaurante se encontra em Okubo, um bairro do centro de Tóquio, conhecido por sua grande comunidade de minorias étnicas.

A ocupação militar japonesa da península da Coreia, entre 1910 e 1945, esconde vínculos bilaterais até hoje. Coreia do Sul e China se irritaram quando o primeiro-ministro do Japão, Junichiro Koizumi, visitou em agosto do ano passado o lugar onde foram enterrados japoneses mortos na guerra, entre eles criminosos de guerra. Os intentos japoneses em dissimular seu passado militarista e minimizar a importância da atuação de seu exército na Ásia na primeira metade do século XX são outra causa de discórdia.

Por esse motivo, a mostra de entusiasmo de sul-coreanos e japoneses no campeonato de futebol pode ser apenas algo transitório, advertiu T. W. Kang, um economista japonês filho de coreanos, autor do livro *A aliança coreana-japonesa contra a China*. “O esporte é um assunto à parte, e o atual entusiasmo não deve servir de base para julgar uma relação bilateral afetada por disputas durante séculos”, alertou Kang. Para o economista, a atual aproximação limita-se a aspectos superficiais, como a cultura pop, a popularidade da comida coreana no Japão e a Copa do Mundo.

No entanto, a Copa foi, de fato, um marco nas relações bilaterais. A chegada ao Japão do presidente sul-coreano, Kim Dae Jung, para assistir à partida final entre

Brasil e Alemanha, e as fotografias de Kim sentado junto ao imperador japonês Akihito, publicadas nos principais jornais, são considerados sinais de cicatrização de velhas feridas.

As oportunidades de intercâmbio proporcionadas pela Copa do Mundo incluíram a reunião em Seul entre Kim e os príncipes japoneses Takamado e Hisako, para a inauguração do campeonato. Foi a primeira vez que um membro da família imperial japonesa (Takamado é primo do imperador Akihito) falou com um presidente sul-coreano. “Tive uma recepção tão amistosa que nem me senti como se estivesse num país estrangeiro”, declarou Takamado, acrescentando que algum dia o próprio imperador realizará uma visita à Coreia do Sul. ■

Fraca colheita

Cúpula da FAO revela fracasso na tentativa de resolver o problema da fome no mundo, e faltaram demonstrações de interesse político visando a reverter este quadro

Aline Beckestein

A SEGUNDA CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO fechou seu encontro com antigas promessas e poucos resultados. Realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em sua sede na Itália, entre os dias 9 e 13 de junho, a conferência tinha como objetivo discutir propostas para reduzir o número de desnutridos no mundo.

Logo no primeiro momento, os delegados aprovaram a chamada "Aliança Internacional contra a Fome". A declaração, contudo, limitava-se a ratificar a meta não atingida da primeira cúpula, ocorrida em 1996, na qual o número de pessoas desnutridas deveria ser reduzido pela metade até 2015. Naquele ano eram 840 milhões de famintos, caindo para os 800 milhões atuais.

O perigo da escassez de água também tem deixado a organização em estado de alerta. "A seca determina situações de emergência na África meridional, Etiópia, Zimbábue e Malawi", afirmou o diretor-geral da entidade, o senegalês Jacques Diouf. Na África, apenas 7% das terras dispõem de recursos hídricos, contra 36% na Ásia e 50% considerando somente a China.

A transmissão do vírus HIV também é agravada pela fome. "Se for possível dar comida à população, esse fator contribuirá para evitar a epidemia", declarou Marcela Villarreal, especialista em AIDS e porta-voz da FAO, e complementou: "Uma pessoa que não passa fome não terá de vender seu corpo para

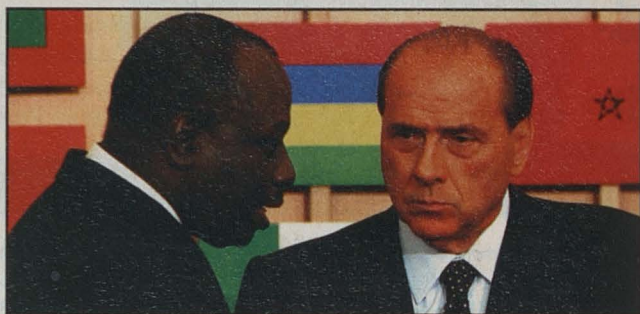
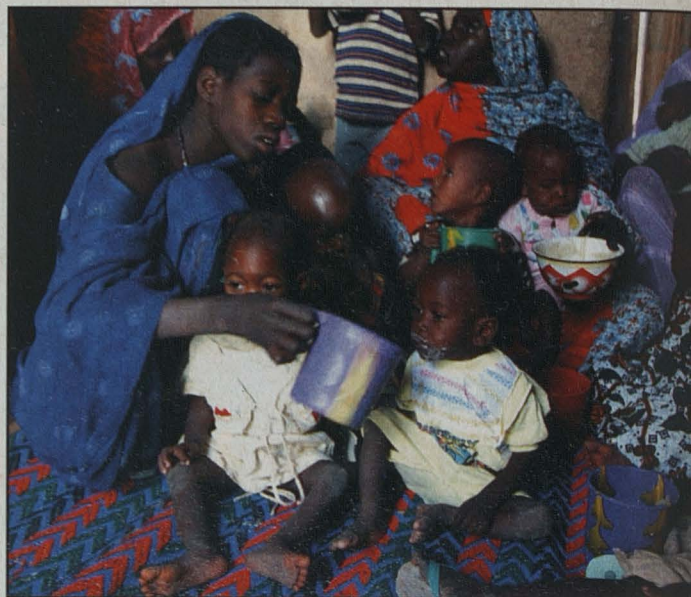
Enquanto cerca de um bilhão de pessoas vivem em condição de subalimentação no mundo, os países ricos recusam-se a contribuir com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e muito menos trabalhar pela distribuição de riquezas

conseguir dinheiro para comer. Parte da vulnerabilidade das pessoas ao HIV/AIDS está ligada à fome e à pobreza."

A participação dos países desenvolvidos foi insignificante. Somente dois chefes de Estado ou governo compareceram: Silvio Berlusconi, primeiro-ministro da Itália, e José María Aznar, primeiro-ministro da Espanha e presidente em exercício da União Européia.

A declaração aprovada pelos participantes remete aos compromissos de 1996, não incorporando o chamado "direito universal à alimentação segura", que apenas se tornou uma proposta de estudo pela FAO. Países como os Estados Unidos rechaçaram a proposta.

Os representantes acertaram "pautas voluntárias" para assegurar o direito à alimentação adequada, que devem ser elaboradas pela FAO e os setores interessados em um prazo de dois anos.



Fotos: AFP

ONGs insatisfeitas

Aproximadamente 700 organizações não-governamentais (ONGs) reuniram-se num fórum paralelo em Roma. Elas acusaram a cúpula de promover a biotecnologia e os interesses privados das indústrias. Também criticaram os subsídios dados pelos Estados Unidos e União Européia a seus agricultores, por considerarem que sua ação distorce o mercado mundial de commodities.

A organização ambientalista internacional Greenpeace declarou ter sido "surpreendida" pela "incompetência" com que a cúpula abordou sua agenda. Segundo a avaliação das ONGs, a conferência não apresentou resultados. "Este novo plano de ação mantém o erro de prescrever medicamentos equivocados e receitas daninhas que apenas pioram a situação", disse o ativista Srojeni Rengam. ■

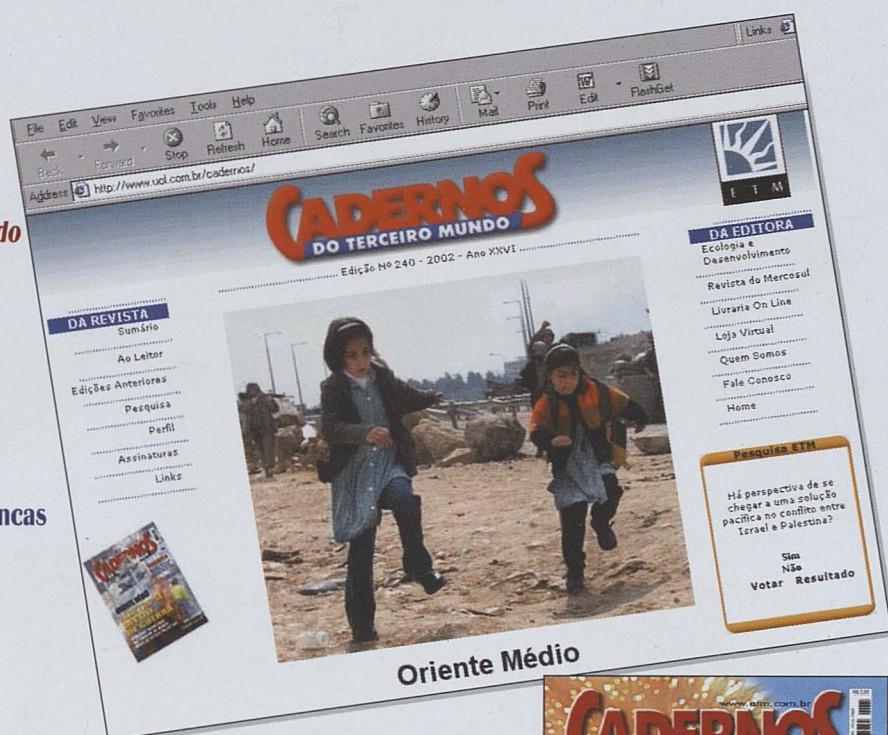
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

TAMBÉM NA UOL

www.uol.com.br/cadernos

NO SITE DE *Cadernos do Terceiro Mundo*

- ⇒ informação sobre a problemática mundial
- ⇒ assinatura da revista via internet
- ⇒ envio de comentários e sugestões,
- ⇒ pedidos de livros e acessar artigos
- ⇒ o sumário da edição que está nas bancas



**Confira na nossa página a EDIÇÃO ESPECIAL
resgatando toda a história da luta
do Timor Leste pela independência, retratada ao
longo de mais de 20 anos na nossa revista.
Consulte: www.uol.com.br/cadernos/timorleste**



www.etm.com.br

Tel.: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455

e-mail: etm@etm.com.br



SÃO LUÍS

ENTRE AS 4 CAPITALIS COM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



São Luís



Porto Alegre



Florianópolis



Vitória

São Luís cuida bem das suas crianças. Esta foi a constatação feita pelo UNICEF, que pesquisou números relacionados aos serviços de saúde, educação e assistência social prestados às crianças em todo o país. Os investimentos da Prefeitura nestas áreas combatem a mortalidade e o trabalho infantil ao mesmo tempo que garantem maior permanência dos alunos em sala de

aula, a criação de mais vagas escolares e ensino de qualidade. Estas ações resultaram num dos melhores índices de desenvolvimento infantil do Brasil. Entre todas as capitais brasileiras, São Luís só fica atrás de Vitória, Florianópolis e Porto Alegre. E olha que nós só estamos engatinhando. Muitos outros avanços e conquistas ainda vêm por aí.



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

S E M E D